



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

JOÃO VICTOR DA SILVA CARVALHO

**OS MOVIMENTOS DO DISCURSO NAS PRÁTICAS
DA CULTURA DE CANCELAMENTO:
SUJEITO, IDEOLOGIA, MEDIATEZACÃO**

Recife

2024

JOÃO VICTOR DA SILVA CARVALHO

**OS MOVIMENTOS DO DISCURSO NAS PRÁTICAS
DA CULTURA DE CANCELAMENTO:
SUJEITO, IDEOLOGIA, MEDIATIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Estudos textuais e discursivos de práticas sociais

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda
Correa Silveira Galli

Recife

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Carvalho, João Victor da Silva.

Os movimentos do discurso nas práticas da cultura de cancelamento: sujeito, ideologia, midiaticização / João Victor da Silva Carvalho. - Recife, 2024.

154f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

Orientação: Fernanda Correa Silveira Galli.

1. Cultura de Cancelamento; 2. Espaço Digital; 3. Mídias Digitais; 4. Análise de Discurso. I. Galli, Fernanda Correa Silveira. II. Título.

JOÃO VICTOR DA SILVA CARVALHO

**O MOVIMENTO DO DISCURSO NAS PRÁTICAS
DA CULTURA DE CANCELAMENTO:
SUJEITO, IDEOLOGIA, MEDIATIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof. Dr. Thiago Alves França (Examinador Externo)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profa. Dra. Silmara Cristina Dela Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

DEDICATÓRIA

À Rizalva da Silva Carvalho (mainha) e Severino Pereira de Carvalho (painho) por serem minha base, o chão que eu piso e a luz que orienta meus caminhos. Por tudo que ainda me ensinam da vida, pela dignidade de uma caminhada de muito trabalho e, sobretudo, pelo AMOR.

Aos meus professores, pelas oportunidades de continuar aprendendo e por me contaminarem com o desejo de transformar a realidade na/pela educação.

À Joãozinho, pelos sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus e toda espiritualidade por me abrirem os caminhos, guardarem meus passos na realização desse sonho. Passando nas *encruzas até aqui, tive a certeza que não ando sozinho*.

À minha família (Nalva, Madeira, Sandra, Thiago, Camila, Pedro Cauê, Sophia, Yago, Matheus e Heitor), pelo apoio incondicional, pela torcida, pela união nas diferenças e cuidado de toda a vida. Muito obrigado por entenderem as ausências que a vida acadêmica vai produzindo nas relações familiares.

À Paulo Virães, pelas conversas sobre mídia e sociedade, por ter mudado tudo com sua chegada, e pela alegria de sonhar um futuro ao seu lado. Muito obrigado pela paciência e apoio nessa jornada.

À minha psicanalista, Eliza Azevedo, pelo acolhimento e pela ética com que conduz cada sessão, me encorajando a avançar ao encontro com meu eu, a fim de viver dias melhores. Joãozinho e João Victor estão radiantes com essa conquista!

Aos amigos da Corjinha (Malu Andrade, Luana Leite, Romildo Monte, Pedro Henrique Arruda, Dinho Araújo e Jéssica Azevedo), pelo caminho que fizemos da graduação até aqui. Conviver com vocês torna a caminhada mais prazerosa de seguir. Obrigado pela torcida, vibração e orgulho, que partilhamos uns com os outros.

À minha orientadora, a professora Fernanda Correa Silveira Galli, por cada dose de coragem e de afeto, que a potência da sua presença inspira. Desde 2019, Fernanda tem me ofertado muito: as revisões dos primeiros escritos, as reuniões carregadas de afeto e serenidade e valiosas lições sobre a(s) teoria(s) discursiva(s). Ocupando a posição de orientadora, Fernanda tem me permitindo conhecer as muitas redes que tocam na sensibilidade e no compromisso, que expressam a força e a delicadeza do seu modo rebelde e radical de viver, cortejando sempre *a bruta flor do querer*. Obrigado, Fer, por me permitir aprender com você que sem *desejo* nada somos!

À Rosário Leite, Pedro Henrique Arruda e o grupo dos orientand@s.galli pelos encontros sempre produtivos e afetuosos que tornam a pesquisa menos solitária.

Às Professoras Evandra Grigoletto e Fabiele De Nardi, minhas primeiras professoras de Análise do Discurso na graduação e na pós-graduação, respectivamente. Obrigado pelas fissuras abertas no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, em especial por insistirem em fazer sempre vivas as inquietações de Michel Pêcheux com tanta paixão. Estendo

esse agradecimento à professora Fabiana Nascimento, de quem ouvi pela primeira vez sobre AD.

Aos Professores Iran Ferreira de Melo e Thiago Alves França, pela generosidade com que leram o texto de qualificação, trazendo contribuições significativas para o trabalho e para meu crescimento como pesquisador. Agradeço ainda por estenderam seus gestos de leitura para a banca de defesa, muito obrigado!

À Professora Silmara Cristina Dela Silva, pelo aceite em compor a banca de defesa e contribuir com seu olhar na reta final da pesquisa.

Aos diversos eventos em que pude compartilhar com colegas pesquisadores minhas inquietações, em especial ao SEAD, SEPLEV, SEDISC, POPFilia, SEDIAR, JISE, Jornada do GEPAD-UPE e SATED, por constituírem espaços de escuta, de troca e diálogo. Sem as contribuições dos diversos debatedores, essa pesquisa não teria avançado.

À EREM Senador Eptácio Pessoa, escola pública estadual de referência em ensino médio em que me encontro professor. Agradeço o apoio da gestão, a torcida dos colegas e o afeto dos meus alunos. Ocupar o espaço da escola pública foi fundamental para que esta dissertação tomasse concretude. Estendo um agradecimento particular à Giselle, Vanessa, Andreza e Joyce, pelo estreitamento dos laços, pois a educação só se faz com afeto e partilha.

À Universidade Federal de Pernambuco, ao Departamento de Letras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras, que tem sido um lar fora de casa, desde 2017. Um aceno especial para os professores e colegas que o convívio na UFPE me permitiu ter (Karine, Raíne, Carol, Heloísa, Dan, Wagner, Denis, Thiago, Camila, Luiz e tantos outros) e aos funcionários, pela disponibilidade e pelos sorrisos entre os corredores.

À CAPES pelo fomento da pesquisa entre julho de 2022 e março de 2024.

Eu só quero acreditar que as pessoas são boas, então eu entendo que eu sou um alvo porque eu tenho um peso lá fora, eu já sei que eu tenho um peso lá fora. Eu entrei sabendo disso por isso que eu tenho medo da cultura do linchamento e do cancelamento.
(Vanessa Lopes, Influenciadora digital e Tiktokker, 2024).

Tudo assume, desse modo, uma dimensão religiosa. Influenciadores do tipo de treino motivacional se comportam como redentores. Os seguidores se comportam como discípulos participando de sua vida, na medida em que compram produtos que pretendem consumir em seu próprio cotidiano encenado. Os seguidores participam, assim, de uma eucaristia digital. Mídias sociais se assemelham a uma igreja: Like é amem. Compartilhar é comunicação. Consumo é redenção. A repetição como dramaturgia do influenciador não leva ao tédio e à rotina. Ao contrário, dá ao todo o caráter de uma liturgia. Ao mesmo tempo, os influenciadores deixam aparecer produtos de consumo como utensílios de autorrealização. Desse modo, consumimo-nos até a morte, enquanto nos realizamos para a morte. Consumo e identidade se tornam a mesma coisa. A identidade é, ela própria, uma mercadoria.
(Byung-Chul Han, 2022)

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea a extorsão do sobretrabalho é porque a luta de classes é o motor da história. E, se em outro plano, a revolta é contemporânea a linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico.
(Michel Pêcheux, 1982)

RESUMO

OS MOVIMENTOS DO DISCURSO NAS PRÁTICAS DA CULTURA DE CANCELAMENTO: SUJEITO, IDEOLOGIA, MEDIATIZAÇÃO

Na formação social em que estamos inscritos, o espaço digital determina materialmente a constituição, a formulação e a circulação dos discursos (Dias, 2018), o que implica na imbricação entre aspectos tecnológicos e ideológicos (Grigoletto, 2021) nos mais diversos movimentos dos sujeitos nas redes digitais e de sentido. Nessa conjuntura, práticas discursivas emergentes e heterogêneas são nomeadas como *culturas*, como ocorre com a chamada *cultura de cancelamento*. Com o amparo teórico-metodológico da Análise de Discurso Materialista (Pêcheux, 2010; 2014; 2015; 2016, Orlandi, 2012; 2016 2017; 2020 dentre outros), esta pesquisa teve como objetivo geral contribuir com a compreensão da *cultura de cancelamento* como um conjunto de práticas simbólicas características da *discursividade contemporânea*, através de gestos analíticos que expõem sua materialidade discursiva sustentadora nas atuais condições de produção. Para isso, propus as análises: i) dos sentidos de/sobre cultura do cancelamento em dicionários online, e, ii) das discursivizações de/sobre o cancelamento de figuras públicas brasileiras em discursos midiáticos (Dela-Silva, 2021). Nas análises, o batimento entre os discursos de/sobre (Marianni, 1996) a cultura de cancelamento aponta para: i) uma espessura simbólica determinada por sua exterioridade constitutiva; ii) o efeito de enredamento de sujeitos e sentidos determinado pela materialidade digital e pelas condições de produção; iii) a heterogeneidade que (des)organiza o funcionamento da prática discursiva de cancelamento, pois suas causas são de diversas ordens e seus efeitos são múltiplos. Como consequência da escuta discursiva (Mariani, 2023), entendo a cultura de cancelamento como um sintoma do refinamento das formas de exploração contemporâneas desempenhadas pelas mídias digitais, de modo que o reviramento produzido por esta prática discursiva transborda das telas dos dispositivos e afeta os sujeitos em seu laço com o social.

Palavras-chave: Cultura de Cancelamento; Espaço Digital; Mídias digitais; Análise de Discurso.

ABSTRACT

THE MOVEMENTS OF DISCOURSE IN CANCEL CULTURE PRACTICES: SUBJECT, IDEOLOGY, MEDIATIZATION

In the social formation we are part of, the digital space materially determines the constitution, formulation, and circulation of discourses (DIAS, 2018), which implies the imbrication between technological and ideological aspects (Grigoletto, 2021) in the most diverse movements of subjects on digital and meaningful networks. Within this context, emergent and heterogeneous discursive practices, often labeled as cultures, such as the happen with cancel culture. With the theoretical and methodological support of Materialist Discourse Analysis (Pêcheux, 2010; 2014; 2015; 2016, Orlandi, 2012; 2016; 2017; 2020 among others), this research aimed to contribute to the understanding of cancel culture as a set of symbolic practices characteristic of contemporary discourse, through analytical gestures that exposes the supporting discursive materiality in current production conditions. To achieve this, I proposed analyses: i) of the meanings of/about cancel culture in online dictionaries; and, ii) of the discursive representations of/about the cancellation of Brazilian public figures in media discourses (Dela-Silva, 2021). In the analyses, the interplay between discourses of/about (Marianni, 1996) cancel culture points to: i) a symbolic thickness determined by its constitutive externality; ii) the entanglement effect of subjects and meanings determined by digital materiality and production conditions; iii) the heterogeneity that (dis)organizes the functioning of discursive cancel practice, as its causes are varied and its effects manifold. As a consequence of discursive listening (Mariani, 2023), I understand the cancel culture practice as a symptom that indicates refinement of contemporary forms of exploitation enacted by digital media, such that the upheaval produced by cancel culture spills over from device screens and affects individuals in their social bonds.

Keywords: Cancel Culture; Digital Space; Digital Media; Discourse Analysis.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
AIEI	Aparelho Ideológico de Estado da Informação
FD	Formação Discursiva
Flm	Formação Imaginária

TABELAS E SISTEMATIZAÇÕES

1.	Representação da Cultura de Cancelamento	58
2.	Resultados da busca pela palavra-chave “cancelamento” em verbetes de dicionários online.	67
3.	Resultados da busca pela palavra-chave “cultura do cancelamento” em verbetes de dicionários online.	68
4.	O cancelamento como prática do cyberativismo.	76
5.	As formações imaginárias nos discursos de/sobre o cancelamento de Karol Conká.	98
6.	As tomadas de posição do sujeito nos discursos de e sobre o cancelamento.	129

IMAGENS

1. O(s) Olhar(es), Imagem produzida por Inteligência Artificial, a partir do comando “eyes”
2. Meu(s) Olho(s), Imagem produzida por Inteligência Artificial, a partir do comando “My eyes”.
3. Olhar(es) do(s) Outro(s), Emoji “eyes”, Fonte: <https://emojipedia.org/pt/olhos>
4. Recorte de *Joan is Awful*, episódio de Black Mirror (série de tv/streaming), Netflix.
5. Recorte de *Joan is Awful*, episódio de Black Mirror (série de tv/streaming), Netflix.
6. Recorte de *Joan is Awful*, episódio de Black Mirror (série de tv/streaming), Netflix.
7. Recorte de *Joan is Awful*, episódio de Black Mirror (série de tv/streaming), Netflix.
8. Camiseta com a estampa “Cancel Culture” à venda na internet. Disponível em: https://www.zazzle.com.br/camiseta_cancelar_cultura-235912618008414048
9. Imagem 9: “a internet decide”, comentário na rede social “X” (twitter). Disponível em: <https://x.com/narizinhorulez/status/1763893282902323218?s=20>.
10. “a internet decide”, publicação no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cw0xndWvQGs/>.
11. “a internet não perdoa”, comentário na rede social “X” (twitter). Disponível em: <https://twitter.com/guganoblat/status/1667083883119104001?s=46>.
12. “Deus perdoa, a internet não!”, publicação na rede social LinkedIn. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/deus-perdoa-internet-n%C3%A3o-rafael-wagana>.
13. Captura de tela do procedimento com o buscador do Google realizado na definição Cultura do Cancelamento do Dicionário Informal
14. Captura de tela do resultado da busca no Google realizado na definição Cultura do Cancelamento do Dicionário Informal
15. Exemplos da definição “Cultura do Cancelamento” do Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/cultura%20do%20cancelamento/43669/>
16. Conjunto de recortes 1: Discursos de/sobre o cancelamento da Karol Conká.

SUMÁRIO

OS (DES)CAMINHOS DO OLHAR NA TRAJETÓRIA DE PESQUISA	13
<i>Que olhos são esses?</i>	13
<i>O olhar de pesquisador</i>	15
1. SOBRE MUDANÇAS DE TERRENO	26
<i>Discurso e sujeito</i>	29
<i>Discurso e texto: constituição, formulação e circulação</i>	34
<i>Discursividade e materialidade(s)</i>	41
2. DOS ANDAIMES SUSPENSOS	45
<i>Lutas de classes, aparelho ideológico da informação e espetacularização</i>	46
<i>Questões teórico-metodológicos no trabalho com o discurso [digital]</i>	59
<i>Trajetos de leitura e interpretação da/na pesquisa</i>	65
3. NOMEAR É PRECISO: OS SENTIDOS DE CANCELAMENTO E CULTURA DE CANCELAMENTO	72
<i>Cancelamento no Google</i>	72
<i>Cultura de cancelamento no Dicionário Informal</i>	78
4. DISCURSOS DE E SOBRE CANCELAMENTO: FUNCIONAMENTO E ARGUMENTAÇÃO	88
<i>O funcionamento discursivo nas práticas discursivas da cultura de cancelamento – O caso Karol Conká</i>	88
<i>O movimento argumentativo nas práticas discursivas da cultura de cancelamento – O caso Monark</i>	113
5. CAMINHOS (IN)CONCLUSIVOS: NA REPETIÇÃO, A TRANSFORMAÇÃO	134
REFERÊNCIAS	142

OS (DES)CAMINHOS DO OLHAR NA TRAJETÓRIA DE PESQUISA

*Que olhos são esses?*¹



Imagem 1: O(s) Olhar(es)
Imagem produzida por Inteligência Artificial, a partir do comando “eyes”.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Ao contrário do que acreditei por muito tempo, embasado inclusive pelas leis da Ciência, não foi sob a luz que me deparei com o *Eu*². Filho da virada do milênio, dos dispositivos com câmera e das redes sociais, encontrei no/a Self³ a ilusão de que aquilo que via era de fato como me via, meu olhar. Entretanto, foi no escuro que fui tropeçando, esbarrando, caindo nas versões do eu que pude vir a conhecer. Foi na penumbra, essa quase ausência de luz, que

¹ A narrativa e as imagens que abrem esta dissertação foram produzidas durante uma sessão de terapia, com as luzes acesas, na interlocução com minha psicanalista. É uma história contada da posição de sujeito analisando, na intimidade do set terapêutico, o relato do encontro comigo mesmo mediado pela autoanálise de si. Percebi, no decorrer das sessões que, de algum modo, o meu objeto de pesquisa refletia o desejo recalcado. Assumo, a partir daqui alguns dos equívocos e estranhamentos que esses olhos com os quais me deparei possam produzir no leitor.

² Encontro com o Eu analítico - aquele que se encontra através da escuta de si e que toca no sujeito do inconsciente, mediado pelo olhar do analista.

³ Self aqui na ambivalência entre o ideal do Eu e Eu ideal; mas também enquanto fotografias utilizando a câmera frontal dos dispositivos.

embaraçosamente pude dar de cara com ele⁴, um de vários, conhecê-lo mais de perto, escutar seus medos, mas também seus desejos, vê-lo tão nitidamente, senti-lo tão próximo que ele parecia estar ali, ao meu lado, me observando. Quando as luzes se acendiam, naquela fração de segundo em que olhar é forçado a ver, me assustava, pois parecia que quem me olhava era eu. De lá pra cá, sem importar-se muito com temporalidades definidas, fomos nos vendo, nos encontrando, como se agora dividíssemos a culpa, os segredos, as inquietações... Se de fato partilhamos do mesmo olhar, quem é esse que me vê? São os Outros, que nesse ¼ de vida foram e vem me olhando, são os olhos daqueles que veem, é olhar que me persegue. Não fiquei tão assustado quando percebi, na troca do meu olhar com o dele, que eram os mesmos olhos, que também estavam lá.

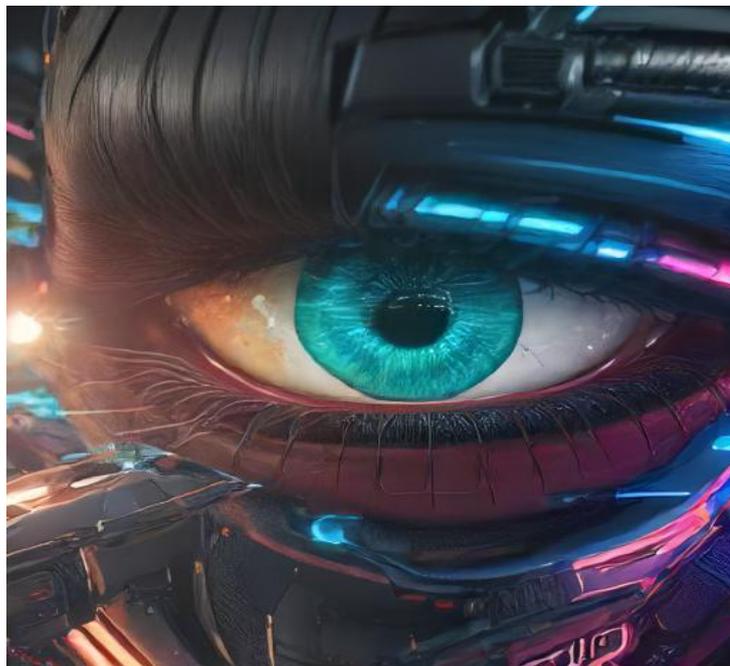


Imagem 2: Meu(s) Olhar(es)
Imagem produzida por Inteligência Artificial, a partir do comando “my eyes”.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Agora, sob a luz, os olhos, meu e dele, foram se equipa(r)ndo, aprendendo que no ver, o que há são muitos olhos, que te cercam, te rondam, te percebem e te alimentam. Fomos, eu e ele, descobrindo a coragem de olhar,

⁴ Encontro com o eu psicanalítico, condensação metafórica dos muitos eus, que se presentificam invisivelmente durante a fala, sua percepção me ocorre pelo viés da autoanálise, a partir das experiências do sujeito analisando em relação a si próprio.

pouco a pouco, como quem brinca de piscar, fomos desatando certas vendas, umas, admito, mais resistentes do que outras. Essas, inclusive, ainda estão, vez ou outra, tentando me tapar os olhos, como se quisessem a todo custo evitar que o meu olhar, o nosso olhar, as cortasse. Quando percebemos, eu e ele, que o olhar “mata mais que atropelamento de automóvel/ mata mais que bala de revólver”⁵, nos demos conta de que as feridas, as minhas e as dele, eram de tanto (não) ver, de não querer ser visto, de tanto forçar uma cegueira, de tanto buscar no olhar do outro um olhar, aquele olhar.



Imagem 3: Olhar(es) do(s) Outro(s)
Emoji “eyes”

Fonte: <https://emojipedia.org/pt/olhos>

Com o tempo, na troca dos olhares, aquilo que antes era enorme, passou a ser minúsculo, pois os olhares, o meu e o dele, mudaram. Coisas grandes tornaram-se pequenas, olhares vigilantes foram refratados e agora tendem a girar zangados em torno das suas próprias órbitas. A/O self hoje é um *dar a ver*, cujo sentido maior foge do olhar, pois está naquilo que está, mas não se vê. Eu e esse, que antes era um estranho, hoje um amigo, ainda brincamos no escuro, mas sob a luz já não há mais quase nada que nos olhe.

*

O olhar de pesquisador⁶

O olhar, na história da humanidade, tem sido objeto de disputas, inquietações, do constante desejo. Seja numa perspectiva mais pessoal, quando nos sujeitamos ao olhar do outro para receber validação sobre a aparência, o

⁵ Trecho de “Tiro ao Álvaro”, canção de Adoniran Barbosa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mD72d3pwEMg>. Acesso em: 01/08/2024.

⁶ Posição forjada pela inscrição subjetiva no campo político da produção científica, mediado pela teoria que sustenta a produção das narrativas teóricas.

comportamento ou sobre nossas ações e méritos. Ou numa perspectiva mais ampla, o olhar funcionando no social, expressando-se pelo ver/ser visto em diferentes sociedades no decorrer da história, ou ainda, na relação do consumo de diferentes símbolos, ícones, mercadorias das mais variadas formas, tamanhos, cores e valores.

Na psicanálise, o olhar é objeto de teorização de Jacques Lacan, que investe na distinção do olho para olhar, explora a relação do olhar com a castração e angústia, e aponta para o poder do olhar e seus feitiços – o mau olhado. A pulsão especular ganha relevo na obra de Lacan, especialmente no que diz respeito ao Imaginário, na sua relação sempre constitutiva com o Real e o Simbólico, especialmente no que tange ao Estádio de Espelho:

Decorrente da relação especular responsável pela constituição do sujeito e por sua compreensão do seu corpo como inteiro, tal compreensão faz parte do sujeito e é também responsável pela sua própria constituição. O processo se dá pelo olhar da criança, diante de um espelho, antes mesmo de andar e de falar, descobrindo refletida sua própria imagem e, assim, com efusiva alegria, descobrindo-se como inteiro. O olhar do adulto – outro e Outro, noções que mais tarde serão desenvolvidas – que a acompanha e provavelmente a segura ou ampara, confirma a constatação infantil. (Furtado, 2016, s/p)

O olhar ocupa, portanto, um espaço fundante na subjetividade. É no/pelo gesto de olhar a si e ao outro que o sujeito passa a bordejar sua identidade e estabelece processos de identificação com o social. Não sem contradições ou adversidades, sem traumas ou sofrimento. O sofrimento também afeta o sujeito pelo olhar, pois é pelo olhar que funciona a castração em primeiro plano. Quando um grupo social percebe o diferente, é pelo olhar que chega primeiro a censura, muitas vezes antes da palavra, e, os olhares se trocam, se fortalecem e se confirmam, colocando-se armados e enfurecidos para quem se olha. No social, o olhar é sem dúvidas violento, pois marca irrepresentavelmente aquilo que é dissidente.

Em *A República*, de Platão (2002), fui apresentado à história do anel de Gíges: contada pelo filósofo para discutir o estatuto da ética, o mito questiona se o homem agiria corretamente caso tivesse o poder de fazer maldade sem ser percebido. O personagem Glauco entra em atrito com Sócrates, na insistência de que a que justiça e virtude não são de fato desejáveis em si mesmas. O que

importava, na perspectiva de Glauco, era aparentar ser um homem justo e bondoso. Não era/é preciso ser, de fato. Como argumento que sustenta sua posição, Glauco oferece a história, sugerindo que a única razão pela qual as pessoas agem moralmente é que eles não têm o poder de se comportar de outra forma. Basta retirar o medo da punição, que pessoas “justas” e “injustas” se comporta(ra)m da mesma maneira: injustamente, imoralmente. Narra Platão:

Giges era um pastor a serviço do rei de Lídia. Houve uma grande tempestade e um terremoto fez uma abertura na terra no lugar onde ele estava alimentando seu rebanho. Espantado com a visão, desceu até a abertura, onde, entre outras maravilhas, viu um cavalo oco de bronze, com portas. Giges então se agachou e viu o corpo de um homem com apenas um anel de ouro no dedo. Ele pegou o anel e voltou para a superfície.

Com esse anel no dedo, foi assistir à assembleia habitual dos pastores, que se realizava todos os meses, para informar ao rei o estado dos seus rebanhos. Tendo ocupado o seu lugar no meio dos outros, virou sem querer o engaste do anel para o interior da mão; imediatamente se tornou invisível aos seus vizinhos, que falaram dele como se não se encontrasse ali. Assustado, apalpou novamente o anel, virou o engaste para fora e ficou visível. Logo em seguida repetiu a experiência, para ver se o anel tinha realmente esse poder; reproduziu-se o mesmo prodígio: virando o engaste para dentro, tornou-se invisível; para fora, visível. Assim que teve certeza, conseguiu juntar-se aos mensageiros que iriam conversar com o rei. Chegando ao palácio, seduziu a rainha, conspirou com ela a morte do rei, matou-o e obteve assim o poder. (Platão, 2000, p. 56)

Na fábula, me chama atenção que o poder do anel de Giges não está em mudar o reconhecimento dos outros sobre o que é certo ou errado, mas de tornar visível ou invisível, o sujeito que usa o anel. O desfecho da fábula platônica me leva até os versos da música Quatro Vezes Você,⁷ do grupo Capital Inicial: “O que você faz quando /Ninguém te vê fazendo/ Ou o que você queria fazer/ Se ninguém pudesse te ver...”. A narrativa musicada nos versos atualiza a fábula platônica, nomeando os personagens, expondo o indesejável, o não sabido, o escondido da vida, aquilo que é estranho, complicado, diferente.

A escrita da presente dissertação coloca em jogo os modos de afetar-se pelo olhar, pois, sou significado e significo o olhar de diferentes modos. Enquanto sujeito, cujo olhar é, em alguma medida, o objeto de desejo, sou paradoxalmente atravessado pelo desejo do invisível, pela liberdade do escuro, do desconhecido. Contradição constitutiva entre o desejo e a fuga do olhar. E nessa medida, o

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gsW8lRbaWnl>. Acesso em: 20/06/2024.

objeto de desejo não deixa de produzir efeitos dissimulados pela evidência do teatro da consciência, (re)aparecendo transformado como objeto de pesquisa⁸.

A cultura de cancelamento, temática que abraço neste projeto, apresenta-se como uma política do olhar, também contraditória, uma vez que emerge numa temporalidade marcada por formas de (auto)exposição midiaticizada nunca antes vista. Há sempre um olhar à espreita, multiplicando-se por infinitas telas. Há sempre um sujeito na expectativa de um olhar, na tentativa de se fazer visto através de uma tela. A partir dessa compreensão, entendo o olhar como gesto no nível do simbólico (Pêcheux, 2010a, p. 77), o que implica na não exclusão da subjetividade dos olhares analíticos empreendidos na investigação científica.

Para iniciar este itinerário, proponho como ponto de partida o episódio *Joan is Awful*⁹, primeiro episódio da sexta temporada de *Black Mirror*. Vejamos os recortes:



Imagem 4: Recorte de *Joan is Awful*, episódio de *Black Mirror* (série de tv/streaming), Netflix.

⁸ “O objeto de análise não está conceitualmente definido como o elemento de um processo do qual é preciso construir a estrutura, este objeto de desejo, o que implica duas consequências: a primeira é a de que a constituição do objeto depende daquilo que, no espírito do analista, o leva a colocá-lo; a segunda é a de que o analista finge encontrá-lo como um dado natural, o que o livra de sua responsabilidade. [...] A relação psicanalítica constituiria assim, nesse ponto, um caso particular na medida em que aquele que é analisado existe também pelo e para o desejo do analista.” (Pêcheux, 2010a, p. 66)

⁹ Joana é péssima, em tradução livre.

O episódio tem início com a vida cotidiana de Joan, uma mulher branca estadunidense que ocupa uma posição de chefia numa corporação. Acompanhamos suas tomadas de decisão, seus comportamentos e ações de uma vida mediana e aparentemente sem uma grande narrativa. Ao chegar em casa, no entanto, Joan é surpreendida. Durante todo seu dia, suas ações foram monitoradas, gravadas, transportadas e adaptadas para um roteiro de série de streaming. Ao ligar sua televisão, na companhia do seu namorado, Joan percebe que é sua vida, interpretada por uma famosa atriz, que está sendo exibida em telas do mundo todo. Joan entra em choque. Um choque com o assombroso aparato da tecnologia, que nos captura, nos registra a todo tempo.



Imagem 5: Recorte de *Joan is Awful*, episódio de *Black Mirror* (série de tv/streaming), Netflix.

Sua vida, agora exposta diariamente para milhões de espectadores, sofre com as consequências da exposição: Joan perde seu namorado, seu emprego e sua saúde mental. Recorre então a uma advogada (metonimização do jurídico que “protege” e resguarda os direitos dos usuários). Entretanto, Joan é informada que ao concordar com os termos de uso de uma determinada rede social, ela autorizou o uso da sua imagem para todo e qualquer fim. Não há saída, pelo jurídico, para que sua vida pare de ser exibida nas telas.



Imagem 6: Recorte de *Joan is Awful*, episódio de *Black Mirror* (série de tv/streaming), Netflix.

No clímax narrativo, Joan decide protagonizar uma cena escatológica: infecta-se com diversos laxantes e comidas gordurosas a fim de ter uma crise intestinal (diarreia). Vestida como cheerleader¹⁰ e com um pênis desenhado na sua testa, ela invade uma cerimônia de casamento e despeja fezes por toda a igreja.



Imagem 7: Recorte de *Joan is Awful*, episódio de *Black Mirror* (série de tv/streaming), Netflix.

A atriz que interpreta Joan no seriado fictício a procura, pois não queria sua imagem veiculada à personalidade roteirizada pelos autores da série. Para

¹⁰ Líder de torcida, imagem frequentemente retomada na memória fílmica do cinema estadunidense.

sua surpresa, assim como Joan, ela havia cedido seus direitos de imagem ao assinar o contrato com a produtora e mesmo que não gravasse as cenas, utilizavam inteligências artificiais para produzir o seriado.

Black Mirror, série exibida desde 2011 e roteirizada pelo britânico Charlie Brooker, produziu um reviramento nas formas de consumo midiático de programas televisivos. Iniciada como num formato para a TV e posteriormente trazida para o *streaming*, a série tornou-se um marco cultural do nosso tempo, capturando sujeitos-espectadores pela dinamicidade narrativa, pelo inesperado de cada (novo) episódio antológico e pelo modo particular de dar contorno audiovisual para a iminente relação entre os modos de subjetivação do contemporâneo com a conexão/submissão (tecno)ideológica.

Na série, o olhar é exposto aos desconfortos do caótico mundo mediado pelo digital, espelhando à sua maneira certos descompassos entre estas duas espacialidades materiais agora indistintas: o dentro e o fora da rede - digitalização dos afetos através de aplicativos e sites; a vida registrada e arquivada pelas redes sociais; o todo do conhecimento (ou conhecimento do todo) disponível na palma da mão; sem distâncias, sem fronteiras, não mais separação entre o íntimo e particular daquilo que é público, de conhecimento amplo; pós-verdade, Fakenews, robôs e inteligência artificial. Nas palavras de Brooker: “cada episódio tem um elenco diferente, um cenário diferente, até mesmo uma realidade diferente, mas todos se tratam da forma que vivemos agora — e da forma que podemos estar vivendo daqui a 10 minutos se formos desastrados”¹¹.

Parece coerente (ou conspiratório), que os roteiros de *Black Mirror* produzam a evidência de que isto é o agora: desejos obscuros e satíricos, emergindo de uma sociedade midiática que não consegue sufocar as imprevistas consequências das novas tecnologias. Delírio onírico-tecnológico, insurreição programada.

A conjuntura acima evocada remete à reflexão de Byung-Chul Han (2018), filósofo na perspectiva da Crítica Cultural:

[...] Somos desprogramados por meio dessa nova mídia, sem que possamos compreender inteiramente essa mudança radical de

¹¹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2011/dec/01/charlie-brooker-dark-side-gadget-addiction-black-mirror>. Acesso em: 21/03/2024.

paradigma. Arrastamo-nos atrás da mídia digital, que, aquém da decisão consciente, transforma decisivamente nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto. Embriagamo-nos hoje em dia da mídia digital, sem que possamos avaliar inteiramente as consequências dessa embriaguez. Essa cegueira e a estupidez simultânea constituem a crise atual. (Byung-Chul Han, 2018, p. 10)

Embora não seja na mesma direção intelectual de Han que essa dissertação se inscreve, a agudez com a qual o autor reflete sobre as macro e micro transformações engendradas pela tecnologia digital na vida cotidiana contribui no intento de compreender as circunstâncias das quais emergem práticas muito singulares: “cegueira e estupidez simultâneas, Shitstorm, descargas de afeto instantâneas” (Han, 2018, p. 15) são sintomas de um borrão, que foi imposto pela comunicação digital aos limites entre o anonimato e a nomeação, produzindo outras temporalidades, nas quais ora os sujeitos são reunidos, ora são singularizados (Han, 2018). Nessa esteira de reflexão, o autor advoga a constituição do *homo digitalis*, que

É tudo, menos “ninguém”. Ele preserva a sua identidade privada, mesmo quando ele se comporta como parte do enxame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas via de regra ele tem um *perfil* e trabalha ininterruptamente em sua otimização. Em vez de ser “ninguém”, ele é um alguém penetrante, que se expõe e que compete por atenção. [...] O *homo digitalis* apresenta-se frequentemente, de fato, anonimamente, mas não é um ninguém, mas sim um alguém, a saber, um *alguém anônimo*. (Han, 2018, p. 28-29).

Em “Joan is Awful”, há um modo particular de textualização dos discursos, isso é, uma forma peculiar de colocar em funcionamento a linguagem entre os sujeitos que é específica da contemporaneidade. A série de streaming¹² não é uma novela exibida na televisão, não é uma radionovela, não é um folhetim, não é um boato oralizado. O formato streaming compõe parte das condições de produção dos discursos contemporâneos que se textualizam no/pelo digital. Em “Joan is Awful” podemos ver o retrato irônico e retorcido de algo que poderia, em alguma medida ou daqui a algum tempo, ocorrer com qualquer um. Joan era apenas uma cidadã comum que teve a sua vida virada de cabeça para baixo,

¹² O streaming ou fluxo contínuo de mídia é uma forma de distribuição digital que se opõe ao download, ou seja, dispensa a descarga de arquivos no disco de memória dos dispositivos. Utilizando a velocidade de navegação da rede, o streaming permite o consumo simultâneo de diversas formas de mídia. Uma discussão sobre o streaming e seu impacto na produção Audiovisual pode ser lido em *Silva; Dall'orto* (2017).

pois o seu cotidiano foi transformado em um programa de uma plataforma de streaming. Para Han,

Passar o dedo pela tela de touchscreen é um movimento que tem uma consequência na relação com o outro. Ele elimina aquela distância que constitui o outro em sua alteridade. Pode-se passar o dedo na imagem, tocá-la diretamente, porque ela já perdeu o olhar, o rosto. Com o pinçar [da imagem], eu disponho do outro. Descartamos o outro com o passar do dedo, afim de deixar que nossa imagem espelhada se apresente. (Han, 2018, p. 49)

Esta é então a *ponta do iceberg*. Metáfora já desgastada, mas ainda muito eficaz para ilustrar o esforço em situar a discussão desta dissertação no entremear de diversos dizeres sobre o sujeito contemporâneo. Nessa direção do olhar, busco construir um trajeto de interpretação possível que contribua, de alguma forma, para que compreendamos, na/pela linguagem, como somos afetados pelas determinações da ideologia. É nesse espaço movediço do entretelas que procuro dar visibilidade à espessura simbólica, histórica e ideológica de práticas que enredam sujeitos-usuários na atualidade.

No decorrer dessa pesquisa, na tentativa de colocar luz sobre as cicatrizes da história na língua, das lacunas deixadas pela linguagem na história e pelas ausências, que a onipresença do inconsciente coloca sobre a chamada “cultura de cancelamento”, proponho uma mudança de terreno. Tomo de empréstimo o termo utilizado por Michel Pêcheux, em *Análise Automática do Discurso* (2010a), para intervir de modo teórico e político à sua época, pois entendo que para contribuir com a teorização sobre *os movimentos do discurso nas práticas da cultura de cancelamento*, se faz necessário romper com a evidência da cultura como algo inato ao sujeito, tomando-a enquanto prática¹³ discursiva e, assim, analisar a cultura de cancelamento da perspectiva da Análise do Discurso Materialista. Parto, para isso, do deslocamento que apontam Maldivier, Normand e Robin (2014)¹⁴, no entendimento do discurso como prática discursiva, para as autoras

¹³ Sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux (2015c, 24-25) vai definir a prática sob a ótica do materialismo como “todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinada, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados. Seguindo essa concepção, a prática discursiva é aquela se tem como matéria-prima a linguagem, que produz sentidos historicamente determinados, a partir de um determinado direcionamento ideológico, mobilizando o trabalho simbólico(interpretação) através do discurso.

¹⁴ Trata-se do esforço de propor uma leitura materialista e dialética do que postula Michel Foucault na *Arqueologia do Saber* (2008). As autoras afirmam que “o que mostra muito bem M. Foucault é que são as

O discurso como prática discursiva, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não discursivas. Esse complexo de relações, para nós, deve ser estabelecido no quadro do conjunto articulado dos conceitos do materialismo histórico. (Maldidier, Normand e Robin, 2014, p. 86)

Entendo, a partir dos deslocamentos propostos pelas autoras que uma prática discursiva se caracteriza pela inscrição do sujeito em uma determinada prática de linguagem (midiática, política, religiosa, pedagógica, jurídica etc.), que coloca em relação sentidos que historicamente constituídos e significados na atualização das enunciações.

Por tudo quanto precede, proponho como objetivos teórico-analíticos para esta mudança de terreno, de maneira geral, a partir do quadro teórico discursivo, na perspectiva de contribuição para uma interpretação do cancelamento como prática discursiva, de modo específico:

- I) Analisar os sentidos de/sobre cancelamento em dicionários online;
- II) Analisar as discursivizações de/sobre o cancelamento de figuras públicas brasileiras em discursos midiáticos.

Para dar conta de tais objetivos, assumo a seguinte proposta de trabalho: trazer elementos teóricos e analíticos que possibilitem a compreensão do *cancelamento* como prática simbólica específica da *discursividade contemporânea*, entendendo que, para isso, será preciso alcançar a materialidade discursiva que sustenta tais práticas nas atuais condições de produção.

Na expectativa de realização dessa tarefa, a presente dissertação articula-se nos seguintes capítulos: a presente introdução, intitulada *(Des)Caminhos do olhar na trajetória de pesquisa*, em que destaco a afetação pelo olhar como ponto de entrecruzamento entre as posições de sujeito e pesquisador na tomada do objeto de pesquisa, bem a contextualização da discursividade mais ampla que sustenta o objeto de pesquisa e dos objetivos; o primeiro capítulo, intitulado *Sobre mudanças de terreno*, que destaca, no interior do marco teórico que sustenta a pesquisa, as noções de *discurso*, *sujeito*, *texto*,

formas de assujeitamento ideológicos que governam os mecanismos enunciativos". (Maldidier, Normand, Robin, 2014, p. 78).

discursividade e materialidade(s); o segundo capítulo, cujo título é *Dos andaimes suspensos ao cancelamento*, que condensa uma série de leituras e perguntas suscitadas no decorrer da pesquisa, abordando uma discussão que envolve luta de classes, aparelhos ideológicos de estado e espetacularização, pensando as interlocuções possíveis com a Análise do Discurso, e, em segundo momento, encaminha-se para discutir, do ponto de vista teórico-metodológico, os critérios de constituição do corpus e a preparação dos recortes para análise.

Os dois próximos capítulos apresentam as análises relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa, assim, no terceiro capítulo, cujo título é *Nomear é preciso: os sentidos de cancelamento e cultura de cancelamento*, apresento as análises empreendidas a partir de dicionários online, sob as designações *cancelamento*, no Dicionário Google, e, *cultura do cancelamento*, no Dicionário Informal. Posteriormente, no quarto capítulo, intitulado *Discursos de e sobre cancelamento: funcionamento e argumentação*, trago as análises das discursivizações de e sobre os cancelamentos de Karol Conká e Monark em portais midiáticos. Por fim, no último capítulo da dissertação, de título *Caminhos (in)conclusivos: Na repetição a transformação*, encarrego-me de produzir um efeito de conclusão para a discussão, evidenciando as retomadas, as lacunas e os encaminhamentos possíveis suscitados no decorrer dessa trajetória.

1. SOBRE MUDANÇAS DE TERRENO

Não é certo que o objeto teórico que permite pensar a *linguagem* seja uno e homogêneo, mas que talvez a conceitualização dos fenômenos que pertencem ao “alto da escala” necessite de um deslocamento de perspectiva teórica, uma *mudança de terreno* que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual. (Pêcheux, 2010a, p. 71-72)

Para seguir no encalço dos objetivos dessa dissertação, é preciso dar certa consequência ao fato de que este é um trabalho acadêmico forjado à luz da Análise do Discurso Materialista (AD), com filiação nas contribuições das produções intelectuais de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, além dos trabalhos desenvolvidos por autores e autoras que orbitam nessa constelação. Esse tem sido um esforço constante e necessário, inclusive para debater a *Cultura de Cancelamento* com colegas de áreas vizinhas, como o campo da Comunicação. Fez-se necessário, desde o pré-projeto, tomar partido pela AD e assumir os riscos que essa tomada de posição enquanto pesquisador impõe constantemente. Utilizo o espaço de escrita dessa dissertação para reafirmar o potente corpo teórico-metodológico seminado na História das Ideias por Pêcheux e inervado na Linguística Brasileira por Orlandi. Não foram poucas as ocasiões em que trazer para a discussão de um fenômeno contemporâneo noções como ideologia e assujeitamento provocaram desconforto nos pares, dos quais partiram sugestões de outras teorias mais “recentes”, “adequadas” ou “consistentes” para dar conta desse polêmico objeto.

Se no fim da década de 60 do século passado, a Análise do Discurso batalhava a duras penas o seu reconhecimento e institucionalização, hoje, e no Brasil, reconhece-se como um campo amplo, heterogêneo e com diversos autores. Mas notadamente, há um apagamento político-teórico de seus fundamentos, cuja gênese está nas reflexões desenvolvidas por Michel Pêcheux e o grupo de intelectuais que com ele colaborou entre os anos 70 e 80.

Por ocasião do I Simpósio de Estudos em Análise do Discurso (SEAD, Porto Alegre/2003), Jean-Jacques Courtine profere a conferência *A estranha Memória da Análise do Discurso*, refletindo sobre o modo como desde a morte de Pêcheux houve, no contexto francófono, não apenas a dispersão de um grupo de pesquisa, mas a transformação de projeto de luta teórica e política num conjunto de “conceitos sem enunciador, numa teoria órfã ou solteira” (Courtine,

2005, p. 26). Courtine vai indagar então o uso do termo “Escola Francesa de Análise do Discurso, como um significante único, que apaga as contradições e o movimento incessante de reelaboração próprios da teoria da semântica discursiva, e para isso, analisou naquela ocasião verbetes do recém-publicado *Dicionário de Análise do Discurso*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2001). Courtine diz:

Aquelas que, precisamente e desde o começo, haviam inventado a expressão “escola francesa” eram partidários de uma concepção contrastiva dos discursos, a partir da qual eles pensavam o universo em termos de tipologia, e à qual, Pêcheux, eu mesmo e alguns outros opúnhamos a noção de *formação discursiva*, concebida a partir das contradições que faziam das formações discursivas unidades divididas, de modo algum redutíveis a um quadro tipológico. A “escola francesa” deles não era em nada a nossa: ela constitui antes uma das tendências contra as quais nós nos esforçávamos para construir uma teoria do discurso. (Courtine, 2005, p. 27)

A sofisticada crítica-análise que Courtine desenvolve coloca a produção do conhecimento no terreno do político, apontando as disputas, as dissimetrias e os diferentes modos de dizer sobre um campo de formulações fortemente atravessado pelo social. Marcas da singularidade do pensamento materialista-althusseriano germinado por Pêcheux e que foram pouco a pouco esterilizadas do campo discursivo. Pois, como aponta Courtine:

A homogeneização acadêmica e disciplinar, que amalgama, neutraliza e torna indistinguível sob uma etiqueta [consensual] posições teóricas contraditórias umas com as outras, e que depois corta o laço com a realidade política e histórica que lhe dava boa parte de seu sentido, tornando indecifráveis os riscos políticos que essas posições vinham a exprimir. (Courtine, 2005, p.28)

Da exposição do autor, apreendo então que a AD praticada por Michel Pêcheux tornou-se obsoleta no contexto teórico da França nessas duas primeiras décadas dos anos 2000. O que se tinha (e ainda se observa nos dias de hoje) aproxima-se mais de perspectivas enunciativas, metapragmáticas e textuais, fazendo pouquíssimo ou nenhum diálogo com os postulados forjados pelo grupo pecheuxtiano.

Aproximando-se mais da temporalidade presente, Paveau (2019) aponta para a necessidade de fazer *hoje (re)intervir*¹⁵ o materialismo na Análise de Discurso, recolocando, já sob outras condições materiais, no cerne dos trabalhos, o forte entrelaçamento entre língua e história. Nas palavras de Paveau (id), o processo de transformação sofrido pela AD mostra que a teoria se *despolitizou*, em outras palavras:

Se gramaticalizou, isto é, concentrou-se sobre o fio do discurso, o intradiscurso, negligenciando as dimensões do interdiscurso e as condições históricas de produção dos discursos. É efetivamente na perspectiva marxista, em sua dimensão materialista, que foi pouco a pouco abandonada, em proveito de uma tecnização e de um logocentrismo ainda mais crescente. (Paveau, 2019, p. 281)

Do lado de cá do Atlântico, porém, a Análise do Discurso foi *reterritorializada*, pois encontrou na sociedade brasileira um fértil campo de enraizamento, sem, contudo, perder seus fundamentos basilares. Do lado de cá, onde as marcas da colonização impõem relações violentas e dessimétricas entre os sujeitos, entre os sujeitos e as línguas e entre os sujeitos, as línguas e a sociedade a AD fizeram-se não apenas uma forma militante, mas um corpo teórico-político que se desafia constantemente na elaboração de modos de interpretar que desconstroem a obviedade, produzindo questões que flagram a ideologia, pela materialidade da linguagem. (Orlandi, 2020).

Por tudo quanto precede, é preciso então explicitar alguns aspectos da teorização que viabiliza o movimento analítico dessa dissertação, reiterando importantes aspectos que possibilitam o desenvolvimento de uma pesquisa no campo discursivo. É *o corte epistemológico*, como destaca Thomas Herbert (Pêcheux, 2015c), que “transforma um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado”. E assim se coloca a questão da cientificidade indispensável na realização de uma pesquisa em Análise do Discurso. Cientificidade essa que procura justamente o rompimento e a desconstrução com interpretações já concebidas e cristalizadas, mas o faz

¹⁵ Em entrevista ao coletivo *Contradit*, ao ser questionada sobre um possível retorno à perspectiva materialista (histórica) nos estudos discursivos francófonos, a discursivista francesa rejeita o uso da palavra *retorno*: “Não penso, entretanto, que seja preciso retornar a uma teoria que, como todas as teorias, é datada, isto é, tomada em suas condições materiais de produção. Eu penso inclusive que haveria quase um contrassenso materialista em “retornar” ao materialismo anterior, uma vez que o materialismo, por definição, só pode ser contemporâneo.” (Paveau, 2019, p. 282).

apontando insistentemente para a relação entre os instrumentos e a teorização, pois “o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas em construção” (Henry, 2010, p. 15).

Pêcheux, a época dos seus primeiros trabalhos com a AAD (Análise Automática do Discurso), tinha como objetivo não apenas a entrega de um produto, mas a inculcação de questões muito provocadoras no interior das Ciências Sociais, questões que dizem respeito à cientificidade, ao compromisso com um fazer teórico reflexivo sobre suas próprias práticas; concluindo que, “as ciências colocam suas questões através da interpretação dos instrumentos, de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria”. (Henry, 2010, p. 16). Ou seja, na perspectiva discursiva que estava sendo forjada por Pêcheux, na França em 1969, “um instrumento não podia ser concebido independentemente de uma teoria que o incluísse ou que pudesse conduzir à teoria desse mesmo instrumento.” (Henry, 2010, p. 17).

Pelas razões expressas, é que a Análise do Discurso Materialista viabiliza a construção de um observatório para o *cancelamento*, pois sua arrojada reflexão sobre seus instrumentos colocam o discurso como um elemento fulcral na transformação da realidade, não apenas na mediação das relações com a realidade, mas como um robusto mecanismo de interpretação do modo como as relações de opressão e resistência textualizam-se no corpo social. Nessa direção, ao se inscrever no campo da AD, é preciso ser coerente com o primado de que “o próprio termo discurso, que acabamos de submeter à análise, longe de ser um primitivo a ser tomado em sua evidência ou em uma tradição é um conceito que a reflexão deve procurar construir” (Gadet, 2010, p. 7).

Discurso e sujeito

O primeiro aspecto teórico que pretendo abordar diz respeito ao entrelaçamento entre discurso e sujeito. Trata-se uma discussão fundamental para a interpretação do cancelamento, conforme analisarei posteriormente. Para tratar desse ponto nerval, é preciso recorrer à obra de 1975, *Semântica e Discurso* (Pêcheux, 2014a), trabalho no qual o autor produz uma forte crítica ao Idealismo, tomando posição pelo Materialismo Histórico para propor uma *teoria*

materialista dos processos discursivos. Teoria essa que se opunha ao que o autor define como uma *teoria lógico-linguística do discurso*: “o efeito ideológico “sujeito”, pelo qual a subjetividade aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação.” (Pêcheux, 2014a, p. 121). É na forja de uma “*teoria não subjetivista da subjetividade*” (*op. cit.*), que muitos fios se costuram para explicitar o mecanismo de *assujeitamento ideológico*, a entrada do sujeito no simbólico¹⁶ e produção do sentido. Nas palavras de Pêcheux:

Podemos discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos de condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. (Pêcheux, 2014, p. 124-125)

As bases para a teorização de Pêcheux sobre o sujeito do discurso estão fortemente impregnadas pelo pensamento de Louis Althusser. Essa sustentação, não sem contradições, torna-se talvez um dos pontos mais significativos de ruptura da AD materialista com outras teorias do texto e do discurso, tanto no final do século XX, como nos trabalhos contemporâneos. Para Orlandi (2020), essas concepções sobre o sujeito da/na linguagem trazem à tona um sujeito que é empírico ou psicológico. Diz a autora: “nem o individualismo subjetivista da teoria da enunciação (sujeito individual), nem o do objetivismo abstrato (sujeito universal) dos formalistas (Orlandi, 2020, p. 26).

Vale ressaltar, nesse ponto da discussão, que a noção de sujeito do discurso recusa a idealização do sujeito da linguagem como ponto de partida: “forma que o coloca na origem, enquanto onipotente e determinado pelas suas intenções: ora tendo controle do sistema, ora plenamente identificado a ele (Orlandi, 2020, p. 26). Recusa também a formatação comunicacional de Jakobson que coloca a linguagem como o código, responsável por transmitir uma mensagem. Desse modo,

¹⁶ Nos diz Leandro-Ferreira (2010, p. 25): “O real é apresentado como um corte na estrutura do sujeito, a falta originária da estrutura. É precisamente em torno dessa falta que o inconsciente se estrutura. O real é, portanto, o núcleo do inconsciente. Tudo começa a partir dele. O simbólico tem seu lugar, efetivamente, a partir do real. É no simbólico que o sujeito do inconsciente se estrutura como linguagem. O imaginário é originariamente faltoso para o sujeito, é captação especular no plano consciente. A possibilidade de sua constituição se dá pelo efeito de introdução do simbólico.”

As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e no entanto significam em nós e para nós”. (Orlandi, 2015, p. 18)

Pêcheux (2014a, p. 130), ao afirmar que “as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas”, intervém filosoficamente através do materialismo no campo da linguagem e coloca nessa relação tensa entre os Aparelhos Ideológicos de Estado, o objeto de *reprodução/transformação* das relações de produção (discurso). Assim, Pêcheux investigou os elementos plausíveis para pensar a linguagem fora do idealismo e, a partir da teorização althusseriana, alcançou a instância ideológica fundamental da subjetividade:

- i. “A Ideologia interpela indivíduos em sujeitos”;
- ii. “Só há prática através de e sob uma ideologia”;
- iii. “Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”.

Nessa esteira de reflexão, o termo “Ideologia” perde um sentido depreciativo e coloca-se como uma condição fundamental – efeito ideológico elementar – através do qual o “sujeito do discurso é origem do sujeito do discurso” (Pêcheux, 2014a, p. 144). É em Althusser que está parte seminal dessas reflexões:

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusas as evidências de transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e isto não constitui um problema – é um efeito ideológico. (Althusser, 1985, p. 94 *apud* Pêcheux, 2014a, p. 139)

Assim, entendo que a sustentação da proposição de que há uma indissociabilidade entre sujeito e discurso para AD ancora-se sobretudo na “[...] determinação pela qual questão da constituição do sentido junta-se à constituição do sujeito[...].” (Pêcheux, 2014a, p. 140). Desse modo é possível explicitar a tese da interpelação como o *movimento compulsório e inescapável através do qual o sujeito recebe as evidências que amparam sua existência a partir de certas condições materiais*. Retomando Pêcheux (2014a):

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc. evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram assim, sob a

transparência da linguagem o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, 2014a, p. 146)

Para uma compreensão mais aprofundada sobre toda a teorização feita por Pêcheux, é preciso atese ainda às noções de Formação Discursiva (FD) e Interdiscurso, entendendo que, no dizer de Pêcheux, essas noções se enredam, constituindo uma rede conceitual de muitos filamentos, sem os quais, entretanto, não é possível avançar na compreensão dos processos de subjetivação pelo discurso, pois são noções que sustentam, teoricamente, o *caráter material do sentido*.

Na visada pecheuxtiana, compreende-se como *Formação Discursiva*,

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (Pêcheux, 2014a, p. 147)

Esse conceito, tomado de empréstimo do trabalho de Michel Foucault em *Arqueologia do Saber (2008)*¹⁷, figura como ponto central no dispositivo teórico e analítico da AD, pois no campo teórico, marca o espaço contraditório no qual os sentidos são recortados do social e “apresentados” para o sujeito do discurso como naturais(-lizados); no campo analítico, permite ao analista expor o fio do discurso às fronteiras entre o dizível e o indizível naquela posição dada.

Decerto, para Pêcheux, se as palavras mudam de sentido de acordo com as posições daquelas que as empregam, isso ocorre porque o sujeito só o é a partir da inscrição em uma FD. O autor explicita ainda que este funcionamento que ocorre no interior de uma regionalização do discurso tem o nome de *processo discursivo*, ou seja, “o sistema de substituições, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada”. (Pêcheux, 2014a, p.148).

É importante destacar que para a teoria do discurso, na narrativa que tenho percorrido até aqui, a noção de FD tem a ver intimamente com a

¹⁷ Sobre o conceito de FD, nos amparamos também nas reflexões dos ensaios “Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?” (Indursky, 2005) e “Por uma história epistemológica do conceito de Formação Discursiva (Narzetti, 2018).

emergência da(s) subjetividade(s)¹⁸: identificar-se com um sentido e não com outro, ocorre em decorrência das filiações ideológicas que nos constituem e que se materializam, inconscientemente, nas produções languageiras, deixando ver/escapar o recorte que uma FD opera. Assim, discute o autor que “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (sujeitos do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “*na linguagem*” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 2014a, p. 47). A interpelação na linguagem, realizada pelo trabalho da FD em capturar simbolicamente os indivíduos, reitera a tese althusseriana de que a “Ideologia é eterna (omni-histórica)” (Pêcheux, 2014a, p. 138), pois se não há sujeito sem linguagem, de certo na linguagem o sujeito se constitui pela Ideologia.

Assim, ao constituir sua subjetividade na/pela relação com a linguagem o sujeito deparar-se-á com *domínios de pensamento* (Pêcheux, 2014a, p. 148), que recobrem imaginariamente as coisas ao seu redor, dissimulados pela literalidade do sentido e pela evidência de que “eu sou eu, e de que você é você” (id.). Nesse processo *sem início ou fim*, os domínios de pensamento são constituídos “sócio historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado a ver, compreender, fazer, temer, esperar etc.” (Pêcheux, 2014a, p. 148).

Há, na sustentação desse mecanismo, um outro fio, que liga materialmente a FD a sua exterioridade constitutiva: o *Interdiscurso*. Pêcheux (2014a) assume que

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (p. 149).

Essa proposição permite assumir que há, inexoravelmente, na determinação do sujeito discursivo pela FD que o interpela, o trabalho incessante do *interdiscurso*, que “[...] reside no fato de que *algo fala (ça parle)* sempre *antes, em outro lugar e independentemente.*” (*op. cit.*). Assim, para a AD, a Identificação Ideológica (ou tomada de posição) se dá justamente quando a posição-sujeito (àquela que diz respeito à enunciação, ao discurso do sujeito) recobre a *Forma-*

¹⁸ No decorrer do movimento analítico, busco tornar visível o trabalho das formações discursivas nas práticas de cancelamento.

Sujeito Histórica (àquela que representa a evidência idealista do EU e as evidências de sentido recortados por uma determinada FD do Interdiscurso). Pêcheux aponta,

Nessa perspectiva, o autocomentário, pelo qual o discurso do sujeito se desenvolve e se sustenta sobre si mesmo é um caso particular de fenômenos de paráfrase e de reformulação (como forma geral de relação entre substituíveis) constitutivos de uma formação discursiva dada, na qual os sujeitos por ela dominados se reconhecem entre si como espelhos dos outros: o que significa dizer que a coincidência (que é também convivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre sujeitos, segundo a modalidade do *como se* (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta), modalidade na qual a *incorporação* dos elementos do interdiscurso pode dar-se até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e a propósito do que isso é dito. (Pêcheux, 2014, p. 155)

Encontra-se aqui o ponto de maior crítica à concepção de sujeito forjada pela AD materialista, aspecto esse que também demarca sua maior distinção dentre outras teorias do texto e do discurso. Tratar do sujeito assujeitado não coincide, ao menos para quem se inscreve nesse campo teórico, com um sujeito “*idiotizado*”, pelo contrário: coloca a subjetivação como arena de disputa através da qual pode ocorrer tanto a *reprodução* como a *transformação* das relações sociais. Entendo que a solução mais fácil para os idealistas é contraverter a tese do assujeitamento, lendo-a como o esvaziamento do sujeito de sua capacidade de mudança, criando uma posição “sem ideologias” (ou Bicho-Papão) a partir da qual se é um sujeito livre, sem coerções ou amarras, autônomo. Para avançar com a discussão e longe de tê-la extenuado-a nas linhas que precederam, cabe retomar o que nos diz Orlandi:

Redefinindo, assim, a ideologia discursivamente, podemos dizer que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. A ideologia, por sua vez, é a interpretação do sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história e seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. (Orlandi, 2020, p. 31)

Discurso e texto: constituição, formulação e circulação

Enquanto teoria que rompe com o idealismo e que trabalha a ideologia como noção basilar, a Análise do Discurso traz consigo uma série de

questionamentos sobre as práticas de leitura, sobre o funcionamento dos textos para além de bancos de informações, portadores de um conteúdo a ser decodificado ou apreendido pelo leitor. É, antes de tudo, sobre as injunções históricas e ideológicas que levam o sujeito-leitor a identificar-se com um sentido “X” e não “Y” que trabalha o analista do discurso.

Peço licença para evocar um caso exemplar:

“*On a gagné*” [“*Ganhamos*”.]

Paris, 10 de maio de 1981, 20 horas (hora local): a imagem, simplificada e recomposta eletronicamente, do futuro presidente da República Francesa aparece nos televisores... Estupor (de maravilhamento ou de terror): é a de François Mitterand!

[...]

E depois, no meio dessa circulação confronto de formulações, que não vão parar de atravessar a tela da TV durante noite, surge um flash que é a mesmo tempo uma constatação e um apelo: todos os parisienses, para quem esse acontecimento é uma vitória se reúnem em massa na Praça da Bastilha, para gritar sua alegria (e acontecerá o mesmo na maior parte das outras cidades.

[...]

“*On a gagné!*” [“*Ganhamos!*”], repetido sem fim como eco inesgotável, apegado ao acontecimento.

[...]

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “*On a gagné*” [“*Ganhamos*”], cantado com um ritmo e uma melodia determinados (*on-a-gagné/dó-dó-sol-dó*) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva a do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável.

(Pêcheux, 2015d [1983], p. 19-21).

Este refinado gesto analítico, e posso assim dizê-lo em virtude das diferentes possibilidades metodológicas a partir dele engendradas no escopo da AD, inicia a discussão empreendida por Pêcheux em *Estrutura ou Acontecimento*, texto que data de 1983. Sempre percorrendo um caminho de reflexão filosófica, mas agora com os pés bem fincados na Teoria Discursiva, o autor volta a tocar na ferida narcísica das disciplinas de interpretação e na aplicação conceitual desmedida, baseada na transparência da linguagem e na relação direta entre o mundo e o sujeito através dela. Pêcheux (2015d, p.43) aponta para *um real*: “constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se apreende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos. No entanto, o que me captura no trato analítico feito

por Pêcheux reside em outras questões que podem ser depreendidas dessa análise.

Ao analisar o enunciado “*On a gagné*” [“*Ganhamos*”], Pêcheux convoca o leitor a olhar para a linguagem em funcionamento, no movimento social dos sentidos no cotidiano da vida dos sujeitos que mobilizam a língua(gem) nas mais diversas práticas. Embora o enunciado seja circunscrito pela cena política francesa, o movimento analítico deixa ver a importância que a *textualização* do enunciado implica nos efeitos de sentido produzidos nos sujeitos. A análise desenvolvida por Pêcheux fez ressoar a possibilidade de tomar como *corpora* não apenas os textos escritos do campo político, como empreendido nos projetos até então.

Embora não trate ainda da ruptura/abertura para outros campos discursivos, o movimento analítico arrisca-se em trazer não apenas o enunciado verbal, despossuindo a matéria escrita e fazendo com que a palavra significasse por si mesma. Do contrário, em seu gesto, Pêcheux tateia a possibilidade do discurso ser flagrado fora dos pronunciamentos, dos manifestos partidários ou das cartilhas e programas de governo para eleitores para realizar uma escuta do grito de comemoração dos vitoriosos da eleição presidencial na França de 1981.

Como afirma Lagazzi-Rodrigues (2017), a análise de Pêcheux “mostra que o enunciado é uma formulação irremediavelmente equívoca quando situada no cenário político. *Quem ganhou? Ganhou o quê? Quem somos nós? Quem é o conjunto de pessoas que compõe a esquerda? É um conjunto?*” (p. 92, grifos da autora). As perguntas sugeridas a partir da análise de Pêcheux passaram, pois, a ocupar um importante papel na relação com o material analítico dessa dissertação: *Quem cancela, cancela o que/quem? Por que algo/alguém é cancelado?* Representou também a possibilidade de tomar estes significantes – Cultura de Cancelamento/ Cancelamento – textualizando-se e sendo discursivizado por diferentes sujeitos, em diferentes formas, em diferentes condições de produção... Essa *variança*¹⁹ que remete ao mesmo tempo a uma regularidade²⁰, se colocou como princípio teórico incontornável para essa pesquisa: ao tratar das práticas discursivas da cultura de cancelamento, estou

¹⁹ “O que há são versões” (Orlandi, 2012).

²⁰ “Rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões etc. – isto é, uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade logicamente variável.” (Pêcheux, 2015d, p. 23).

falando de um discurso que se textualiza sob diferentes formas, pois é heterogêneo.

Discurso e Texto são, assim, contrapartes do processo de simbolização que captura o sujeito. Orlandi (2020, p. 23) afirma: “o texto é uma peça de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa”. Entender o texto enquanto peça de linguagem aponta para suas engrenagens, uma ordem de funcionamento própria na qual a textualidade relaciona-se não com modelos composicionais ou regras internas, mas aos princípios de significação pelos quais o sentido textualiza-se. Ou seja, recusa-se a dicotomia na qual o texto serve de veículo para informação (forma-conteúdo). Pois,

Dizer de diferentes maneiras produz diferentes sentidos, estabelece diferentes referências imaginárias. E isso importa muito! [...] A forma de dizer, o significante, é a base sobre a qual os sentidos se produzem, em diferentes condições. E por isso a inspiração deve ser entendida como um processo relacional entre significantes, e entre significantes e significados na história. A autoria se produz, portanto, no trabalho com o significante, delimitando textos. Um trabalho em que as condições de produção são determinantes. (Lagazzi-Rodrigues, 2017, p. 96-97).

O texto, tomado na perspectiva discursiva, é pensado sempre na relação com outros dizeres, e entendido como *objeto histórico* (Orlandi, 2020), oriundo do trabalho de interpretação de sujeitos (autores e leitores) na demarcação de fronteiras de sentido. A partir da teorização de Orlandi²¹, compreendo que ao levar em consideração a relação do texto com outros textos, suas condições de produção e sua exterioridade constitutiva (memória e historicidade), transborda-se a noção de texto enquanto objeto fechado. Dito de outro modo, na sua relação com o discurso, o texto deixa de ser um objeto linguístico de dimensão superior à frase e torna-se uma unidade complexa pois, embora sua representação produza um efeito de unidade (início, meio e fim), sua estruturação se dá pela incompletude (falta) e inacabamento (abertura à interpretação). Assim,

A AD está interessada no texto não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto. [...] Quando se trata de

²¹ Refiro-me ao capítulo *Texto e Discurso*, publicado inicialmente como artigo na revista *Organon* em 1995, e, posteriormente, incluído como capítulo no livro “Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico”. (Orlandi, 2020).

discurso, não temos origem e não temos unidade definitiva; Um texto é uma peça de linguagem de um processo discursivo muito mais abrangente. (Orlandi, 2020, p. 61-62).

Tomando como válido tudo quanto precede, entendo ser possível afirmar que ao pensar nas práticas discursivas da cultura de cancelamento, extrapolo o exercício definidor, apoiando-me na interrogativa “de como se põe um discurso em texto?” (Orlandi, 2020, p. 61). Dito de outra forma, por que podemos apreender um único discurso funcionando em textos das mais diversas naturezas? E, especificamente, por que o cancelamento pode ser discursivizado nas mais diferentes formas? Para responder a essa questão, recorro ao prefácio da obra *Discurso e Texto*, intitulado *Corpo do texto, vida da linguagem*, no qual Eni Orlandi postula que

Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir os contextos histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circulação específicas e
3. Sua circulação que se dá sem certa conjuntura e segundo certas condições. (Orlandi, 2012, p. 9)

Importa pensar a relação texto/discurso em seus momentos de constituição, formulação e circulação por entendermos que os discursos funcionam socialmente, marcados pelo “confronto do simbólico com o político” (Orlandi, 2012, p. 9) pois “o corpo do sujeito e o corpo da linguagem não são transparentes” (p. 10), e como consequência dessa assertiva, discurso e texto são pensados numa relação de *corporalidade*, pois o texto dá corpo ao discurso, não de modo direto, mas como um circuito em que a um só tempo a interdiscursividade ganha corpo (matéria) na *intradiscursividade*. Ainda para Orlandi (p. 12), “embora o texto se apresente, para o analista, como unidade imaginária, enquanto manifestação material concreta do discurso, ele se oferece como um excelente observatório do funcionamento do simbólico”.

Desse modo, entendo que o *eixo da constituição* é o que está mais distante da enunciação dos sujeitos, pois, como já afirmei mais acima, é trabalho da FD dissimular a existência do interdiscurso. Para Jean-Jacques Courtine (2009, p.74), “o interdiscurso é o lugar no qual se *constituem*, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD, os objetos

pelos quais o sujeito enunciador vai dar coerência a sua declaração.” A constituição, está relacionada com o recorte que uma FD faz do todo saturado de significações representado pelo interdiscurso. O recorte realizado pela formação discursiva captura apenas fragmentos, partes de um todo incapturável que é o eixo da constituição dos sentidos. Não é possível para a FD abarcar todos os sentidos do interdiscurso, uma vez que este relaciona-se, pela via do simbólico, a um funcionamento anterior, amalgamado ao inconsciente. Portanto, em consequência dessas leis de estruturação, o analista de discurso não chega plenamente ao interdiscurso de uma Formação Discursiva, mas aos sentidos por ela já recortados e significados em uma formação social dada; com efeito, é sobre os pontos que marcam a relação da interdiscursividade na *formulação* que trabalha o gesto de interpretação do analista.

Já o eixo da *formulação*, como o entendo, é o lugar privilegiado para flagrar o movimento discursivo entre o linguístico, o histórico e o ideológico. É formulando que o sujeito diz e se diz, trabalhando os espaços dissimétricos das/nas línguas e inscrevendo-se no simbólico, lugar da relação entre texto e autor, no qual o sujeito do discurso ocupa (imaginariamente) a origem do dizer. É preciso, conforme Courtine (2009), que se estabeleça, no trabalho analítico, limites para que o analista de discurso, na busca pela formulação, não se atenha apenas à superfície linguística. Ao buscar pelas formulações, aquilo que se lineariza no fio do discurso, não se está trabalhando com o dizer do sujeito empírico, mas o dizer colocado em relação a outras formulações, “de tal modo que cada uma delas aparece como uma reformulação possível de qualquer formulação pertencente à rede” (Courtine, 2009, p. 94). É, portanto, na formulação que os sentidos recortados por uma formação discursiva do todo saturado (interdiscurso) se atualizam, pois, a cada nova (outra) reformulação, os sentidos respondem à outra historicidade, outras condições de produção, sem, no entanto, perder o elo que os remete a formulações anteriores. Nos termos de Orlandi (2012, p. 10): “é pela formulação que o discurso ganha contorno material, instaurando o texto”.

Por fim, o eixo da *circulação*, está, no meu entendimento, mais próximo do sujeito, pois refere-se justamente aos diferentes modos como os discursos se movimentam de um objeto simbólico a outro. São os trajetos que cada dizer toma, seguindo um percurso, historicizando-se de uma maneira e não de outra.

Os efeitos dessa circulação afetam os sujeitos na sua relação com os sentidos, pois igualmente aos outros dois momentos, dissimula-se em evidências. Proponho um pequeno exemplo:



Imagem 9: Camiseta com a estampa “Cancel Culture” à venda na internet. Disponível em: https://www.zazzle.com.br/camiseta_cancelar_cultura-235912618008414048 Acesso em: 12/03/2024

É pela via da circulação que o olhar do leitor chega ao texto, pois nessa instância “os dizeres são como se mostram” (Orlandi, 2012, p.11). A camiseta na cor escura permite o destaque às inscrições verbais e não verbais no tecido. Em letras maiúsculas e garrafais está a expressão “CANCEL CULTURE”, relacionando-se com a estamparia de diversos “homenzinhos de palito” (traço que carrega sentidos relacionados à infância, à inocência). Na primeira fileira, os personagens estão vestidos e têm suas bocas tamponadas por um “X” na cor vermelha (presença histórica do sentido de interdição). Ao deslizar o olhar para a segunda fileira de personagens, o meu olhar topa com os bonecos despidos, menores, com as mesmas expressões interditas. Nas fileiras posteriores, apagam-se os corpos, engolidos pelo tom escuro do tecido, porém ficam os rostos, cada vez menores, cada vez mais achatados, sempre interditados.

Em jogo, ao perguntar pela constituição (O que significa “cultura do cancelamento?”), pela formulação (Por que esse dizer e essa estampa nessa camiseta?), as evidências de sentidos, ao mesmo tempo produzem e são produzidas pela “era digital”, e o olhar é seduzido ao esquecer da sua circulação, pois ela corresponde tanto à venda da camiseta numa loja online, quanto ao propósito de fazer circular este dizer (e não outro) sobre a cultura do cancelamento. Retomando Pêcheux:

“Isso circula” como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada ou, ao contrário, a falsa moeda das línguas de vento; os turbilhões esfumados do “não importa o quê” destinados a chamar atenção, desviando-a “dos problemas reais”. Não é tempo de destruir essa imagem duplamente complacente da circulação, constatando o fato de que as circulações discursivas nunca são aleatórias, porque o “não importa” não é nunca “não importa”? Aquilo que, em um momento dado, irrompe no espaço de repetição discursiva, aquilo que o transforma ou movimenta-o, não resulta de não importa qual fenda, torção, modificação. (Pêcheux, 2016a, p. 28)

É, portanto, através da circulação que o analista de discurso pode apontar como a maneira que um texto é posto em movimento em nossa formação social não é neutra.

Discursividade e materialidade(s)

Chego, enfim, naquilo em que desembocam as reflexões anteriores. Aproximar-se e dar consequência aos conceitos de *discursividade* e *materialidade* produziu significativos avanços na organização conceitual e analítica deste trabalho. Fez-me avançar porque em muitas ocasiões, na apropriação dos conceitos e na escrita discursiva, se tomou um pelo outro, como sinônimos, sem se dar conta do rigor teórico que realizar uma pesquisa em AD exige. Opto por trazer as noções de *discursividade* e *materialidade* como postos em relação um ao outro, por assim termos percebido seu funcionamento na lida com os materiais de análise.

A noção de *materialidade discursiva* torna-se espinhosa na medida em que facilmente o seu uso se dá relacionado ao corpus discursivo, ou seja, ao material de análise tomado pelo analista para condução da sua pesquisa. No texto de abertura do *Colóquio Materialidades Discursivas*, realizado na França

em 1980, Pêcheux (2016b p.17,) afirma: “Há um real da língua. Há um real da história. Há um real do inconsciente.”. Ele sustenta essas assertivas justamente para questionar quais as materialidades postas em jogo pela Psicanálise, pela História e pela Linguística, reafirmam a inexistência “de uma posição teórica que organize seu dispositivo de respostas.” (op. cit.).

Em outros termos, Pêcheux reitera a posição de que ao tratar da materialidade discursiva, precisa-se levar em consideração a não transparência da linguagem, a historicidade dos sentidos e o atravessamento do inconsciente na estruturação do sujeito e do discurso. O autor questiona: “Se há materialidade do discurso, é porque os discursos são tomados na materialidade histórica, no sentido de que há efeitos de determinação da estrutura histórica sobre o discursivo.” (Pêcheux, 2016c, p. 283). Para Orlandi (2016), é fundamental repensar o que quer dizer “materialismo” na constituição da AD e a autora pontua que se trata de compreender como processo e movimento se relacionam.

Ao retornamos ao *Semântica e Discurso* encontraremos na leitura que Pêcheux faz de Althusser, sinais dessa relação entre processo e movimento: “compreende-se, então, por que em sua *materialidade concreta*, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado)” (Pêcheux, 2014a). Pensar a materialidade, portanto está na base da compreensão sobre o funcionamento da Ideologia, posição essa para qual “o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas” [materialismo dialético] (Orlandi, 2016, p. 12) e que “o modo de produção da vida material condiciona os processos da vida” [materialismo histórico] (id). Se da posição marxista assumida por Pêcheux, a luta de classes é o motor da história (cf. Pêcheux, 2014a), a materialidade relaciona-se com a existência da matéria que se produz entre o movimento e o processo, na tensão entre classes e no interior da luta ideológica. Acredito ser nessa direção que Pêcheux (2015e) define a materialidade discursiva:

Enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura dada. (Pêcheux, 2015e, p. 151-152)

Desse modo, quando penso a materialidade discursiva, entendo que só é possível alcançá-la e com ao submeter o corpus aos procedimentos de análise. Não se encontra a materialidade discursiva como quem procura uma “agulha no palheiro” ou o “ator por trás do fantoche”. Enquanto nível de existência, a materialidade do discurso está lá, na estruturação do texto, nas diversas (re)formulações possíveis de um enunciado e seu reconhecimento demanda do gesto do analista o esforço para não separar os efeitos da forma de existência.

Já o conceito de *discursividade*, funciona para mim numa outra direção, mais ampla e responsável por situar diretamente o material de análise com um campo mais amplo. No dizer de Pêcheux, recupero duas referências de uso desse termo: inicialmente, “como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história” (Pêcheux, 2014b). E, posteriormente, quando o autor questiona “por que existe tanta dificuldade em pensar a relação entre resistência/revolta e discursividade”? (Pêcheux, 2016b). Não nos parece, aqui, que o autor esteja fazendo referência à corpus, como percebe-se o uso do termo, ou ainda que esteja funcionando como sinônimo para o termo “discurso”.

Da perspectiva que assumo, a discursividade relaciona-se a interrelação entre modos de existência próprios de um tempo histórico e as formas de inscrição simbólicas subjacentes a essas condições materiais. É possível, seguindo esta intuição, falar na *discursividade do Brasil no século XIX*, marcada pelos restos do colonialismo, pela instauração da República e pelo abandono ao povo negro denominado abolição. Esses marcos temporais, longe de serem apenas eventos englobam uma forma-sujeito específica e modos de dizer particulares que caracterizam pela ordem simbólica (em jornais, romances literários, publicações científicas, anúncios de escravos etc.) o modo particular como cada sujeito era afetado pelas ideologias naquela época. Nos dias de hoje, posso, ainda intuitivamente, demarcar outras fronteiras para a discursividade contemporânea, àquela pela qual o sujeito do discurso se converte em sujeito-usuário das mídias digitais e se inscreve no simbólico através de cliques, de toques na tela, de links.

Como designa um campo mais amplo, a discursividade pode ser interpretada como o imperativo que circunscreve toda prática simbólica à história. E, desse modo, é consequência também da historicidade e da opacidade da língua. Parece-me ser algo próximo de outra formulação

pecheuxtiana: “seria estranho que os analistas de discurso fossem os últimos a saber da conjunção existente entre a cegueira quanto à história e a surdez quanto a língua que diz respeito a seus objetos e suas práticas” (Pêcheux, 2009, p. 26). A esses efeitos paradoxais que a ordem do discurso – enquanto materialização do ideológico – provoca na trama social, entendo como discursividade, o elo que relaciona de modo mais amplo – pois é sempre pensada em relação à sua posição na história – sujeitos e sentidos.

Assumo, portanto, os pressupostos teóricos anteriormente elucidados como horizonte que me permite (re)enunciar a seguinte proposta de trabalho: me interessa, a partir daqui trazer elementos teóricos e analíticos que possibilitem a compreensão do *cancelamento* como prática específica da *discursividade contemporânea*, entendendo que, para isso, será preciso alcançar a materialidade discursiva que sustenta tais práticas nas atuais condições de produção.

2. DOS ANDAIMES SUSPENSOS

O pensamento de Michel Pêcheux é um pensamento *forte*. No encontro de vários continentes, mesmo se a tentação da grande construção foi viva em certo momento, não produziu nem síntese, sem sistema, mas deslocamentos e questionamentos. *Michel Pêcheux não construiu no firme. Ele é bem o homem dos andaimes em suspensos* de que fala, desde 1996, Thomas Herbert. (MALDIDIER, 2017, p. 15, *grifos nossos*)

O dizer de Maldidier (2017), sobre a produção e as consequências teóricas do trabalho de Michel Pêcheux com a Análise do Discurso, captura-me em sua opacidade desde que o li pela primeira vez, e, sempre que retorno a esta formulação, me pego enredado pelos sentidos postos em jogo entre *pensamento forte – não construiu no firme – andaimes suspensos*. Como seria possível referir-se a um escopo teórico tão sólido e robusto, já consolidado em muitas pesquisas e programas universitários, com esses termos tão paradoxais?

Entretanto, na escrita da dissertação, encontrei-me afetado por essa sensação de produzir algo firme e, ao mesmo tempo, fincado em um terreno movediço, na tentativa de dar um efeito de concretude para um objeto, efeito porque no fim das contas, o que está em jogo é a interpretação. Percebi que a firmeza de teorias já acabadas ou o invencionismo das tantas teorias inovadoras não trariam o desenvolvimento necessário para dar consequência aos objetivos desta pesquisa. Foi tateando através de outras formulações, esgueirando-me para dialogar com outros saberes que pude compreender a beleza de arriscar-se naquilo que não é sólido ou fixo.

Nas páginas seguintes, dedico-me, portanto, a traçar um percurso sobre formulações teóricas que permitam avançar na interpretação do movimento do discurso nas práticas da cultura de cancelamento. Trata-se, assim, de um espaço de reflexão ensaística, refluxo das leituras pelas quais fui afetado, no período entre 2021 e 2024, leituras sensíveis e balizadas pela posição materialista sustentada no capítulo anterior. Em outras palavras, busco apresentar os *andaimes suspensos* para que o objeto de pesquisa pudesse então ganhar contornos mais delimitados e possíveis de manejar no trato analítico. Para tal, elegi os seguintes pontos: (i) A luta de classes, o aparelho ideológico da informação e da *espetacularização* como parte da lógica capitalista, funcionando nas atuais condições de produção; (ii) aspectos da análise da materialidade digital que se impuseram no decorrer da pesquisa e da

escrita, incluindo os critérios utilizados na montagem do *corpus* e no *recorte* dos materiais analisados.

Luta de classes, aparelho ideológico de estado da informação e espetacularização

Começo esta seção retornando ao *Manifesto Comunista* (Marx; Engels, 2010):

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado (p. 40)

[...]

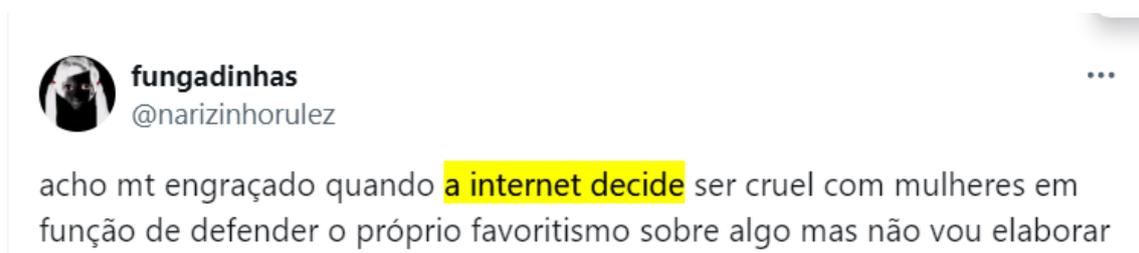
A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado e os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e suas relações com os outros sujeitos. (p. 43)

Na citação, Marx e Engels (2010) destaco o modo como a burguesia emergiu das antigas relações feudais, não sem aproveitar delas os espaços de dominação e reprodução das divisões sociais. A quem interessa, sobretudo, atualmente que a questão de classe seja tomada como já superada? Quais as evidências que sustentam essa tomada de posição pelo esquecimento dessas discussões *à esquerda* da/na intelectualidade?

Atualmente, entendo que esse funcionamento descrito por Marx e Engels está mais sofisticado, “modernizado”, pois ampara-se em mecanismos mais sutis e eficientes, mas ainda está lá, produzindo efeitos. Na rede digital, essas divisões e disputas atualizam-se pelos selos, pelas verificações, pelas chancelas dadas a certos perfis e não a outros, e, em muito, pela maior circulação e alcance que certos discursos e não outros possuem nas mídias digitais. Se antes, a interpretação da discursividade autorizava dizer que olhar era controlado pela Igreja, e, posteriormente pelo Estado, hoje o olhar está interpelado pelas “burguesias digitais”, autorizadas por elas próprias, pelo laço social produzido

pelos sujeitos em/na rede, que decidem “aquilo que pode e deve ser dito”²² (Pêcheux, 2014a).

Essa hipótese, faz coro justamente ao que dizem Marx e Engels no segundo trecho citado. Com o poder imperativo sobre a circulação do dizer, essa classe emergente da tecnocracia tem *alterado, transgredido, manipulado, transformado* as relações sociais, impondo limites e contenções à conduta pública, aos modos de relacionar-se com o outro e, em última instância, homogeneizado discursos e sujeitos sob o significante *internet*, tal como nos recortes abaixo:



Recorte 6: “a internet decide”, comentário na rede social “X” (twitter).
Disponível em: <https://x.com/narizinhorulez/status/1763893282902323218?s=20>.



Imagem 10: “a internet decide”, publicação no Instagram.
Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cw0xndWvQG6/>. Acesso em: 12/03/2024

²² Tomando de modo mais amplo a partir do que nos diz Pêcheux sobre o funcionamento da Formação Discursiva.



Imagem 11: “a internet não perdoa”, comentário na rede social “X” (twitter). Disponível em: <https://twitter.com/guganoblat/status/1667083883119104001?s=46>. Acesso em: 11/04/2024



Imagem 12: “Deus perdoa, a internet não!”, publicação na rede social LinkedIn. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/deus-perdoa-internet-n%C3%A3o-rafael-wagana>. Acesso em: 12/03/2024

Discursivamente, tomo caminho por investir no funcionamento desses recortes pela via da formulação (Orlandi, 2012), buscando interpretar o que se

diz no fio do discurso²³, entremeado a uma série de links na rede digital, pela sua forma particular de textualizar-se, forma essa que sempre remete a uma historicidade. Quando adentramos pela via da *formulação*, *submergimos no imaginário linguístico*²⁴ (Pêcheux, 2014a) e esbarramos na *sintaxe* enquanto plano que “mediatiza toda relação forma/sentido mesmo quando não organiza as formas dotadas de sentido” (Marandin, 2014, p. 132).

Esse quadro permite pensar nas relações sintáticas que o termo *internet* ocupa nos recortes supracitados: sempre acompanhada pelo artigo “a” na função de adjunto adnominal, o substantivo *internet* exerce função de sujeito em todos os recortes. Em “*A internet decide*”, “*A internet não perdoa*”, os verbos em sua natureza transitiva demandam a presença de complementos, pois quem “decide” o faz sobre algo, e quem “perdoa”, o faz em virtude de algo feito por alguém. Nesse jogo de imaginários linguísticos, como aborda Pêcheux, os sentidos vão alinhando-se uns aos outros, relacionando-se por entre as suas brechas e produzindo efeitos tanto pelo que dizem, mas como pelo que não dizem.

Os recortes, de 4 redes sociais digitais diferentes (X, Instagram, Facebook e LinkedIn), relacionam-se com aquilo que nos dizem Marx e Engels, na medida em que ao ocupar a posição de sujeito oracional, o substantivo a “internet” aponta justamente para uma *revolução nos meios de produção*. Entretanto, se na emergência da burguesia moderna essas revoluções faziam *os homens finalmente encararem sua posição social e suas relações com os outros sujeitos* (Marx; Engels, 2010, p. 43), atualmente, esse processo de transformação e ascensão das *burguesias digitais* produzem outras ilusões, diluindo fronteiras, aproximando realidades e com isso forjando um espaço livre de contradições onde tudo é possível de se dizer, desde que não seja diferente do que já se diz. Esse novo modo de produzir elos é fundamental para a exploração e alienação dos sujeitos. Para Marx e Engels, as transformações de paradigmas que o fortalecimento das burguesias modernas na Europa produziam o efeito de um afastamento necessário para que o sujeito encarasse a espoliação capitalista

²³ Na teorização de Pêcheux (2014a, p. 153) entende-se o “fio do discurso, enquanto discurso de um sujeito”, entretanto, o autor pondera: “essa articulação funciona no nível do consciente sob as diferentes formas de coerência lógica [...] ela não se reduz a isso: a ocorrência de certas oposições ou incisões pode representar a irrupção, no fio do discurso, de um processo inconsciente.

²⁴ Segundo Pêcheux (2014a), o *corpo verbal* enquanto “espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva (p. 165).

que o torna parte de uma classe social. Na perspectiva aqui assumida, a denominação a “internet” produz como efeito o encurtamento desse espaço de auto percepção, pois, como discute Han (2018), em capítulo que reflete sobre desaparecimento do respeito enquanto efeito das mídias digitais, esses efeitos são inegáveis:

A comunicação digital desconstrói a distância de modo generalizado. A desconstrução da distância espacial acompanha a erosão da distância mental. A medialidade do digital é nociva ao respeito. [...] A falta de distância leva a que o privado e o público se misturem. A comunicação digital fornece essa exposição pornográfica da intimidade e da esfera privada. Também as redes sociais se mostram como espaços de exposição do privado. A mídia digital como tal, privatiza a comunicação, ao deslocar a produção de informação do público para o privado. (Han, 2018, p. 12-13)

Da perspectiva aqui sustentada, as transformações sociais realizadas nas condições materiais de existência pelas tecnologias de informação e comunicação, tal como apontadas por Han, instauram outras formas de socialização, de interpelação dos sujeitos pelos discursos. Pêcheux (2014a), em 1975, apontava para as marcas discursivas resultantes dos processos de transformação social engendrados pela ascensão da burguesia, que se centram *nas relações sociais jurídico-ideológicas* e produzem *sujeito de direito*:

Essas *relações sociais jurídico-ideológicas* não são intemporais: elas têm uma história, ligada a construção progressiva, no fim da Idade Média, da ideologia jurídica do Sujeito, que corresponde a novas práticas nas quais o direito se desprende da religião, antes de se voltar contra elas.

[...]

Sob a evidência de que “eu sou realmente eu (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ideias, minhas intenções, meus compromissos), há o processo de interpelação-identificação no lugar deixado vazio. (Pêcheux, 2014a p. 145)

Dessa maneira, o *lugar deixado vazio* pelas relações jurídicas, que antes eram exclusivamente ocupados pelo Estado e o funcionamento do Direito (enquanto instâncias de reprodução-identificação da ideologia capitalista), pode ser ocupado, senão de maneira plena, mas dividida, por outros significantes (e não mais “A lei”, “O Estado”, “Deus” etc.). Se no espaço imaginário das combinações sintáticas possíveis e enunciáveis a “internet” pode ocupar esta posição, não apenas linguística, é porque há, em curso, um processo de

reviramento que faz conviver o sujeito de direito e o sujeito de dados²⁵. Assim, é possível adiantar das análises que, a *internet* ocupa a posição daquele que julga, decide, condena ou absolve os culpados, e nessa lógica, é ela quem está “no controle” das práticas de cancelamento.

Seguindo no percurso argumentativo, outro importante ponto de paragem está na obra de Louis Althusser, enquanto guinada do/no quadro marxista²⁶. Retomamos, brevemente, a conceituação dos Aparelhos Ideológicos de Estado operada pelo autor:

Para fazer avançar a teoria do Estado, é indispensável levar em conta não somente a distinção entre *poder de Estado* e *aparelho de estado*, mas também outra realidade que se manifesta junto ao aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confunde com ele. Chamaremos esta realidade pelo seu conceito: os *aparelhos ideológicos de Estado*. (Althusser, 2023, p. 73)

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos de Estado, certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada [...]:

AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas)
AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas)
AIE familiar
AIE jurídico
AIE político (o sistema político, os diferentes partidos)
AIE sindical
AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão etc.)
AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes etc.) (Althusser, 2023, p. 74-75)

A proposta de Althusser explicita o *duplo funcionamento* (de forma principal e forma secundária, ou ainda como infraestrutura e superestrutura)²⁷ que viabiliza a compreensão de que “constantemente tecem-se sutis combinações entre o jogo do aparelho (repressivo) de Estado e o jogo dos aparelhos ideológicos de Estado” (Althusser, 2023, p. 77). E, para

²⁵ Discutiremos sobre este conceito a partir dos trabalhos de Cristiane Dias (2018) nas análises.

²⁶ Compreendo que a AD de Michel Pêcheux emerge com a proficuidade da guinada *althusseriana* nas Ciências Humanas e Sociais, no contexto europeu à sua época. Entretanto, compreendo que os desdobramentos movidos por Pêcheux e seus colaboradores colocam a Análise do Discurso numa relação insubordinada, questionadora e menos subserviente, como um apêndice na constelação teórica do Marxismo. Por trabalhar lado a lado tanto com linguistas, como historiadores e psicanalistas, Michel Pêcheux acabou por tornar muito particular o dispositivo teórico e analítico que fundou, empurrando de modo mais ou menos “digesto”, interrogações para a própria teoria althusseriana. Uma discussão mais completa e aprofundada sobre as heranças, contradições e efeitos do pensamento de Louis Althusser na Análise do Discurso pode ser encontrada nos trabalhos de Bulhões (2012) e Kagowa (2012).

²⁷ (Althusser, 2023, p. 65).

operacionalizar essa distinção de modo consequente, o autor pontua outra compreensão basilar para os estudos materialistas, a partir do seguinte: “O aparelho repressivo de Estado *funciona através da violência*, ao passo que os aparelhos ideológicos de Estado *funcionam através da ideologia*” (p. 76).

Althusser, entretanto, não realiza dicotomizações extremas entre um e outro *modus operandi*; do contrário, assinala a hibridização dos aparelhos (repressivo e ideológicos) na medida em cada um deles, ao recortar sua frente de atuação na formação social – *daí serem observáveis através de instituições e distintas e especializadas* – configuram-se de modo mais ou menos violento e ideológico, mas sempre violento e ideológico, em outras palavras não há aparelhos que sejam apenas repressivos, pois é a Ideologia que permite o reconhecimento nos lugares de classe, e atua na subjetivação através da interpelação na/pela linguagem. Também não existem aparelhos apenas ideológicos, uma vez que as formas de violência podem ser as mais diversas, incluindo também a violência simbólica que ocorre na/pela linguagem. Portanto, para Althusser (2023, p.76), “com efeito, que todo aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, funciona tanto através da repressão como através da ideologia”.

É preciso ainda qual (ou quais) Aparelhos Ideológicos de Estado reporto e relaciono o movimento discursivo nas práticas da cultura de cancelamento: trata-se de um estudo que coloca em xeque as evidências de sentido que nos afetam²⁸ no/pelo *aparelho ideológico da informação*. Na perspectiva das Ciências da Informação e numa discussão sobre a *disseminação de informações ideológicas nas redes sociais*, Alves pontua que

O processo de produção de informações consolida a representação de diferentes discursos que são impressos nas mesmas visões de mundo dos diferentes indivíduos, pois a informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de nossa experiência, ou, num conjunto de relações tecidas entre agentes inscritos nestas formações culturais. (Alves, 2016, p. 23)

Embora o conceito de *informação* seja difuso e amplamente utilizado em diferentes perspectivas teórico-científicas, é a partir da definição cunhada por

²⁸ Mais estritamente como pesquisador, pela natureza do objeto e dos materiais mobilizados no decorrer da investigação; e, mais amplamente, enquanto sujeito, por estar sempre também interpelado pelas mídias e tecnologias que compõem este aparelho.

Gonzalez de Gómes (1999) que Alves envereda: “é a possibilidade de realizar ações de informação sobre processos de comunicação e conhecimento que permite aos atores sociais compreender-se dentro de uma ordem normativa (Gonzalez de Gómes, 1999, p. 120-121 *apud* Alves, 2016, p. 25). Coloca-se como relação *informação-ideologia* para nomear o que se observou como *informação ideológica*, conceituando assim “um fenômeno subordinado à condição de materialidade, uma vez que todo sujeito, enquanto ser livre, age com suas ideias, crê nessas ideias e age de acordo com elas, imprimindo nesse agir os atos de sua prática material.” (Alves, 2016, p. 25)

Colocar em relação informação-ideologia pode produzir diversos efeitos teóricos e analíticos. No caso da direção tomada por Alves (2016), incorre-se na compreensão do sujeito como livre (ator social, aquele que age), e de ideologia como crença que influencia as ações do sujeito. Do posto de vista que conduzi a presente pesquisa, ao ancorar-se no dispositivo teórico-analítico discursivo, dá espessura à linguagem nessa relação entre informação-ideologia, ao mesmo tempo que entende o inacabamento teórico constitutivo do pensamento althusseriano.

Na perspectiva da Análise do Discurso materialista, tratar da materialidade não é perceber as ideologias por trás, as crenças de um sujeito e o modo como tais crenças influenciam suas ações. Portanto, na direção que assumo, não seria possível separar informações ideológicas ou não ideológicas, ou ainda criar um gradiente das informações menos ideológicas até as que são mais ideológicas. Embora a conceituação realizada por Alves (2016) aborde a subordinação das práticas de informação à materialidade, a concepção de sujeito encadeada acaba por refestelar resquícios da posição de uma ideologia pragmaticista.

Nessa direção, para alcançar a compreensão de como as formas de produção capitalistas são fiduciárias do cancelamento, é preciso remeter a dinâmica do Aparelho Ideológico de Estado da Informação (AIEI) no batimento entre reprodução/transformação das relações de classe de que nos fala Pêcheux

Trata-se, portanto, de uma série de choques [...], na medida que elas se baseiam nos processos, através dos quais o domínio/exploração (no campo da sexualidade, da vida privada, do ambiente, da educação

etc.) capitalista se adapta, transforma, reorganiza. Pois “reprodução” nunca significou “reprodução do mesmo”. (Pêcheux, 2015f, p. 115)

No recorte da realidade material em que se vive, das condições de existência contemporâneas nas quais assertivamente o Aparelho Ideológico de Estado da Informação (AIEI) engendra modos e formas de subjetivação muito específicas é preciso seguir com Althusser (2023) na direção de compreender o contraditório funcionamento do AIEI. Na tese, *O efeito da tecno(ideo)logia na produção/circulação do discurso jornalístico: as eleições de 2018 e o Facebook*, Gobatto (2023) aponta que os avanços tecnológicos impuseram alterações consubstanciais à produção e circulação de conhecimentos e informações:

As tecnologias da informação alteraram os fluxos logísticos e a distribuição de produtos, principalmente na área midiática, além de instaurarem novos modos de controle, pois, ao contrário das máquinas de escrever, os computadores e demais dispositivos eletrônicos podem ser rastreados, identificados, gerando registros de dados que ficam armazenados e podem ser utilizados para diferentes fins. Sobre os fluxos, na era da comunicação de massa, o controle estava bem delimitado e reservado a quem detinha os grandes canais/veículos de comunicação, cujo poder de abrangência era maior. (Gobatto, 2023, p. 108-109)

Essas *adaptações, transformações e reorganizações*, recuperando Pêcheux (2015f, p. 115), me permitem que compreender a internet paradoxalmente, pois ao mesmo tempo em que produziu deslocamentos significativos em nossas vidas, nas relações sociais, há o reviramento das formas de produção e circulação dos discursos em diversas textualidades. Enquanto Espaço Discursivo (Grigoletto, 2005)²⁹, essas redes de conexões infinitas agrupam e distinguem as posições divergentes e antagônicas, o fazendo para/pela reprodução do modo de produção capitalista vigente. É o que nos confirma o trabalho de Gobatto (2023):

De qualquer forma, por mais que as condições de produção no aparelho da informação tenham se modificado diante das transformações tecnológicas, o papel dos Aparelhos de Estado continua o mesmo: assegurar a reprodução das suas condições de produção e suas relações de produção pelo funcionamento da ideologia. Ou seja, se trata de assegurar a manutenção do sistema capitalista e a dominância da ideologia neoliberal, o que implica num

²⁹ Para Grigoletto (2005, p. 158): “devemos tomar o lugar discursivo como espaço constitutivamente heterogêneo, onde se materializam as diferentes imagens projetadas pelos interlocutores de um discurso.”

funcionamento ideológico que silencia contradições e apaga pontos de vista dissidentes. (Gobatto, 2023, p. 112)

Dessa maneira, entendo, a partir de Althusser (2023) que o AIEI atua de modo entremeado e permanentemente no interior de outros aparelhos, sendo pelo outros também afetado. Destaco o conceito de Miatização (Gomes, 2016), como uma chave para a interpretação dessas relações no/pelo Aparelho Ideológico da Informação. No campo das Ciências da Informação, o processo de Miatização é entendido como “a expansão dos diferentes meios técnicos, considerando as inter-relações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural.” (Gomes, 2016, p. 1). Entretanto, pensar a interface das mídias e das mudanças sociais demanda questionar sobre as desigualdades de acesso, sobre os grupos hegemônicos que dominam tanto os meios de circulação da informação, quanto da produção do conhecimento. Nessa direção, a miatização coloca os sujeitos em uma formação social já significada pelas inter-relações com o tecnológico, especificamente com o digital. E nessa direção,

A miatização abrange dois movimentos simultâneos e dialéticos. De um lado, ela é fruto e consequência das relações, inter-relações, conexões e interconexões da utilização pela sociedade dos meios e instrumentos comunicacionais, potencializados pela tecnologia digital. De outro, ela significa um novo ambiente social que incide profundamente nessas mesmas relações, inter-relações, conexões e interconexões que constroem a sociedade contemporânea. A sociedade é em miatização. O ser humano é em miatização. Isso, hoje, sublinhe-se, configura um novo modo de ser no mundo. (Gomes, 2016, p. 18)

A pergunta que desloca a reflexão até o último ponto de paragem deste tópico pode ser formulada da seguinte maneira: como chegar na especificidade daquilo que é de ordem midiática (e não apenas informativa ou jornalística) no interior do Aparelho Ideológico da Informação?³⁰ Essa (auto)provocação teórica não pode ser simplesmente resolvida na busca nomeações em manuais de comunicação ou dicionários. Do contrário, trabalhar discursivamente impele certa “desconfiança” de conceitos e definições prontas ou acabadas, por

³⁰ No decorrer das análises, especificamente do capítulo 4, retornarei com mais insistência e aprofundamento nesse ponto.

entender que aí funcionam quase sempre o imaginário de transparência da língua.

Para percorrer este último degrau, retorno a outro conceito seminal nos estudos materialistas: a espetacularização, fundamentalmente à crítica de Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo*. Passo a alguns excertos:

TESE1: Toda vida nas sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.

TESE 4: O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.

TESE 34: O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem. (Debord, 1997, p.13, 14 e 25)

As palavras de Debord são impregnadas, tanto quanto as de Pêcheux, Althusser e dos próprios Marx e Engels, de uma forte crítica ao modo de produção capitalista, seguindo os princípios da linguagem dialética³¹ e do apontamento do sintoma³² como norteadores do trabalho teórico. Nessa medida, a discussão empreendida pelo autor foi, desde os estágios iniciais dessa pesquisa, um ponto constante de retorno, de entraves e disputas nas/pelas formulações propostas para compreender o funcionamento da *Sociedade do Espetáculo*. Entretanto, tenho assinalado a preferência pelo termo *espetacularização*, por entender que a análise debordiana faz um recorte específico das condições de produção na sociedade capitalista na Europa na década de 60 do século XX. Por espetacularização, compreendo a atualização dos mecanismos de alienação e captura do sujeito descritos por Debord, historicizando-o em nossa temporalidade.

Na primeira tese, o autor já desloca a realização das práticas sociais do campo da concretude para o da representação. A realidade (os objetos de conhecimento, as relações, os saberes, as ciências...), nas condições de produção do sistema capitalista, não é tangenciável, mas representável. Tais práticas, enquanto acumulação de espetáculos, configuram-se enquanto

³¹ No sentido aqui empregado, remete a “um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética epistemológica” (Bottomore, 2012, p. 168).

³² Na perspectiva de Vanier (2002, s/p), retomando o que diz Lacan sobre a guinada marxista na definição de sintoma: “O sintoma é, desde então, concebido como simbólico. É uma fala amordaçada, uma verdade escondida, enterrada, uma formação metafórica”. O sintoma, portanto, está sempre ligado à interpretação.

encenações performativas ou representações da vida: a sala de aula, a celebração ecumênica, o casamento em cartório, a audiência no fórum etc. são deslocadas, na percepção debordiana, e colocadas na mesma fileira do programa de rádio, do jornal escrito, do show de auditório, do programa de televisão, das telenovelas... Não há fronteira entre “vida real” e “vida ficcional”, apenas limites borrados entre “dentro” e “fora” dos locais de trabalho, sendo a espetacularização responsável por “ocupar” o tempo não produtivo dos sujeitos.

A quarta tese dá à imagem um lugar central na discussão debordiana, mas antecipa ao leitor que não é possível compreender o espetáculo apenas como o conjunto de imagens. Do contrário, Debord ocupa-se de dar à imagem um estatuto dialético, uma vez que a relação entre os sujeitos é por ela mediada. Assim, posso compreender que a natureza do espetáculo é imagética, uma vez que esse realiza-se na/pelas imagens; entretanto, as imagens, enquanto produção simbólica do olhar e gesto subjetivo de interpretação só se tornam parte da dinâmica do espetáculo quando a ela remetidas nas/pelas condições de produção. Não posso ser pessimista ao ponto de condenar toda e qualquer imagem à espetacularização, uma vez que, em sociedades tradicionais e não industrializadas, imagens são produzidas, interpretadas e compartilhadas entre os sujeitos. Dito de modo mais direto, a imagem só espetaculariza-se no/pelo capitalismo.

A trigésima quarta tese nos ajuda a melhor compreender aquilo que dissemos no parágrafo anterior, pela contração da formulação. Se, no parágrafo anterior, destrinchando a quarta tese, afirmei que as imagens são capturadas pelo capitalismo e por ele espetacularizadas, neste, a partir da inversão debordiana, entendemos que o capitalismo também se sustenta pela produção das imagens, pois o que resulta de tal grau de acumulação é a condensação em imagens, pela fabricação de símbolos, signos, ícones, estereótipos, expectativas... Objetos de desejo constituem-se/ são afetados pelo modo de produção capitalista até ganharem uma imagem, ou ainda, essas imagens já simbolizadas em nossa formação social tornam-se objetos de desejo. Explora-se ainda a saturação do movimento lembrar/esquecer pela lógica do acúmulo: consome-se sempre mais e mais do mesmo, ou muito mais do diferente (que

depois torna-se mais do mesmo) sem dar-se conta do efeito “*deja-vú*” das imagens fabricadas pelo capital.

Portanto, falo em espetacularização por entender, junto com Bucci (2021), que o capitalismo dos dias de hoje não é o mesmo da época em que Debord escreveu sua obra, embora guardem seus elos e semelhanças. Segundo o autor,

A tecnologia e a tal economia de dados se tornaram o centro do capitalismo. [...]

Desde meados do século XX, quando a televisão se massificou, o capitalismo relega as mercadorias corpóreas (coisas dotadas de alguma utilidade instrumental ou prática) para segundo plano. O que assumiu lugar de destaque, ou o primeiro plano, foi outra espécie de mercadoria, que não tem corpo físico palpável: os signos, sejam eles imagens, sejam palavras. [...]

O mais incrível é que as imagens, os signos e os discursos têm valor de troca. São mercadorias, mas não mercadorias quaisquer: são as mercadorias dominantes, que flanam por aí na velocidade da luz para incidir no cerne do valor de todas as outras mercadorias.

(Bucci, 2021, p. 21-22)

Ao tomar como plausível àquilo que precede, há de se compreender e, portanto, interpretar o cancelamento enquanto prática discursiva sintomática do capitalismo de nosso tempo, prescindindo da articulação acima evocada e sistematizada na figura a seguir:



Sistematização 1: Representação da *Cultura de Cancelamento*

A representação da Cultura de Cancelamento, através do “nó borromeano”, toma de empréstimo a figura mobilizada por Jacques Lacan (1901-1981). Na psicanálise, a figura retoma o entrelaçamento entre real, simbólico e imaginário, que não deve ser concebida fora da compreensão do lapso como uma falha significativa (Lacan, 2007, p. 144). Por esse caminho, é possível retomar a escuta analítica na posição do analista do discurso, percebendo os pontos em que a história e a língua se cruzam, sendo os anéis do nó referentes ao entrelaçamento da luta de classes, da midiaticização e da espetacularização. Assim:

- (I) luta de classes continua(rá) sempre produzindo efeitos nos modos de subjetivação, daí a emergência de “burguesias digitais” que tornam imperativo *àquilo que pode/deve ser dito*, ou, dito de outra maneira, decidem quem ocupará os *lugares discursivos* de “cancelador” e “cancelado”, estando na base das relações e seus efeitos são sentidos em todas as instâncias.
- (II) A reprodução/transformação das condições de produção no/pelo Aparelho Ideológico da Informação, através da midiaticização afetam os sujeitos-usuários em suas discursivizações, nos imaginários produzidos por/sobre eles ou sobre os objetos do/no seu discurso, e, nesse processo, todo discurso é sempre ideológico, e seus efeitos se desdobram como como uma continuidade da rede (digital e de sentidos).
- (III) Por fim, o funcionamento da espetacularização que, na discursividade contemporânea, produz a indistinção entre sujeitos, discursos e mercadorias. Essa indistinção está no cerne daquilo que deve ou não ser cancelado, enquanto efeito da luta de classes e da midiaticização.

Questões teórico-metodológicos no trabalho com o discurso [digital]

No decorrer da pesquisa, não poucas vezes as questões que dizem respeito à metodologia foram espaço de *angústia*. Essa angústia, agora compreendo, tem relação íntima com o gesto de interpretação, pois é a partir de gestos que posso, enquanto analista, caminhar entre os procedimentos e a

teoria, estabelecendo as escutas possíveis, os confrontos necessários, topando com àquilo que se produz como evidência.

Mas a angústia persiste, pois construir gestos de interpretação não é uma tarefa simples. Não há software ou inteligência que o faça, não há manuais ou regras estabelecidas que devem ser seguidas. A angústia insiste em se inscrever na relação analista – corpus, e é somente pela angústia que se instaura nas leituras dos recortes que se o olhar vai sendo desterritorializado e reterritorializado e emergem as perguntas de pesquisa, critérios de seleção e exclusão de matérias, a relação entre as condições de produção e o corpus, o campo discursivo de referência, as sequências discursivas.

No que diz respeito ao *digital*, as angústias crescem com a velocidade em que o sujeito-usuário clica e faz login numa rede social. Ora a instabilidade dos links, outro excesso de informação, ora a questão da autoria... e por esses muitos caminhos, florescem outras angústias digitalizadas.

Enfim, é a angústia que conduz o olhar da superfície linguística ao processo discursivo. No decorrer deste ponto, discorrerei sobre as angústias que contam a história da pesquisa, tocando, para isso, questões de ordem teórica.

No texto *Análise Sintática e Paráfrase Discursiva*, Léon e Pêcheux (2015), explicitam três condições, de ordem metodológica, cruciais para a realização de uma análise do discurso. A primeira delas está relacionada à leitura, que na perspectiva dos autores “não constitui uma simples tomada de informação” (Léon; Pêcheux, 2015, p. 165) mas sim, um trabalho do analista que “levando em conta a questão da alteridade, torna visível o modo como a ideologia opera” (Orlandi, 2012, p. 26). Na relação com a pesquisa, dou de encontro com a angústia da leitura, que resulta da própria inscrição teórica, por vezes colocada em questão. Em outras palavras, trata-se da necessidade de fazer incidir sobre o olhar o dispositivo teórico (Orlandi, 2012), um ponto de observação no interior da discursividade que permitirá estabelecer as interlocuções teóricas possíveis para dar a ver o cancelamento e enquanto objeto discursivo.

A segunda das condições está estritamente relacionada com o corpus, definido pelos autores como

Um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo, ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um corpus

de arquivo textual não é um banco de dados. (Léon; Pêcheux, 2015, p. 165)

Nessa medida, concordo com Lagazzi (1988, p. 59), para quem a “delimitação do corpus só ocorre com a própria análise”. Encontro-me, então, com a segunda angústia, a da delimitação do corpus, que produzia opacidade no interior dos materiais e sustentava-se num desejo irrefreável de sempre mais. Das três, essa foi a angústia mais austera, pois demandava uma total imersão no material analítico, e tem relação com a quantidade dos materiais disponíveis, com a diversidade de textualidades possíveis, e com a infinidade das escolhas. Faço eco às palavras de Galli (2023), que, ao refletir sobre os modos de constituição e leitura de arquivos do/no digital, pondera:

O movimento de constituição do corpus, por sua vez, não se dá sem entrelaçamentos do sujeito-pesquisador, afetado sócio-histórico-ideologicamente, numa rede que envolve o(s) outro(s) e as materialidades recortadas em determinadas condições de produção. Cada movimento, um movimento singular; cada corpus, um corpus sobre determinada questão e em condições de produção específicas; cada tratamento dado ao corpus, um modo de ler e escutar os discursos... (Galli, 2023, p. 253-254)

Por fim, Léon e Pêcheux (2015, p. 166), destacam o *estatuto do enunciado* a partir do qual se opera com a análise discursiva. Os autores afirmam que “a sequência discursiva não deve pois ser considerada como uma simples articulação de informações elementares, mas como comportando uma série de mudanças de níveis, sintaticamente recuperáveis (ao menos em parte)”. Essa orientação, leva em consideração àquilo que já disse Pêcheux (2015d) sobre o conceito de enunciado na sua prática analítica:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. [...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (Pêcheux, 2015d, p. 53)

Nas palavras de Pêcheux, encontro formulada uma compreensão fundamental em AD, que diz respeito à noção de língua³³. Essa noção de língua produz efeitos analíticos na medida que é fundamental para que não se tome o enunciado enquanto unidade estabilizada, e se possa, conforme Léon e Pêcheux (2015, p. 166) investir na “análise sintática das sequências discursivas, fundada sobre um real próprio à língua”. Aqui reside um tipo diferente de angústia, pois ela é a tentativa de antecipação a esse *real próprio à língua*, constitui-se, pois, na expectativa de produzir interpretações assertivas, tentativa (vã) de evitar os equívocos. Das três, penso essa ser angústia mais inerente ao desejo do analista, pois tem haver, com a própria vocação da teoria em “identificar os mecanismos ideológicos que originam um fato discursivo, produzindo o tensionamento do objeto analisado, a partir da visão do analista.” (Leandro-Ferreira, 2023, p. 22). Nessa direção, é preciso dar consequência de que “como torção de linguagem, equívoco desponta na contramão das evidências da língua, desfazendo sua ilusão de transparência” (Leandro-Ferreira, 2020, p. 90). Por tudo quanto precede,

O fato linguístico analisado pelo dispositivo da análise do discurso precisa levar em conta a equivocidade que afeta a língua e a torna esquiva e ambivalente. A *angústia* de perceber, ou de captar, o que falha e por que falha na língua, não inquieta apenas os estudiosos do discurso ou da linguagem em geral, como também aqueles que dela se valem, no seu labor cotidiano, para viver (e também para ser!). (Leandro-Ferreira, 2020, p. 89-90)

Outro ponto importante, e que já aparecera nas entrelinhas, das orientações de Leon e Pêcheux (2015), é a questão dos *Arquivos*, a qual cabe um tratamento específico nas pesquisas em Análise de Discurso. Para Foucault, convém chamar de *arquivo*

Não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam enunciados, o aparecimento e o desaparecimento de sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. (Foucault, 1985, p. 95 *apud* Revel, 2005, p. 18)

³³ Para Pêcheux (2015d, p. 65), “o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é aí que a questão sentida surge do interior da sintaxe.” Assim, para a AD a língua é o “lugar material que possibilita a existência do discurso. Constituída de interior e exterior, ela representa um sistema capaz de reunir *estrutura e acontecimento, norma e ruptura, o mesmo e o diferente*, possibilitando a produção de sentidos, na intrínseca relação com a história e o inconsciente.” (Radde, 2020, p. 183).

A reflexão de Foucault, toma o arquivo na relação *documento-monumento*, pensando aí aquilo que emerge e ganha de visibilidade, mas também aquilo que submerge, e passa por esquecido, ou seja, o arquivo, na perspectiva foucaultiana, funciona pelas relações de poder. Romão, Galli e Patti (2010), entremeadas por leituras psicanalíticas sobre o arquivo assinalam que

A espessura de recordações e esquecimentos, a pátina de fragmentos de letra e significantes, a rasura do que está em funcionamento no que se ausenta e do que aparentemente apagado subitamente emerge: o universo com a qual a psicanálise teve de se haver trabalha no binômio memória-esquecimento, saber-desconhecimento, repetição-deslocamento. Julgamos que, mesmo sendo de outra maneira o tratamento dado a tais mecanismos – já que a relação psicanalítica se dá de um analisante com seu analista –, o arquivo está em (dis)curso. (Romão; Galli; Patti, 2010, p. 127)

Coaduno da reflexão das autoras por entender que os limites do arquivo de uma pesquisa em AD, entendido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (Pêcheux, 2014b, p. 59), são imprecisos visto que estão em alguma medida relacionados com movimentos de cada sujeito-pesquisador, posição afetada também pela ordem do inconsciente. Penso, a partir das angústias que me afetam, que o funcionamento dos arquivos não está sob total controle institucional, mesmo quando se leva aos limites o poder de *apagar do arquivo* dos dispositivos digitais, algo de outra ordem continua a produzir efeitos na rede de sentidos, e nessa direção, o gesto do analista na construção do arquivo é tão fugidio quanto a constituição do Sujeito. Apreensível nos momentos de *identificação-tomada de posição*, e no caso do arquivo, reconhece-se o efeito ilusório de seu fechamento, mas desejantes, pelas faltas que o constituem, e pelos espaços de memória reservados para o que ainda vai se arquivar um dia.

Os modos de constituir e ler os arquivos *hoje* são os responsáveis pela angústia na lida com a materialidade digital, sendo atravessado por ela, enquanto usuário, pesquisador e sujeito. Robin (2016, p. 368) trata “do homem enquanto superfície de inscrição”, quando pensa no modo como as tecnologias de comunicação em cada tempo afetam os modos de subjetivação emergentes. Iniciavam-se para a autora, em meados da década de 1980, um momento de transformação no qual “[se] pensa através do medium, [se] teoriza sobre ele, ou

ainda, [se] vive através dele” (op. cit). A implosão tecnológica – saindo do rádio, passando pela televisão, pelos computadores de mesa, até chegar nas telas móveis modificaram significativamente as maneiras como os arquivos são produzidos, lidos e administrados pelas instituições. Ainda conforme Robin, foram emergindo, no interim dos períodos históricos de convivência/desuso dessas formas de medium, “diferenças de sensibilidades” (Robin, 2016, p. 372) a partir das quais se dá o trabalho de arquivo.

Nessa direção, o digital emerge como campo de questões para o trabalho com o discurso (Dias, 2023), fazendo emergir sua materialidade própria, a *materialidade digital*, que consiste no processo de significação que se dá pela “emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo meio material (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.)” (Dias, 2016, p. 173). A angústia se dá agenciada pela saturação e pelo excesso que afetam a estruturação da materialidade digital. Em meio à infinidades de textualizações relacionadas à cultura do cancelamento, como não ceder na direção de alternativas prontas e rápidas? Conforme Dias

O ponto central é a necessidade de se considerar o funcionamento da quantidade na constituição dos corpora discursivos. Além disso, considerar os mecanismos tecnológicos (buscas, programas, algorítmicos etc.) no que diz respeito ao reagrupamento dos corpora (recorte) e aos resultados do procedimento. Não é possível prescindir desses mecanismos. (Dias, 2023, p. 261)

Entretanto, para dar consequência à existência histórica do discurso, é preciso questionar sobre o funcionamento da ideologia do capital no interior de plataformas, sites, aplicativos e redes sociais. Partilho essa questão com Mittmann, que indaga:

Poderíamos seguir tomando a internet, os mecanismos e os arquivos como instrumentos para levantamento e análise de objetos, sem questionar a produção de efeitos de evidências e os interesses capitalistas em fazer os mecanismos e arquivos funcionarem de certa maneira e não de outras? (Mittmann 2023, p. 385)

Ressalto ainda, que assim como toda materialidade, o digital coloca para o analista uma resistência material específica. Na perspectiva da AD, Leandro-Ferreira (1994) defende que a resistência seja pensada não apenas em relação sujeito e seu movimento de resistir as opressões do Capital, mas como

constitutiva da própria ordem língua, uma vez que essa tem sua ordem própria, relativamente autônomo. Para a autora, “a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são *lugar de resistência*, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido).” (Leandro- Ferreira, 1994, p. 10) Nessa direção, compreendo que o digital em sua materialidade específica engendra da ordem de estruturação simbólica desse espaço significativo, que afeta a relação língua-sujeito. Em reflexão sobre língua e escrita digital, Dias (2011, p. 45) é assertiva em dizer que “a língua vibra segundo as condições materiais a que é exposta, segundo o seu modo de circulação”, apontando para uma série de coerções linguísticas e extralinguísticas que resistem ao movimento analítico de descrição e interpretação. Nessa direção,

O modo de funcionamento da língua no espaço discursivo determinado da Internet, tem a ver com a velocidade, com a linguagem de programação, que se constitui a partir de tecnologias numéricas e que por isso se diferencia radicalmente das técnicas da escrita tradicional. Assim como nas condições de produção da escrita na época do papiro, a “tecnologia da escrita” era outra, com sua temporalidade própria e suas condições de produção específicas. Nessa perspectiva, o que há é uma formulação determinada a partir de um funcionamento discursivo específico da língua, o qual se dá a partir da relação do sujeito com o mundo, com as novas tecnologias numéricas, com a história. (Dias, 2011, p. 43)

Nesta pesquisa, ao tomar os discursos da/sobre a cultura de cancelamento, percebo digital como espaço de movência de sujeitos e sentidos. Essa determinação implica na necessidade de tomar o digital enquanto espaço de delimitação do arquivo e do corpus se dá justamente porque a prática discursiva da cultura de cancelamento ocorre através de sujeitos inscritos na rede.

Trajetos de leitura e interpretação da/na pesquisa

A partir daqui, aponto de modo mais explícito os trajetos de leitura e interpretação que foram se abrindo e viabilizando os gestos de análise que permitiram a construção do corpus discursivo apresentados posteriormente. Se mais acima me referi as *angústias* relacionadas ao trabalho com o discurso, especificamente àqueles, cuja ordem é a digital; Agora, consigo perceber a importância dessas inquietações que colocam em movimento a posição de

pesquisador, não permitindo que o *fazer* se coloque no lugar da evidência, do já-dado, ou como ironiza Pêcheux (2015d, p. 18) que o trabalho científico se faça enquanto “pontos de definição que nada provam, que não vão funcionar senão como signos de reconhecimentos opacos, fetiches teóricos.” Nessa medida, apresentarei nos próximos parágrafos as escolhas que foram delimitando e verticalizando olhar sobre o cancelamento.

A primeira das delimitações que realizei estava relacionada a compreensão desse discurso, ou melhor, a diferenciação desse discurso de outras formas discursivas circulantes no/pelo digital. A prática de cancelamento estabelece uma relação particular em que condena o sujeito-cancelado através da adesão/identificação de outros sujeitos-usuários ao discurso-cancelador, apresentando provas produzidas pelo sujeito-cancelado que sustentam as acusações e dão respaldo para as condenações.

Percebi que essas regularidades me permitem interpretar alguma diferença, entre o discurso da cultura de cancelamento e o *discurso de ódio* pois o segundo caracterizar-se-á pela “desumanização do outro e a verbalização do tratamento que parece adequado ao outro já desumanizado” (França, 2019, p. 6). A cultura de cancelamento produz enunciados em que se materializam o discurso de ódio, mas este é consequência do julgamento, que do ponto de vista que sustento, é uma importante regularidade para compreender o funcionamento dessa prática.

A segunda das delimitações foi na definição de um percurso que orientasse o caminho das análises, pois, na rede digital, infinitas são as formas de textualização da/sobre a cultura de cancelamento: reportagens, perfis e publicações em redes sociais, vídeos, imagens, trabalhos em repositórios acadêmicos, periódicos e livros digitais, entrevistas, podcasts, etc. Assim, elegi dois caminhos analíticos³⁴: primeiramente, a partir das designações cancelamento/cultura de cancelamento em dicionários online; posteriormente, dediquei-me à análise de dois casos de cancelamento de figuras da mídia brasileira.

³⁴ Embora operacionalizadas nessa sequência, ambos os tempos de análise, funcionam em seu conjunto, pois sustentam justamente os objetivos da pesquisa.

A primeira entrada analítica resultou no capítulo “*Nomear é preciso: as designações cancelamento/cultura de cancelamento*”. Tomei, para iniciar este gesto de análise a noção de *designação*, tal como formula Guimarães (2004, p. 54), que a entende como “a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico”. Trabalhando a designação pude perceber as marcas do político na linguagem, instaurando disputas nos sentidos de *cancelamento/cultura de cancelamento*.

Outro aspecto metodológico importante foi a seleção dos dicionários que seriam consultados na busca. Por entender a cultura de cancelamento enquanto prática discursiva do/no digital, mobilizei dicionários online na busca pelos termos. Os dicionários online, conforme Freitas (2020) que viabilizam uma efeitos de sentido específicos no sujeito-usuário, justamente por conjugarem as

Condições de produção do sujeito tecnológico (que traz para o gesto de leitura no online toda a historicidade própria do digital e do online) a própria forma de acesso; que não permite o desfolhar de outras páginas, num trajeto de leitura que exigiria o conhecimento do método alfabético de localização, de modo que não se leva o leitor à existência do registro de outras palavras. (Freitas, 2020, p. 96)

Nessa direção, realizei a busca em dicionários online pelas palavras-chave cancelamento e cultura do cancelamento, tomadas não como sinônimas, mas compreendidas como significantes que podem estar na mesma cadeia, de modo a “colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro” (Orlandi, 2015, p. 57). Apresento nas tabelas a seguir os resultados dessas buscas:

Dicionário	Palavra-chave inserida	Resultado
Aulete ³⁵	<i>Cancelamento</i>	Ação ou resultado de cancelar
Michaelis ³⁶	<i>Cancelamento</i>	Ato de cancelar, tornar sem efeito ou nulo, canceladura.
Priberam ³⁷	<i>Cancelamento</i>	1. Ato ou efeito de cancelar. 2. Nota à margem para cancelar um registro.

³⁵ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/cancelamento> Acesso em: 09/03/2023.

³⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cancelamento>. Acesso em: 09/03/2023.

³⁷ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cancelamento> Acesso em: 09/03/2023.

Dicionário Informal ³⁸	<i>Cancelamento</i>	Anulação, invalidação, ato de cancelar
Dicio ³⁹	<i>Cancelamento</i>	Ação ou efeito de cancelar (tornar sem efeito), cancelação, canceladura.
Google ⁴⁰	<i>Cancelamento</i>	1. Ato ou efeito de cancelar, canceladura. 2. Ato ou efeito de boicotar ou retirar apoio a uma organização, pessoa etc., especialmente em posição de poder e influência, por meio de manifestações nas redes sociais, por causa de opiniões, atitudes ou comportamentos considerados inaceitáveis.

Tabela 1: Sistematização dos resultados da busca pela palavra-chave “cancelamento” em verbetes de dicionários online.

Dicionário	Palavra-chave inserida	Resultado
Aulete ⁴¹	<i>Cultura de Cancelamento</i>	Não foi encontrado o verbete “ <i>Cultura de Cancelamento</i> ”.
Michaelis ⁴²	<i>Cultura de Cancelamento</i>	O verbete não foi encontrado.
Priberam ⁴³	<i>Cultura de Cancelamento</i>	Palavra reconhecida pelo FLIP, mas não se encontra ainda no dicionário Priberam
Dicionário Informal ⁴⁴	<i>Cultura de Cancelamento</i>	A cultura do cancelamento ou cultura do banimento é uma forma moderna de ostracismo em que uma pessoa ou um grupo é julgado e excluído (socialmente falando) de uma posição de influência ou fama devido a atitudes consideradas questionáveis, seja on-line, nos meios de comunicação social, no mundo real ou em ambos.
Dicio ⁴⁵	<i>Cultura de Cancelamento</i>	Gerou resultados individuais para as palavras “ <i>Cultura</i> ” + “ <i>de</i> ” + “ <i>Cancelamento</i> ”

Tabela 2: Sistematização dos resultados da busca pela palavra-chave “cultura do cancelamento” em verbetes de dicionários online.

A partir da exposição dos resultados acima, pode delimitar quais verbetes de dicionário online seriam analisados. Na tabela 1, pode perceber que quando a palavra-chave de busca foi o termo *cancelamento*, apenas o resultado do

³⁸ Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/cancelamento/> Acesso em: 09/03/2023.

³⁹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cancelamento/> Acesso em: 09/03/2023.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.google.com/search?client=opera&q=google+dicion%C3%A1rio&sourceid=opera&ie=UTF-8&oe=UTF-8#dobs=cancelamento> Acesso em: 09/03/2023.

⁴¹ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/cultura%20de%20cancelamento>. Acesso em: 09/03/2023.

⁴² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultura%20de%20cancelamento/>. Acesso em: 09/03/2023.

⁴³ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cancelamentohttps://dicionario.priberam.org/cultura%20do%20cancelamento>. Acesso em: 09/03/2023.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/cultura%20do%20cancelamento/43669/> Acesso em: 09/03/2023.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=cultura+de+cancelamento>. Acesso em: 09/03/2023.

Google Dicionário estava alinhado com os objetivos da pesquisa; já, na tabela 2, quando a palavra-chave utilizada foi *cultura de cancelamento*, apenas o resultado do Dicionário Informal mostrou-se produtivo.

A segunda entrada analítica resultou no capítulo “*Discursos de/sobre cancelamento: funcionamento e argumentação*”, em que analiso *discursos midiáticos* (Dela-Silva, 2021) que discursivizam de/sobre (Mariani, 1996) os cancelamentos de Karol Conká e Monark. A escolha desses casos se pauta na necessidade de refletir sobre os modos contraditórios de subjetivação em nossa formação social, fruto de condições de produção igualmente contraditórias forjadas pelos ciclos de exploração capitalista. No caso Conká, há atravessamentos de raça e gênero que se inscrevem nos processos discursivos. Já no caso Monark, interessa o discurso político como espaço de movimento dos sentidos.

Na delimitação do material analítico da segunda entrada, tomo como campo discursivo de referência⁴⁶ os *discursos midiáticos*, que conforme Dela-Silva (2021, p. 49) emergem do “processo de imbricação entre os discursos jornalístico e publicitário, na atualidade” e que potencializam sua circulação através de telas e dispositivos pessoais. São notícias, reportagens, entrevistas dentre outros *gêneros discursivos*⁴⁷ que colocam em relação saberes da ordem do jornalístico, mas também do publicitário e do entretenimento (Dela-Silva, 2008). Seguindo esta linha, os discursos midiáticos que analisei abordam casos de cancelamento como notícia, fazendo a circular a partir da sua linha editorial versões já recortadas de eventos da internet, ou seja, são textos que discursivizam eventos ocorridos com sujeitos-usuários da/na internet (o cancelado e os canceladores) para sujeitos-usuários da/na internet.

Outro movimento de delimitação está na compreensão e mobilização da relação entre *discursos de* e *discursos sobre*. Mariani afirma que o *discurso sobre* produz

⁴⁶ Entendo a partir de Lagazzi (1988, p. 59) que o campo discursivo de referência consiste num gesto de delimitação do analista que restringe o material a ser analisado dentro de um universal discursivo, ou seja, dentro das possibilidades de circulação daquele discurso na sociedade, o olhar do analista inclina-se e reconhece, dentre certos modos de formulação, aquele que se tornam objeto de análise.

⁴⁷ O uso do termo gênero discursivo aqui refere-se aos diferentes modos de formulação e circulação do discurso midiático, que com as mudanças sociais e econômicas das revoluções tecnológicas, passam a transformar-se, de modo que “a relação entre a mudança na lógica do tempo e os gêneros discursivos ocorrem em virtude da dinâmica das formas reprodutivas na sociedade capitalista” (Lucena; Lucena, 2016, p. 126).

Um efeito imediato do falar sobre é tomar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se 'envolveu' com a questão. (Mariani, 1996, p. 96)

Nessa direção, Orlandi (2008, p. 44, grifo meu) defende que o discurso *sobre* “é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos *discursos de*). Assim os discursos *sobre* são parte integrante da arregimentação dos *discursos de*”. Enquanto tentativa de trabalho sobre o arquivo, no confronto com os muitos discursos canceladores e dos cancelados, tomei como *discursos de cancelamento* aqueles cuja o efeito é a própria argumentação em torno daquele que se espera cancelar, quando reproduz-se a narrativa que cancela, o discurso midiático está colocando em circulação o *discurso de cancelamento*; já os *discursos sobre o cancelamento*, são aqueles dos quais emergem o dizer dos sujeitos cancelados *sobre* sua experiência de cancelamento, aparecendo como vítima do acontecimento, logo, quando o discurso midiático reproduz o que diz o sujeito cancelado sobre seu cancelamento, está colocando luz no modo como o cancelamento afetou o sujeito⁴⁸.

Na tentativa de chegar ao corpus discursivo, o critério temporal era importante para definir o que seria analisado. Desse modo, tentei estabelecer inicialmente o intervalo de um ano, a partir da candidatura ao mestrado, para eleger os casos que comporiam o arquivo. Porém, ao invés de funcionar como um *filtro*, esse critério ampliou as possibilidades de análise, uma vez que dentro de um ano, muitos são os casos de cancelamento, e muito tem a dizer os sujeitos cancelados sobre suas experiências. Nessa direção, a escolha pelos cancelamentos de Karol Conká (2021) e Monark (2022) com base no interesse de observar as regularidades e particularidades, o mesmo e o diferente do processo discursivo.

No caminho analítico pelo qual meu olhar foi deslizando no caso de Karol Conká, a noção de *formações imaginárias* (Pêcheux, 2010a) possibilitou a compreensão sobre os lugares de cancelador e cancelado; já, no caso de

⁴⁸ Do mesmo modo que o lógica de (auto)exposição dissolve os limites do público e do privado na rede digital, entendo que são movediços os limites entre discursos *de/sobre* na prática midiática. Nas análises, tento trabalhar com uma distinção que muitas vezes parece ser imprecisa, efeito da contradição no real.

Monark, os conceitos de *formação discursiva e tomada de posição* (Pêcheux, 2014a), permitiram a verticalização sobre o sujeito cancelado e seu auditório.

A realização de uma pesquisa em AD coloca sempre em movimento o dispositivo teórico da disciplina, pois as noções e procedimentos de análise são balizados, como *andaimas que* vão sendo suspensos na construção de um edifício. À medida que meu olhar foi se debruçando sobre o material, pude ir submergindo na teoria, buscando nela os conceitos que mediam o gesto de interpretação. As análises a seguir, procurei ser consequente com os postulados teóricos que me sustentam, e proponho um fluxo em que questiono pela materialidade do cancelamento, primeiramente, investindo na própria nomeação, depois, percebendo seu funcionamento, e, por fim, sua dimensão argumentativa.

3. NOMEAR É PRECISO: OS SENTIDOS DE CANCELAMENTO E CULTURA DE CANCELAMENTO

A descoberta da estrutura discursiva se sustenta na possibilidade de reconhecer relações de equivalência ou implicação proposicional, sinonímia, contradições, e assim por diante, entre duas ou mais formas sintáticas diferentes. (Pêcheux, 2015h, p. 256)

Cancelamento no Google

O dicionário de Língua Inglesa Macquarie elege, no decorrer de um ano, uma palavra com potencial de estabilização e que tenha gerado movimentos e discussões no social. Em 2019, a palavra eleita foi *Cultura de cancelamento*⁴⁹ (*cancel culture*). Na definição do dicionário,

Atitudes, dentro de uma comunidade, que clamam pela retirada do apoio (engajamento) de uma figura pública, como o cancelamento para o papel de ator, a proibição de tocar a música de um artista remoção das mídias sociais, etc., geralmente em resposta a uma acusação de uma ação, comportamento ou comentário inaceitável.⁵⁰ (Macquaire, 2019)

Essa movimentação no social produz confrontos e deslocamentos que empurram os sujeitos, e conseqüentemente os sentidos, para outras direções. É o que já afirmava Pêcheux (2015d, p. 56), uma vez que o discurso pode ser entendido como o “índice potencial de agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamentos no seu espaço”.

No âmbito estadunidense, já em 2018, ocorreram as primeiras iniciativas de “cancelar” alguém, com a campanha #MeToo⁵¹ (“eu também”), encabeçada pela atriz Alyssa Milano, que através de uma publicação, às vésperas da edição do Oscar daquele ano, pediu para que todas as pessoas que já sofreram assédio sexual usassem a hashtag⁵². A interpelação de Alyssa tinha como objetivo inicial

⁴⁹ Disponível em: <https://www.macquariedictionary.com.au/resources/view/word/of/the/year/2019>. Acesso em: 08/03/2023.

⁵⁰ Tradução livre.

⁵¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44164417>. Acesso em: 05/05/2024.

⁵² Na definição de Paveau (2021, p. 223), as hashtags são “segmentos linguageiros precedido do signo #, utilizado originalmente na rede de microblogagem Twitter, mas adaptado em outras plataformas, como o Facebook, principalmente. Essa associação transforma o segmento numa tag clicável, inserida manualmente num tuíte, que permite acessar um fio que agrupa o conjunto dos enunciados que contém as hashtags”.

denunciar o assédio sexual existente em Hollywood, expondo grandes nomes da área de cinema por abusos e violências sexuais, promovendo o boicote aos diretores, atores, produtoras, empresas etc., e produziu efeitos, ganhando adesão expressiva na comunidade artística estadunidense, e repercutindo de diferentes modos em outras formações sociais ao redor do mundo. Sobre esse período, Moura e Andrade afirmam:

No início, a cultura de cancelamento tinha forte ligação com pautas sociais, no sentido de combater estruturas opressoras de poder, à exemplo do machismo, racismo e discriminação, denunciando pautas que possivelmente não seriam ouvidas, nem atos que não seriam investigados ou devidamente punidos. (Moura e Andrade, 2021, s/p).

Naquele ano, no Brasil, assistíamos na cena política e midiática a fragilização do Partido dos Trabalhadores pela Operação Lava-Jato e o fortalecimento de discursos reacionários. Freda Indursky (2023) elucida esse momento com as seguintes palavras:

O centro e a direita concorreram às eleições presidenciais com seus candidatos próprios, os quais não chegaram ao segundo turno. Essa derrota colocou-os frente a um dilema ideológico: tiveram que escolher entre um candidato qualificado, mas filiado ao PT, e um candidato de extrema direita, defensor confesso da ditadura e da tortura, identificado com uma posição-sujeito fascista. (Indursky, 2023, p. 97)

Nessa conjuntura, os sujeitos-usuários inscritos em diversas redes sociais começaram a pressionar artistas na direção de um posicionamento explícito ou algum aceno que afirmasse um compromisso em defesa da democracia frente à ascensão da ultradireita, representada pelo posteriormente eleito Jair Bolsonaro (2018-2022). Hashtags⁵³ como #AnittaisOverParty e #OpPinkMoney passam a repercutir proeminentemente quando fãs da cantora Anitta, ao exigirem o posicionamento da artista contra o conservadorismo que viria a asfixiar diversas pautas e avanços da comunidade LGBTQIAP+, foram respondidos com “Não quero ser obrigada a fazer campanha política quando não foi esse o trabalho que escolhi”⁵⁴. Naquele momento, o (não) posicionamento da

⁵³ Grigoletto e Galli (2021), analisando o funcionamento discursivo das hashtags, sustentam que “ao fazer uso da tag, o sujeito-usuário se submete, antes de tudo, a uma estrutura de linguagem, que é o próprio símbolo da cerquilha, que representa um modo singular de inscrição dos sujeitos na rede, como forma de reunir discursos sobre os mesmos temas” (p. 249).

⁵⁴ Disponível em: twitter.com/Anitta/status/104246888049144217. Acesso em: 05/05/2024.

cantora brasileira produziu no seu público o efeito de omissão, perante o aumento da popularidade de candidatos e discursos fascistas. Naquela conjuntura, como em muitas outras, o impacto dessa discussão tomou forma como um boicote organizado pelos sujeitos-usuários à imagem e produtos produzidos ou associados à Anitta, lida como “cancelada” pelo público.

No que diz respeito à especificidade deste capítulo, tomo a tarefa de dar contornos mais visíveis e precisos a uma questão que vem reverberando desde a candidatura ao mestrado: *O que você está chamando de cancelamento? O que é cancelamento para você?* De certo, seria mais fácil responder: *O cancelamento é X*. Insisto, então, na análise dos/ nos modos de designação dos controversos significantes *cancelamento* e *cultura de cancelamento* no/pelo espaço digital da internet. Nessa direção, reconheço a dupla condição de afetação - pela ideologia e pela tecnologia, para projetar esse espaço teórico-interpretativo inalcançável, em que não somos afetados pelas ideologias, um refúgio seguro e confortável no qual seria possível recortar o corpus, fazer capturas de tela sem estar inscritos na rede eletrônica, observar de fora sem sucumbir aos desejos de ser sempre sujeito-usuário.

Nessa direção, a circulação, o acesso e a efemeridade são marcas de um modo de ler afetado pelas condições de produção da tecnologia digital, uma vez que “é pela circulação que o discurso digital se formula, e essa condição produz diferenças nos modos de significar” (Dias, 2018, p. 29). Nesse ponto, tomo a circulação dos significantes no social como porta de entrada, o caminho para fazer intervir a prática analítica no fio discursivo de sujeitos, que são agenciados por redes sociais ao dizer polêmico, acusatório. O trabalho do analista é recriar os caminhos pelos quais a formulação remete à sua historicidade.

A partir das entradas lexicais dos dicionários online, trabalho a evidência dos sentidos para cancelamento e entendo que há uma repetição do que se encontra em diversos dicionários lexicográficos (Nunes, 2010), ou seja, uma reprodução de dizeres do jurídico para que se chegue a uma definição semanticamente cristalizada para o termo. Este processo discursivo, pelo qual o discurso jurídico organiza e regula as formas de existência dos sujeitos em sociedade já tocava as preocupações de Pêcheux (2014a), que questiona a dificuldade de definir termos como história, massas, luta de classes:

A máquina de classificar de repente se enrola... No entanto ela funcionava com respeito a pessoas e coisas! Será que, por acaso, para ela funcionar, ela tem a necessidade do espaço universal abstrato do *direito* tal como o modo de produção capitalista o produziu? (Pêcheux, 2014a, p. 30)

Nessa direção, a evidência semântica de cancelamento como ato ou ação de interromper a compra de algum produto ou a prestação de algum serviço apoia-se na “ideologia jurídica do sujeito” (Pêcheux, 2014a, p. 145), correspondendo a práticas que se desenvolvem em outras condições de produção. Do ponto de vista discursivo, o dicionário online também se enrola, e nesse ritual o que irrompe como diferença é o sentido secundário que aparece na segunda entrada lexical fornecida pelo Google: *Ato ou efeito de boicotar ou retirar apoio a uma organização, pessoa etc., especialmente em posição de poder e influência, por meio de manifestações nas redes sociais, por causa de opiniões, atitudes ou comportamentos considerados inaceitáveis.*⁵⁵ Para Freitas (2021) os dispositivos de linguagem oferecidos aos sujeitos-usuários pelo Google se baseiam em formas específicas de gestão dos dados e dos sentidos já disponíveis na rede digital. Conforme o autor,

Ao produzir um sistema capaz de gerenciar funcionamentos metalinguísticos e ocupar a posição de gestão dos dicionários, o Google passa a concorrer com os dicionários que oferece, ocupando ele mesmo o lugar de dicionário, uma vez que, ao oferecer seu próprio dicionário, oferece também a expectativa de soluções a dúvidas do campo lexical, substituindo por vezes a consulta a dicionários mesmo quando não apresenta sua formulação dicionarizada. (Freitas, 2021, p. 177)

Na minha interpretação, o significante *cancelamento* marca uma tensão entre o campo do Direito e o discurso cotidiano, e essa mexida nas relações é fruto das intervenções do digital na vida social, fortalecendo a lógica capitalista.

O sentido de cancelamento expresso no dicionário Google alinha-se ao que dizem Melo e Vasques (2021, p.5), que defendem a emergência do cancelamento enquanto um “ativismo que pode se configurar como inquisitorial, desconectado com a luta por equidade e inclusão”. A posição defendida pelos autores corrobora com o que diz a cientista política Pippa Norris (2020), que tem

⁵⁵ Disponível em: <https://www.google.com/search?client=opera&q=google+dicion%C3%A1rio&sourceid=opera&ie=UTF-8&oe=UTF-8#dobs=cancelamento>. Acesso em: 09/03/2023.

interpretado como *batalhas*, as imposições de sentidos universais. Nessa direção, o cancelamento

Pode ser definido amplamente como tentativa de condenar alguém ao ostracismo por violar as normas sociais. A noção também foi entendida de forma mais restrita como a prática de retirar o apoio a (ou cancelar) figuras públicas e empresas após terem feito ou dito algo considerado questionável ou ofensivo. Esta prática é análoga à tática de boicotes do consumidor, retirando o apoio a marcas e corporações consideradas antiéticas, uma forma comum de ativismo político. A estratégia de cancelamento normalmente usa as mídias sociais digitais para envergonhar os indivíduos com a intenção de aplicar penalidades com diferentes graus de severidade, que vão desde limitar o acesso a plataformas públicas ao prejuízo de reputações e encerramento de carreiras, instigando ainda processos legais.⁵⁶ (Norris, 2020, p. 3 - tradução livre)

Até aqui, o sentido de cancelamento aparece como um funcionamento do *cyberativismo*, esse definido por Lourenço Costa (2021, p. 330) como uma das várias relações possíveis, em que os “movimentos sociais com as novas tecnologias, contribuído não só na divulgação das variadas causas sociais, políticas e econômicas, mas na própria determinação destes movimentos reivindicatórios”. Sistematizando, teríamos:



Sistematização 2: O cancelamento como prática do cyberativismo.

⁵⁶ Em inglês: The concept of a ‘cancel culture’ can be defined broadly as attempts to ostracize someone for violating social norms. The notion has also been understood more narrowly as ‘the practice of withdrawing support for (or canceling) public figures and companies after they have done or said something considered objectionable or offensive’. This practice is analogous to the tactic of consumer-boycotts withdrawing support for perceived unethical brands and corporations, a common form of political activism. The cancelling strategy typically uses social media to shame individuals with the intention of exerting penalties with different degrees of severity, ranging from limiting access to public platforms, damaging reputations, and ending careers to instigating legal prosecutions

Ou seja, como decorrente do encontro (agenciamento) de uma demanda social (abuso de mulheres em estúdios de cinema hollywoodianos/ falta de posicionamento de uma artista frente a ascensão do conservadorismo) com as mídias digitais que “horizontaliza[m] as lutas contemporâneas, que passam a ter uma estrutura marcada pelo acesso mais democrático proporcionado pela rede (Lourenço Costa, 2021, p. 331), emerge a prática de tornar não apenas visível, mas também notórias as práticas que não convergem para o interesse ou a inscrição de determinado grupo social. Desse encontro e estratégias, resultaria como efeito o cancelamento, ou seja, o boicote a esses sujeitos delituosos.

Essa racionalização, entretanto, sustenta-se na evidência de sentido que retoma uma memória vigilante e punitiva, em que o discurso corresponde de modo linear à prática. Foi preciso, para continuar com essa pesquisa, questionar essas evidências, desconfiando dos discursos explicativos, apaziguadores, que mascaram o confronto e que “nas atuais condições de assujeitamento político e ideológico do capitalismo [...] produz novas articulações entre o racional e o irracional” (Pêcheux, 2015a, p. 87).

O boicote e a retirada de apoio são tomados, inicialmente, como uma forma, como uma pedagogia, no sentido mais raso do termo. É a lógica punitiva que reverbera em castigos físicos aplicados aos negros, às crianças, às mulheres, aos “criminosos” nas mais diversas épocas. Não a pedagogia em que o ensino é uma atividade dialógica e de escuta do outro, mas aquela em que o ensinar é reproduzir e modular os sujeitos em uma única via. Nessa direção,

Mesmo que a premissa do cancelamento se intitule como uma forma de responsabilizar os sujeitos por seus discursos e posturas sexistas, machistas, racistas, lgbtqfóbicos e atitudes que ferem ou deslegitimam outras comunidades e movimentos subalternos, seu uso e sua perpetuação nos espaços virtuais são paradoxos, visto que o foco do cancelamento não está na retratação ou reflexão sobre o que foi proferido, mas sim no redirecionamento de toda a fúria a quem proferiu algo. O que aprendemos de fato com a “cultura do cancelamento” e com suas pedagogias é que não se pode errar, em hipótese alguma. Aprendemos a vigiar todas as falas e pessoas que não são recíprocas aos nossos pensamentos. Essa pode ser a pedagogia do cancelamento: educar para o silêncio, para a acriticidade, para a despolitização. (Ramos, 2021, p. 2645-2646)

Na perspectiva da Análise do Discurso, o sentido de cancelamento que está posto no Google reitera a projeção de objeções e estranhamentos que

colocam no outro (aquele que deve ser cancelado) a causa de certos problemas, elegendo um alvo e dando-lhes a chance de aprender pela dor *aquilo que pode ou não ser dito* (Pêcheux, 2014a). A questão é, quem são os professores dos sujeitos cancelados? O que os autoriza a ocupar essa posição?

A questão é que ninguém está imune a esse fenômeno. A forma como os debates sociais vêm se formando conta muito com a horizontalidade das hierarquias possibilitadas pelos canais digitais que se tornam ferramentas para a afirmação de políticas identitárias marginalizadas. Mas, ideias de organização política, ideológica e representativa mudam de lugar e a essência das reivindicações lícitas e coerentes migram para um ambiente que nos parece mais obscuro, contagiante e voluntarioso, onde a provocação à exposição soa inquisitória. O fenômeno do cancelamento se vale de competências e recursos fornecidos pelas plataformas digitais para enterrar identidades e expressões, podendo levar à banalização do embate direto sem argumentação, possibilidade de defesa ou direito de resposta. (Melo e Vasques, 2021, p. 9)

Cultura de cancelamento no Dicionário Informal

Na busca em que utilizei a palavra-chave *cultura de cancelamento*, deparei-me com uma rarefação nas definições oferecidas pelos dicionários online (dentre eles, Aulete, Michaelis, Priberam, Dicio). Com exceção da entrada no Dicionário Informal, que analisei a seguir, nenhum outro dicionário online produziu definições sobre o significante *cultura do cancelamento*.

As ausências de definição apontam justamente para a instabilidade no processo discursivo de designação, fazem lembrar que, em termos discursivos, mesmo na saturação (de sentidos, de informações, de pontos de vista, etc.) que é característica do espaço digital, há uma impossibilidade de dizer tudo. Interpreto que a ausência de definições para o termo pesquisado decorre justamente da colisão entre a constituição de saberes dicionarizados a partir do sujeito lexicográfico – processo que historicamente está atrelado ao discurso da escrita, às instituições e formas históricas de produção do saber (Nunes, 2010) com outras condições de produção e leitura, condições essas em que o fluxo virulento da circulação e oscilação dos sentidos na rede eletrônica acaba por “ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (Pêcheux, 2015g, p. 46).

Por derivar de um modo específico de trabalho com a linguagem, o processo de dicionarização de uma palavra é, tradicionalmente, lento, pois decorre da sacralização dos sentidos em determinados rituais ideológicos; em outras palavras, depende da inscrição daquele sentido na história, numa rede significante. Porém, se o significante passa a ser mobilizado pelo sujeito no fio do seu discurso, é porque *interdiscursivamente* os pré-construídos⁵⁷ (Pêcheux, 2014a) já estão fornecendo evidências de sentido que “autorizam” a tomada da palavra. Desse modo, o significante vai resistindo ao desejo de tudo dizer do sujeito, colocando a máquina de classificar para lidar com outra temporalidade, outro modo de constituição dos saberes e, por sua vez, de constituição dos arquivos.

Essa resistência do significante ao processo de dicionarização impele que o sujeito significado pelas mídias digitais busque na própria rede os espaços de circulação daquilo que aparenta ser o sentido para *cultura de cancelamento*. É por aí que analiso o modo pelo qual o sujeito-usuário insere dizeres no Dicionário Informal. Essa inserção de palavras no acervo do site passa por dois momentos:

- 1) A primeira etapa⁵⁸ corresponde à **definição da palavra**, na qual o sujeito-usuário deve inserir (pelo recurso da caixa de texto, que permite a discursivização através de outras palavras, sentenças, enunciados, sem restrição de número de caracteres, por exemplo) as seguintes informações: palavra - definição - exemplos - palavras relacionadas - sinônimos - antônimos; deve-se ainda marcar (pelo recurso da caixa de preenchimento/checagem) se a entrada lexical corresponderá a uma gíria ou se está relacionada a sexo, xingamento ou palavrão.
- 2) Já o segundo momento⁵⁹ corresponde à **inscrição do sujeito**, etapa através da qual o sujeito-usuário é interpelado a inserir seus dados, agenciado já pela etapa anterior a ocupar a função-autor. São exigidas informações como: Nome/apelido [sendo a / responsável por apagar a obrigatoriedade do nome do autor, uma vez que metaforiza a

⁵⁷ Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (2014a) trabalha com a noção a partir da reflexão proposta antes por Paul Henry (2013) em *A ferramenta imperfeita*, que defende que “a existência de uma referência em um enunciado repousa em uma evidência de sentido que não se encerra na literalidade do sentido ou nas consequências psicológicas do sujeito”. (Garbin, 2020, p. 241).

⁵⁸ Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/enviar/definicao/>. Acesso em: 12/04/2024.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/enviar/definicao/>. Acesso em: 12/04/2024.

conjunção alternativa **ou**], País e Estado [importante para produzir um efeito-leitor de que as palavras são definidas por falantes nativos do idioma], E-mail [endereço eletrônico, que após a confirmação chancela o sujeito-usuário a ter sua publicação visível. Ao inserir seu e-mail, o sujeito-usuário produzirá um caminho através do qual o site pode enviar mensagens como a palavra do dia, a partir da livre-escolha do sujeito que marca ou não a caixa, em seguida].

A importância analítica de compreender o modo como o sujeito-usuário ocupa a posição de autor no Dicionário Informal se dá em virtude dos movimentos de sentido que pude perceber no verbete que define *cultura de cancelamento*. Adianto que as formulações sobre a *cultura de cancelamento* derivam para regiões de sentido inesperadas, o que entendo como a sobreposição do sujeito discursivo (constituído na linguagem, interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente) ao sujeito-usuário que, na prática da produção de verbetes, é o sujeito lexicógrafo. A materialidade digital tem um papel fundamental nessa sobreposição, pois, conforme Komesu e Galli a autoria em ambientes digitais é afetada por duas contingências constitutivas: “(i) a informação não é localizável fora do modo de constituição dos sujeitos; (ii) o sujeito não tem controle autônomo sobre produção e disseminação de informação (dos sentidos)” (Komesu e Galli, 2016, p. 167).

Por consequência a essas questões, compreendo que, em termos discursivos, mesmo que configure uma nova entrada no Dicionário Informal, sendo a única existente nos dicionários online consultados, o sujeito-usuário não necessariamente inaugura uma nova série histórica em torno do significante, pois é duplamente interpelado: tanto pela ideologia, que sustentará as evidências e a memória discursiva a ser retomada, quanto pelas normatizações da plataforma, as quais se dão por meio do uso, da linguagem em funcionamento. Assim, é através desse lugar, a partir de uma determinada formação discursiva, que se dá o trabalho de definição online.

Foi pela leitura como parte do processo de apreensão da materialidade do sentido, que esbarrei em tropeços da língua, marcas na superfície que me permitiram avançar na compreensão da posição argumentativa tensionada pela

tentativa de definir a *cultura de cancelamento*. Para isso, fui afetado pelo *estranhamento*⁶⁰, um gesto do olhar que

Expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma desordem no enunciado. Possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado. (Ernest-Pereira, 2009, p. 5)

Desse modo, no deslizar do olhar sobre a tela, esbarrei na expressão aspeada “cancelar cultura”, por entre os diversos dizeres recortados na definição do dicionário. O estranhamento, que se produz quando o olhar topa com algo “fora do lugar” na ordem da formulação, me fez retornar mais uma vez nessa expressão, e levar a cabo o que propõe Eni Orlandi: “o ponto de partida da análise é sua questão, sendo, esta, parte da sua investigação, de sua inteira responsabilidade.” (Orlandi, 2013, p. 4).

A expressão “cancelar cultura” destoa e, por isso, produz estranhamento no fio do discurso em termos de concordância do restante do trecho, e as aspas acabam por apontar a presença daquilo que fala em outro lugar, esfacelando a ilusão do dizer autônomo e definidor do sujeito-usuário que se inscreve como @AntonioAquino. A presença da forma infinitiva do verbo **cancelar**, marca a ausência de flexão (**-mento**) deixando ver as cicatrizes (materialidade) de um processo de tradução do inglês para o português: cancel culture → cancelar cultura.

Do estranhamento à materialidade da língua, retomo outra lição herdada de Pêcheux: ler, na perspectiva discursiva, não é tomar o enunciado na sua transparência, mas estar em busca “das memórias perdidas em seu trajeto de leitura [ele perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições]” (Pêcheux, 2015g, p. 49). A memória da língua-outra na tradução do inglês para o português é a marca do tropeço na ordem técnica da discursivização do sentido de *cultura de cancelamento* no/pelo digital. São esses equívocos que permitem flagrar as injunções ideológicas nos liames da rede, pois

⁶⁰ O estranhamento funciona, pois, como um ponto de ancoragem e dispersão para o olhar do analista, momento em que o sujeito-leitor dá de encontro com a determinação da *interdiscursividade*, articulada no/pelo simbólico como o já-dito (já-lido), uma vez que “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (Pêcheux, 2014a, p. 149).

Ao inscrever-se o sujeito-usuário é traído pelo funcionamento dos algoritmos, esbarrando no que é próprio da língua, sob os efeitos dos engodos ideológicos e tecnológicos [...] Ele controla muita coisa, mas não consegue controlar os furos, os equívocos da língua”. (Grigoletto; Galli, 2021, p. 248-249)

No intento de retomar os fios de memória que compõem o substrato discursivo da formulação e ainda tendo como base o estranhamento, operacionalizei com outro procedimento: selecionei o trecho inicial da definição no Dicionário Informal e utilizei o recurso pesquisar do Google. Investindo nesse processo de seleção e busca automatizada, tentei escavar mais fundo na espessura material do discurso digital, acatando a necessidade de

Através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. (Pêcheux, 2015g, p. 56).

A partir do que propõe Pêcheux, apresento os recortes abaixo:



Imagem 13: Captura de tela do procedimento com o buscador do Google realizado na definição Cultura do Cancelamento do Dicionário Informal.

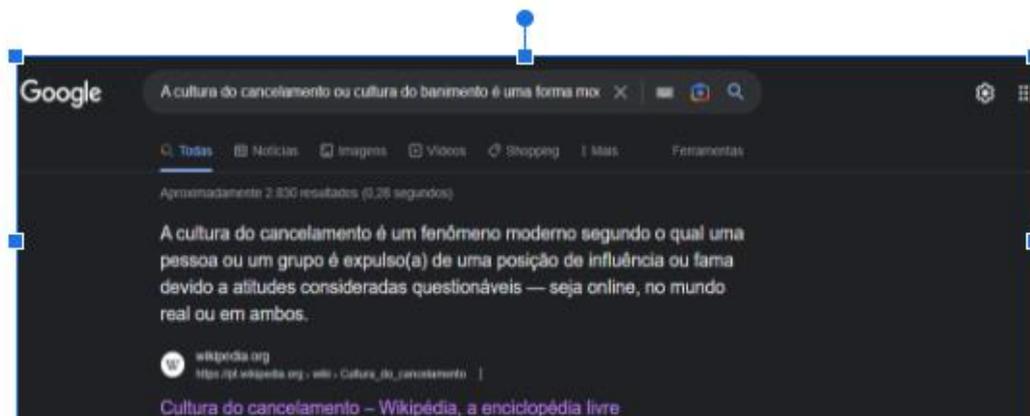


Imagem 14: Captura de tela do resultado da busca no Google realizado na definição Cultura do Cancelamento do Dicionário Informal.⁶¹

No segundo recorte, o buscador do Google reconhece o trecho selecionado que disparou a busca (primeiro recorte). Ao realizar o procedimento ao longo de todo o verbete, fui redirecionado para outros resultados, que evidenciam as operações não explicitadas de recorte e deslocamento de fragmentos de texto de outros sites em língua inglesa para compor o verbete do Dicionário Informal.

Em resumo: o sujeito-usuário @AntonioAquino⁶² apropria-se, em grande parte do texto, de modo deliberado de outros discursos sobre a *cultura de cancelamento* que já estavam disponíveis na rede. Identifiquei, a partir da ferramenta versões da Wikipédia, que os três primeiros parágrafos disponibilizados em 30 de janeiro de 2021 no Dicionário Informal reproduzem (adicionando apenas uma palavra), de forma não creditada, a versão de 6 de janeiro de 2021, da página cultura do cancelamento da Wikipédia, publicada em **inglês** com última modificação pelo sujeito-usuário @Mcorrlo, que é creditado pelo site como modificador de outras 9 versões da mesma página.

A versão em português da Wikipédia é produto da tradução automatizada da página no idioma original, resultando daí a expressão “cancelar cultura” que provocou o estranhamento inicial do meu olhar. Seguindo o mesmo procedimento de selecionar e buscar, identifiquei ainda que o verbete reproduz (fazendo modificações apenas para suprimir termos da formulação original) trecho do editorial “O que foi feito das pessoas que tentamos cancelar?”⁶³ Estão se divertindo juntas”, que foi publicado em inglês pelo New York Times em 02 de

⁶¹ Disponível em: [https://www.google.com/search?q=A+cultura+do+cancelamento+ou+cultura+do+banimento+%C3%A9+uma+forma+moderna+de+ostracismo+em+que+uma+pessoa+ou+um+grupo+%C3%A9+julgado+e+exclu%C3%ADdo+\(socialmente+falando\)+de+uma+posi%C3%A7%C3%A3o+de+influ%C3%Aancia+ou+fama+devido+a+atitudes+consideradas+question%C3%A1veis%2C+seja+online%2C+nos+meios+de+comunica%C3%A7%C3%A3o+social%2C+no+mundo+real+ou+em+ambos.&rlz=1C1FHFK_ptPTBR1066BR1066&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=A+cultura+do+cancelamento+ou+cultura+do+banimento+%C3%A9+uma+forma+moderna+de+ostracismo+em+que+uma+pessoa+ou+um+grupo+%C3%A9+julgado+e+exclu%C3%ADdo+(socialmente+falando)+de+uma+posi%C3%A7%C3%A3o+de+influ%C3%Aancia+ou+fama+devido+a+atitudes+consideradas+question%C3%A1veis%2C+seja+online%2C+nos+meios+de+comunica%C3%A7%C3%A3o+social%2C+no+mundo+real+ou+em+ambos.&rlz=1C1FHFK_ptPTBR1066BR1066&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em: 15/04/2023.

⁶² Utilizo aqui o @ para marcar que o nome Antônio Aquino, que designou o sentido de *cultura de cancelamento* no Dicionário Informal corresponde a um traço na rede, um espaço virtual de personificação.

⁶³ Em inglês, Those People We Tried to Cancel? They're All Hanging Out Together. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/11/02/style/what-is-cancel-culture.html> Acesso em: 16/04/2023.

novembro de 2019 e posto em circulação na Folha de São Paulo, em português, em 18 de novembro de 2019⁶⁴.

Tomando agora o procedimento da deslinearização, investi nos enunciados presentes no quarto parágrafo do verbete, constituindo um espaço de leituras possíveis a partir do objetivo de interpretar do que se fala quando se diz *cultura de cancelamento*. Assim, os dizeres último parágrafo do verbete do Dicionário Informal e os exemplos de uso para a expressão foram colocados em relação uns com os outros, (des)organizados, seguindo o movimento metafórico (Pêcheux, 2010a). Vejamos a seguir:

**A CULTURA DO CANCELAMENTO É TOTALMENTE CONTRA A
LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**A CULTURA DO CANCELAMENTO É TOTALMENTE CONTRA A
DEMOCRACIA**

**A CULTURA DO CANCELAMENTO É ELOGIADA E DEFENDIDA POR
PARTIDOS DE ESQUERDA**

A CULTURA DO CANCELAMENTO É TOTALMENTE COMUNISTA

A CULTURA DO CANCELAMENTO É ANTIBÍBLICA

A CULTURA DO CANCELAMENTO É DEMONÍACA

Imagem 15: Exemplos da definição “Cultura do Cancelamento” do Dicionário Informal.
Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/cultura%20do%20cancelamento/43669/>

A partir da deslinearização, é possível perceber que a designação de *cultura de cancelamento*, no/pelo Dicionário Informal, coloca em circulação um discurso cuja orientação ideológica é conservadora e facista. Pensar os percursos de sentido do significante na perspectiva discursiva materialista é convocar o sujeito, o político, a história e a ideologia (Orlandi, 1998). Nessa direção, os exemplos recortados da definição do Dicionário Informal apontam para uma exterioridade que as atravessa, constituindo mutuamente sentidos e sujeitos. Orlandi (1998, p. 75) afirma que “não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, com uma direção histórico-social que se

⁶⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/11/o-que-foi-feito-das-pessoas-que-tentamos-cancelar-estao-se-divertindo-juntas.shtml>. Acesso em: 16/04/2023.

produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico.” Ao convocar, no fio do seu discurso, as palavras DEMOCRACIA - ESQUERDA - COMUNISTA - ANTIBÍBLICA - DEMONÍACA, o sujeito-usuário @Antônio Aquino, retoma uma rede parafrástica que se ancora num recorte específico do saber: o discurso de ódio ao comunismo. Como ensina Pêcheux

O sentido de uma palavra, de uma proposição, de uma expressão etc. não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente como a literalidade do significante) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (Pêcheux, 2014a, p. 146)

A proposição de Pêcheux me leva a refletir sobre as posições em jogo na definição de *cultura de cancelamento* que o sujeito-usuário @Antonio Aquino⁶⁵ coloca em circulação no/pelo Dicionário Informal. As formulações do perfil retomam um imaginário já estabilizado do comunismo como ameaça à liberdade, à democracia, como inimigo dos cristãos, totalmente comunista e defendida pelos partidos de esquerda. Sobre essa memória presente nos enunciados, Courtine diz que

As formulações-origem derivam assim em um trajeto na espessura estratificada dos discursos, trajeto em cujo curso ela se transforma, truncam-se; escondem-se para reaparecer mais a frente, atenuam-se ou desaparecem misturando inextricavelmente *memória e esquecimento*. (Courtine, 1999, p. 19).

Nesse movimento, entre formulações e posições, as relações político-ideológicas vão produzindo fronteiras, regionalizando os sentidos, tolhendo-os para o interior de uma formação discursiva, que enlaça conservadorismo cristão à defesa da liberdade de expressão. Portanto, no verbete *cultura de cancelamento* do Dicionário Informal, há uma definição que esvazia o propósito inicial do cancelamento. Alinhavando-se ao discurso bolsonarista, ainda em circulação voraz no país, a designação acaba por inscrever outros sentidos para cancelamento, lido como “coisa de esquerdista mimizento”.

⁶⁵ Deixo aqui registrado outros verbetes dos quais este perfil é autor no Dicionário Informal: Igreja Progressista – Free Fire – Whatsapp – Pró-vida – Aborto – Evangélicofobia – Humanismo secular – Estabelecimento essencial – Colonização ideológica – Marca da besta – Suicídio assistido – Rede social – Sincretismo religioso – Ideologia Esquerdista – Profecia – Bloqueador de puberdade. Foram 17 as intervenções dessa posição discursiva no acervo do Dicionário Informal. É pela relação nessa cadeia significativa que o sentido de *cultura de cancelamento* é discursivizado. Retomando Pêcheux (2014a, p. 142) “uma surpreendente mistura entre absurdo e evidência”. Os verbetes podem ser encontrados em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/usuario/id/226070/1/>, <https://www.dicionarioinformal.com.br/usuario/id/226070/2/>. Acesso em: 04/05/2023.

Voltando-se novamente para o significante *cultura de cancelamento*, oponho os sentidos de *cultura* em nossa sociedade. No imaginário cristalizado, a cultura é entendida como o produto da ação humana, englobando as crenças, costumes e se expandindo para o campo das artes, da ciência e das religiões, sendo um elemento essencial na diferenciação do humano para outros animais.⁶⁶ Nesse entendimento mais estrito, falar em *cultura de cancelamento* é tomar como evidente o cancelamento enquanto *produto natural da ação humana*.

O termo *cultura* foi ainda sendo mobilizado para expressar processos estruturais e estruturantes de formações sociais fundadas pelo colonialismo e capitalismo, tais como: *cultura da violência*, *cultura do assédio*, *cultura do estupro*... Ou ainda na direção de apontar movimentações no social decorrente dos conflitos e relações de dominação e resistência, como em: *Contracultura*, *Cybercultura*, *Cultura de Massa*... É possível ainda ver flutuações do termo que apontam para soluções, resolução de conflitos e diferenças, como se dá com *Cultura de paz*... Em todas essas designações, o significante aparece sempre atrelado ao homem enquanto produtor, responsável ou transformador do tecido cultural que envolve uma formação social.

Deslocar a noção de cultura para o campo da Análise de Discurso, é pensá-la em relação à ideologia, ao modo como o ideológico engendra os processos culturais e produz justamente o efeito de que tudo faz parte da cultura. Nessa esteira de reflexão, Valim (2020) questiona a naturalidade daquilo que é posto como cultural e por isso legítimo e verdadeiro. Para autora, do ponto de vista discursivo, o que se tem como cultura é

Resultado de um trabalho simbólico, político-ideológico dessa cultura, a qual é entendida como espaço de filiação que se relaciona com a ideologia. A cultura e a ideologia, enquanto lugar de produção de sentido, mascaram as condições de produção, criando um efeito de obviedade. Há uma saturação dos sentidos, que se apresentam como únicos, mas que poderiam ser outros. (Valim, 2020, p. 63)

Porém, é preciso entender que ideologia e cultura não são sinônimas, mas há uma relação contraditória de interdependência. A ideologia, ao interpelar os indivíduos em sujeitos acaba por determinar também o arranjo das práticas

⁶⁶ A partir do que está posto na Wikipédia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura>. Acesso em: 15/07/2024.

culturais, àquilo que faz ou não parte de um sistema cultural, os sentidos de cultura para sujeitos em diferentes posições de classe, de raça e de gênero. Como coloca Valim, o ideológico, pela *saturação* de sentidos no interior do tecido cultural, vai produzindo evidências, formas de identificação que regulam a relação sujeito-cultura (Valim, 2020).

Trabalhando também nessa direção, Leandro-Ferreira (2019, p. 25) aponta que “assim como a língua, a cultura também resiste, não se deixa capturar como um ritual sem furos.”. Nessa perspectiva, falar de cultura pela via da AD, e desnaturalizar os sentidos de *cultura de cancelamento*, demanda incluir sempre sujeito discursivo contemporâneo, esse que se subjetiva pelas telas, pelos likes e que se subjetiva no regime estético do ver e ser visto. Retomando Leandro-Ferreira

Esse sujeito que é feito de linguagem não é, contudo, um sujeito linear. Ele é, antes o resultado de uma torção, uma torção de linguagem, que o releva pelo avesso e faz irromper o inconsciente. Essa torção de linguagem não se dá no vazio, em abstrato, ela ocorre numa cultura determinada, em condições de produção específicas, em situações sócio-históricas particulares. (Leandro-Ferreira, 2019, p. 27)

Por esse caminho, a análise das designações *cancelamento* e *cultura de cancelamento*, permitem apontar para certas condições de emergência dessa prática discursiva:

- I) Para que se fale da *cultura de cancelamento*, é preciso remeter ao sujeito discursivo, pois é este que ocupará as posições de cancelador e de cancelado.
- II) Esses termos, *cancelamento* e *cultura de cancelamento*, ainda que instáveis, apontam para um reviramento das relações sociais a partir das tecnologias digitais, especialmente das redes sociais.
- III) Havia, um princípio pedagógico no cancelamento, entretanto, esse viés é ilusório, pois o modo como se dá o cancelamento extingue a interlocução, sobrepujando os aspectos econômicos engendrados.

4. DISCURSOS DE E SOBRE CANCELAMENTO: FUNCIONAMENTO E ARGUMENTAÇÃO

É preciso mudar radicalmente de terreno, de maneira a analisar a unidade real dos contrários no qual e organiza esta contradição, e poder assim, trabalhar sobre ela. (Pêcheux, M; Gadet, F., 2015, p. 295)

O funcionamento discursivo nas práticas discursivas da cultura de cancelamento - o caso Karol Conká

O episódio sobre o cancelamento da rapper brasileira Karol Conká, nome artístico de Karoline dos Santos de Oliveira, teve grande circulação nos portais midiáticos no início do primeiro semestre de 2021 (principalmente durante a exibição da 21ª temporada do programa Big Brother Brasil), inscrevendo-se como um acontecimento enunciativo⁶⁷ a produzir efeitos na ordem cotidiana dos sujeitos (hiper)conectados.

Nessa seção analítica, estabeleço gestos de interpretação que vislumbram a compreensão sobre como se deu a discursivização desse acontecimento em páginas midiáticas da/na internet, buscando examinar como as causas e efeitos do cancelamento compõem nas textualidades enquanto evidências materializadas na língua, e que, conseqüentemente, afetam os sujeitos.

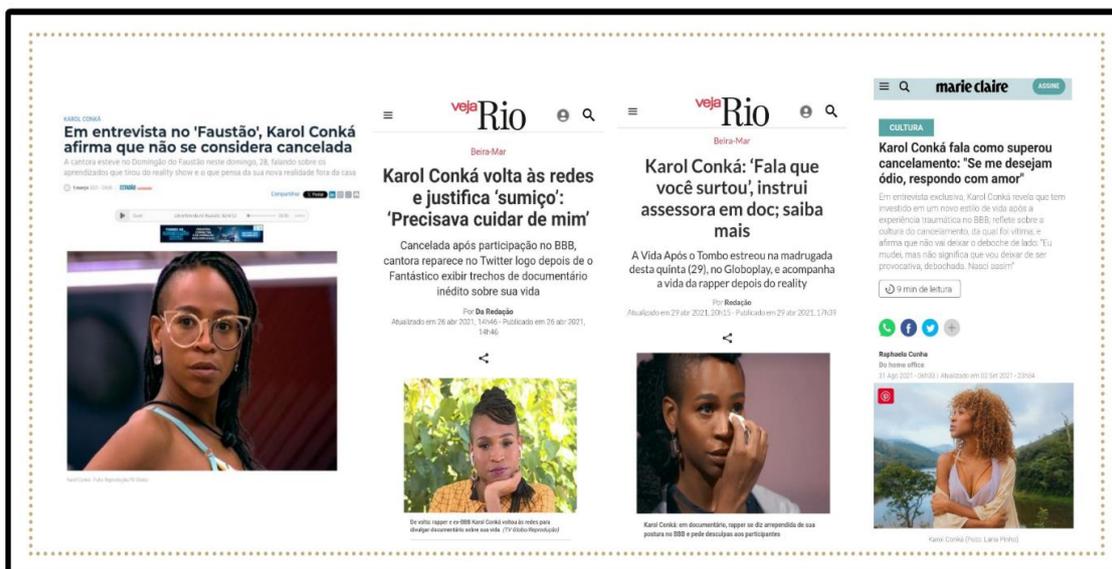
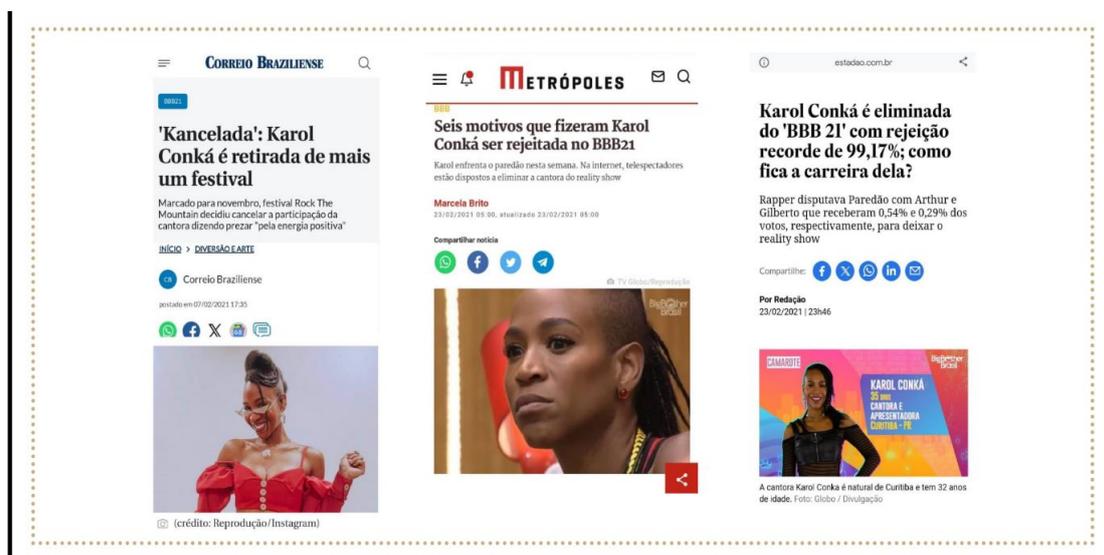
Os fios condutores do percurso analítico seguem o movimento entre a descrição e a interpretação (Pêcheux, 2015a), de um conjunto de notícias publicadas por portais diversos e que repercutem, em alguma medida, as motivações e as conseqüências do cancelamento. Essa relação retoma, portanto, as perguntas de pesquisa lançadas no início desta dissertação:

- I. O que coloca o sujeito nessas posições, seja de “cancelador” ou “cancelado”?
- II. Qual ou quais relações de poder (emergentes) atravessam essa prática?

⁶⁷ Nas análises realizadas por Cazarin e Rasia (2014, p. 208), “o *acontecimento histórico* gera um *acontecimento enunciativo* quando não provoca uma *ruptura* capaz de instaurar uma nova discursividade, nem faz com que o sujeito migre para outra Formação discursiva; o *acontecimento enunciativo* reorganiza/reestrutura a discursividade interna de uma formação discursiva.”.

Ao retomar essas questões, pensando (re)fluxo dos incessantes materiais aos quais o olhar é exposto no decorrer de uma pesquisa, como parte do exercício analítico de reconhecimento das evidências, que o funcionamento discursivo coloca em jogo, percebo certas regularidades no corpus discursivo, as quais dizem do modo como os sujeitos são colocados em confronto pela prática de cancelamento.

Proponho o olhar sobre algumas notícias postas em circulação em portais/sites midiáticos entre os meses de fevereiro e agosto de 2021⁶⁸:



Conjunto de recortes 1: Discursos de e sobre o cancelamento da Karol Conká⁶⁹.

⁶⁸ Os recortes foram feitos a partir das capturas de tela (printscreen) do smartphone.

⁶⁹ Com finalidade analítico-metodológica, as notícias que discursivizam o cancelamento de Karol Conká são apresentadas como um conjunto, uma tentativa de delineamento do corpus discursivo sobre o qual me debruço neste momento. Entendo que a inseparabilidade entre os discursos de/sobre impõe o batimento entre os recortes, explicitando de que modo um e outro relacionam-se contraditoriamente. Por outro lado,

Numa abordagem que considera apenas a institucionalidade da escrita e seu reconhecimento social, começaria as análises observando as formulações dos títulos, enquanto espaços privilegiados do discurso jornalístico, pois são o primeiro ponto de parada do trajeto de leitura realizado pelo sujeito. Entretanto, quando pensamos nas determinações da tecnologia no que se refere à circulação dos saberes, é preciso levar em consideração os aparatos técnicos próprios do digital que se atravessam na relação sujeito-sentido.

Chamo atenção, primeiramente, para os ícones de compartilhamento que comparecem em todos os recortes selecionados: , , , . Esses ícones são marcas tecnolinguageiras sustentadas por hiperlinks, cuja função é de viabilizar o endereçamento do texto para outro sujeito-usuário. Ao clicar em um desses ícones, é possível compartilhar o conteúdo através de outras mídias sociais. Trata-se de uma sutil mudança no regime de leitura dos textos, que interpela os leitores na/pela centralidade imagética. Da perspectiva discursiva, o compartilhamento remete à dimensão da circulação - via do acesso aos discursos que emergem da/na materialidade digital. O sujeito, com o gesto de compartilhar as notícias de/sobre o cancelamento de Karol Conká, deixa ver migalhas virtuais de identificação, pois o compartilhamento proporciona para o acontecimento visibilidade e alcance em outras telas e dispositivos.

Em discussão sobre *Cultura da vigilância*, Lyon (2018) defende que o compartilhamento tem um papel importante na exploração capitalista contemporânea, pois os

o efeito de enredamento do sujeito-usuário mostra-se produtivo para compreendermos o modo como o cancelamento textualiza-se em rede. As notícias originais podem ser acessadas nos links a seguir:

“Kancelada”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/02/4905210-kancelada-karol-conka-e-retirada-de-mais-um-festival.html>. Acesso em: 06/01/2024.

“Seis motivos”: <https://www.metropoles.com/entretenimento/bbb/karol-conka-eliminada-bbb21-seis-motivos>. Acesso em: 06/01/2024.

“Eliminada”: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/karol-conka-e-eliminada-do-bbb-21/>. Acesso em: 06/01/2024.

“Entrevista com Faustão”: <https://www.acritica.net/editorias/entretenimento/em-entrevista-no-faustao-karol-conka-afirma-que-nao-se-considera-cance/508925/>. Acesso em: 06/01/2024.

“Volta às redes sócias”: <https://vejario.abril.com.br/beira-mar/karol-conka-volta-redes-bbb21>. Acesso em: 06/01/2024.

“Fala que você surtou”: <https://vejario.abril.com.br/beira-mar/bbb-karol-conka-documentario-surtou>. Acesso em: 06/01/2024.

“Se me desejam ódio”: <https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2021/08/karol-conka-fala-como-superou-cancelamento-se-me-desejam-odio-respondo-com-amor.html>. Acesso em: 06/01/2024.

Fluxos e inundações sobre preferências, hábitos, opiniões e compromissos de usuários de tecnologia digital que podem ser usados para publicidade ou, talvez mais apropriadamente, para a construção de sujeitos consumidores.” (Lyon, 2018, p. 163).

Do ponto de vista discursivo, trata-se do agenciamento compulsório dos sujeitos como consumidores de conteúdos que se referem a outros sujeitos e suas ações. Nessa esteira de interpretação, o lugar que ícones de compartilhamento ocupam no design algoritmo dos portais midiáticos não é aleatório. Do contrário, por estarem dispostos num espaço primeiro e, portanto, privilegiado de visualização da/na tela, esses ícones direcionam o sujeito para uma prática de leitura que compartilha antes de ler o conteúdo da notícia; essa estratégia não é nova, mas ganha outros contornos no digital por colocar em jogo justamente a identificação dos sujeitos com as posições sustentadas na/pela discursivização do cancelamento de Karol Conká.

Em se tratando de um acontecimento que mobiliza os sujeitos em seus afetos,⁷⁰ como é o caso do cancelamento, o gesto de compartilhar está na ordem daquilo que interpela o sujeito, de um desejo de dar a saber a outrem aquilo que compartilha(mos). Para Lupton (2015, p. 30 *apud Lyon, 2018, p. 163*), “o sujeito que compartilha busca recircular conteúdos como parte de sua identidade e participação em redes sociais e comunidades, acreditando que terá um impacto em suas redes”. O compartilhar visa, portanto, atingir ou chegar ao outro. E essa é uma dimensão importante no que se refere ao cancelamento, pois, do ponto de vista empírico, e no caso da Karol Conká em específico, demanda do maior número de simpatizantes para que se mostre efetivo.

Sigamos com a análise dos enunciados verbais que compõem os títulos e o subtítulo das notícias:

⁷⁰ Discursivamente, a noção de afeto pode ser explorada por diferentes perspectivas. Destaco o trabalho de discussão de Salles, Lunkes e Branco (2022), que formulam “afeto enquanto discurso, o qual inscreve o político, o ideológico e o histórico. Afeto(s), pois, que marca(m) uma divisão, uma disputa de sentidos. Afeto(s) como disputa e afeto(s) em disputa na história.” (Salles, Lunkes e Branco, 2022, p. 6). Aqui, tomo afeto como *afetar-se*, uma mexida que está relacionada com as formas de identificação dos sujeitos com os sentidos, um modo de estar no laço com o social (sofrendo seus efeitos) e, por isso, sendo afetado pelas posições ideológicas em jogo.

SD1:

'Kancelada': Karol Conká é retirada de mais um festival

Marcado para novembro, festival Rock The Mountain decidiu cancelar a participação da cantora dizendo prezar "pela energia positiva".

SD2:

Seis motivos que fizeram Karol Conká ser rejeitada no BBB21

Karol enfrenta o paredão nesta semana. Na internet, telespectadores estão dispostos a eliminar a cantora do reality show.

SD3:

Karol Conká é eliminada do 'BBB 21' com rejeição recorde de 99,17%; como fica a carreira dela?

Rapper disputava Paredão com Arthur e Gilberto que receberam 0,54% e 0,29% dos votos, respectivamente, para deixar o reality show.

As sequências discursivas acima mobilizam a saída de Karol Conká do programa televisivo Big Brother Brasil como acontecimento a ser noticiado, evento a ser lido. Mariani (1996), ao analisar as práticas discursivas da imprensa sobre o Partido Comunista brasileiro, compreende que o discurso jornalístico funciona como lugar de manutenção das leituras institucionalizadas:

O discurso jornalístico, enquanto forma de manutenção de poder, atua na ordem do cotidiano, pois além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem e devem pensar, organiza direções de leituras para tais assuntos. No dia a dia, o leitor comum nem sempre tem como perceber os processos de filiação dos sentidos, e, os deslocamentos e re-alocamentos de memória, reforçando a ilusão de unidade e transparência na relação das multiplicidades do presente e das indicações do que pode vir a ser. (Mariani, 1996, p. 106)

Nesse processo de dar a ler o acontecimento, de (re)produzir versões possíveis para o cancelamento de Karol Conká, os enunciados mobilizam os termos *retirada*, *rejeitada*, *eliminada* para nomear o acontecimento. Assim, a discursivização do acontecimento de um modo e não de outro, com esses termos e não com outros termos (o que ocorre sob a ilusão da transparência da linguagem e da neutralidade dos sentidos) sedimenta para os sujeitos-leitores um interpretável sobre o acontecimento no turbilhão de notícias e fatos que circulam na rede digital. Desse modo, os sentidos de cancelamento são dados a ler pelos portais de notícias para sujeitos-leitores, produzindo, como efeito dessa discursivização, uma rede significativa em que o cancelamento se avizinha à *retirada*, *rejeição* e *eliminação*. Os sentidos que comparecem formulados nos

títulos das notícias funcionam como parte de uma narratividade (Mariani, 1996, p.118), ou seja, como textos que compreendem “um mecanismo discursivo atuante junto à memória, possibilitando a reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistências e rupturas”.

Nessa direção, o funcionamento da leitura do discurso jornalístico busca explicar o cancelamento de Karol: em SD1, Karol é cancelada/retirada da line-up de um festival por sua energia negativa; em SD2, Karol é cancelada/rejeitada por seis motivos enfrentando a disposição do público em eliminá-la da competição televisionada; na SD3 Karol é eliminada porque foi rejeitada, com 99, 17% dos votos dos espectadores. Já no título e subtítulo das notícias comparecem os discursos *de cancelamento*, aqueles que, do lugar institucionalizado no qual se ancora a narratividade jornalística e que contraditoriamente produzem a “homogeneidade da internet”, elucidam para o sujeito-leitor os motivos pelos quais alguém é cancelado. Encontramos na reflexão de Pêcheux (2015b) algo talvez embrionário, mas muito pertinente, sobre o assujeitamento ideológico num contexto de advento das tecnologias de propaganda:

Uma nova articulação se instituía entre o “racional” e o “irracional” entre a objetividade dos dados empíricos, e a subjetividade das experiências e testemunhos, entre o sério das discussões entre experts e o imediatismo das “informações” distribuídas aos homens da rua, entre os mecanismos impessoais da administração capitalista moderna, e a personalização da vida política pelas “mass-medias”. (Pêcheux, 2015b, p. 87)

As palavras de Michel Pêcheux já denunciavam, em 1979, o funcionamento de um “panóptico invisível” (op. cit) que, nas atuais condições de produção, compreendemos estar sustentado pelas grandes corporações de tecnologia e pelos conglomerados midiáticos que articulam versões de discursos ordinários⁷¹ colocados numa ordem do que “todos sabem/devem saber”. Para Han (2022, p.24), as “mídias digitais produzem a dominação da informação. [...] Decisivo para o ganho de poder é, então, a posse das informações. [...] soberano é quem dispõe das informações em rede”. No que tange à especificidade do cancelamento enquanto fenômeno da/na rede, nos distanciamos dos efeitos da

⁷¹ Em referência ao que Michel Pêcheux toma como o “ordinário do sentido”.

propaganda política, das quais se ocupou Pêcheux, pois o propósito panfletário se dilui na neutralidade do discurso jornalístico. Discursivizar sobre o cancelamento de Karol Conká produz(iu) milhares de acessos e, nessa dinâmica, importa a posse do poder de informação: aquele que selecionará, articulará e disponibilizará nas telas dos sujeitos-usuários os conteúdos que se arrolaram infinitamente nas timelines.

Na esteira do que propõe Orlandi, investir nas formulações faz com que o olhar se volte não para uma correlação entre forma/função, “trata-se de processo discursivo e não de unidades cristalizadas” (Orlandi, 2023, p. 72), e, ainda nessa esteira, a análise sobre o discurso da História para a escola, permite com que Orlandi (2023) pontue que os processos discursivos funcionam na incidência sobre a estrutura linguística, marcando como o histórico determina o linguístico. Na análise realizada pela autora, percebe-se “um jogo de linguagem que afeta basicamente a relação do verbo com o sujeito, o uso das datas e locais e das circunstâncias” (Orlandi, 2023, p. 73). Tomando essa compreensão, esse gesto sobre os modos de dizer o acontecimento, é possível perceber que as formulações produzidas sobre o acontecimento do cancelamento de Conká são parte de um processo discursivo que funciona através de uma estrutura explicativa: A sofre B por motivo C (Orlandi, 2023, p. 81) ou ainda A castiga B por motivo C. A partir desse movimento analítico de Orlandi, proponho as sequências discursivas parafrásticas (SDP) a seguir:

SDP1:

O festival The Rock Mountain cancelou a participação de Karol Conká, marcada para novembro, dizendo prezar pela “energia positiva”.

SDP2:

Na internet, telespectadores estão dispostos a eliminar a cantora do reality show, Karol Conká enfrenta o paredão nesta semana e foi rejeitada por seis motivos no BBB21.

SDP3:

Na disputa do Paredão do BBB21, Karol Conká é eliminada com recorde de 99,17% de rejeição. Como fica a carreira dela?

As sequências discursivas parafrásticas foram produzidas enquanto possibilidade de dar a ver o jogo metafórico que caracteriza os processos discursivos em jogo. Daí a possibilidade de contraste entre os recortes e a verificação dos funcionamentos discursivos. Em SDP1, SDP2 e SDP3 é possível

visualizar quem realiza a ação (posição ocupada em SDP1 por *The Rock Mountain*; e em SDP2 por telespectadores), quem sofre a ação (posição ocupada tanto em SDP1, SDP2 e SDP3 por Karol Conká) e o motivo da ação (em SDP1, prezar pela “energia positiva, em SDP2 por seis motivos diferentes, em SDP3 pelos 99,17% de rejeição). Assim, a comparação entre as sequências discursivas 1, 2 e 3 e suas respectivas sequências parafrásticas deixa ver uma tomada de posição que lineariza, no eixo horizontal de formulação, os discursos *de cancelamento* de Karol Conká que se encontravam dispersos em/na rede⁷². Há uma apropriação dos dizeres que sustentam a argumentação de cancelamento da artista, de modo que *retirada, rejeição e eliminação* marcam as consequências dos atos cometidos, julgados e condenados que a levaram ao cancelamento.

Na reportagem publicada pelo Jornal Metrôpoles (SD2), o recorte intitulado “seis motivos” começa com a afirmativa: “Ainda nos primeiros dias do Big Brother Brasil 21, Karol Conká mostrou não ter medo do cancelamento”, cujo movimento textual do discurso jornalístico começa a construir o imaginário sobre Karol Conká como alguém que não tem medo do cancelamento, o que ela (auto)afirma no fio do seu discurso. O uso do verbo “mostrar” deixa ver algo não apenas sobre as palavras de Conká, mas sobre seu corpo, sua presença, seus movimentos, posturas. Em Carvalho (2023), refletindo sobre o vídeo “Sem medo de ser feliz”, investi sobre a relação de determinação entre o nome e seu complemento, “medo de... X”. Naquelas análises, pude perceber que “o significante medo, substantivo abstrato que nomeia o sentimento/estado afetivo suscitado pela consciência do perigo ou que, ao contrário, suscita essa consciência, atua junto com outros significantes como temor-tristeza-angústia” (Carvalho, 2023, p. 12).

No caso do cancelamento de Karol Conká, como já mencionado, são os sentidos de retirada, rejeição e eliminação que se avizinham ao sentido de cancelamento, marcando os liames da cadeia significante que nomeia aquilo que se deve temer. Porém, são outras as condições de produção que determinam o

⁷² Utilizei as palavras-chave *cancelamento+karol+konká* no buscador do Instagram.

domínio de memória⁷³ (Courtine, 2009) do enunciado “Sem medo de ser feliz”⁷⁴: trata-se de um domínio que reúne narratividades das lutas políticas da história da democracia brasileira. Já em “ter medo do cancelamento”, o domínio de memória reúne formulações que apontam para a presença do cancelamento mesmo fora da internet, como algo que regula e determina os sujeitos, ainda que suas ações não tenham se realizado na internet, ou seja, não se trata de tuítes antigos, de curtidas e compartilhamentos, de seguir ou não uma figura pública já cancelada ou má quista pela “internet”. As ações julgadas exteriores às redes, mas que repercutem nas/pelas redes, retornam em forma de condenação e punição para os cancelados.

O que, na atual conjuntura tecnopolítica significa ser cancelado? Por que temer o cancelamento? O que torna alguém passível de ser cancelado? São questionamentos que expõe a transparência do sentido à opacidade da língua, pois as respostas não são imediatas, não são dadas e deixam ver que ao relatar que Conká não tem medo do cancelamento, o texto jornalístico do Metrópolis o faz através desse domínio de memória, algo que do ponto de vista da escuta e interpretação discursiva não alheia ao funcionamento ideológico, não se faz de um ponto de vista neutro. Ao questionar sobre a ilusão de transparência do discurso jornalístico e a opacidade do verbo *cancelar*, a leitura discursiva, enquanto ferramenta de transformação social, abre fissuras na leitura dominante, instaurando disputas, versões. Essas disputas, tem relações com o(s) equívoco(s), pois, como afirma Vinhas (2023, p. 44) embora com aparentemente estáveis “certos objetos se cruzam com o equívoco, que somente ganha corpo porque há real – há o impossível que interfere, que se faz presente por seus efeitos, e muda o trajeto dos sentidos, até daqueles que compõem os mundos normais”.

O texto do portal Metrópolis (*recorte seis motivos*) segue na tentativa explicar para seus leitores que apesar de disputar a permanência no reality show com outros participantes “pelo público, a cantora é dada como eliminada.” O

⁷³ Para Courtine (2009, p.112), o domínio de memória diz respeito a “redes de formulações a partir das quais serão analisados os efeitos que a enunciação de uma determinada sequência discursiva de referência produz no interior do processo discursivo (efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito”.

⁷⁴ “Costuras silenciosas em que medo textualiza o amordaçante real da história, que demandam do gesto analítico a sensibilidade sobre as contenções, os impedimentos, as restrições e perseguições que o ser-dizer sofre em tempos de redemocratização e luta pela democracia.” (Carvalho, 2024, p. 14).

texto segue, portanto, respondendo à seguinte pergunta: “O que Karol Conká fez para merecer tamanha rejeição fora da casa?” E para isso, toma posição: “O Metrópolis elencou seis situações protagonizadas pela curitibana que deram o que falar nas redes.” Tomar este material discursivamente, a partir das questões de pesquisa, me faz retornar à questão do imaginário, ou, das formações imaginárias, tal como teorizou Pêcheux (2010).

É conveniente destacar que a teorização sobre as formações imaginárias que Pêcheux elabora pode ser lida como uma crítica à recepção da discussão do formalista Roman Jakobson sobre os fatores constitutivos de qualquer processo linguístico (Jakobson, 1963). Na teorização do linguista russo, a mensagem transmite a informação entre os interlocutores (emissor e receptor ou A e B), já na compreensão de Pêcheux (2010, p. 81) “é preferível tomar o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um efeito de sentidos entre os pontos A e B”. A constituição dos sujeitos-jornalistas e, por consequência, a produção de sentido no texto jornalístico, ocorre sob a égide das teorias da comunicação, portanto tomando como premissa a compreensão de que a mensagem tem o papel de informar os seus leitores. Retornar a este ponto inaugural da Análise do Discurso, em que o conceito de discurso rompe com a premissa da leitura que busca pela informação, nos permite avançar analiticamente na descrição e interpretação dos *discursos de cancelamento*. Em *Análise Automática do Discurso* (2010), Pêcheux coloca a seguinte hipótese:

A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social [...] esses lugares estão representados nos processos discursivos que são colocados em jogo [...] ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado. Em outros termos o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem a si e ao outro, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. (Pêcheux, 2020, p. 81-82)

As formações Imaginárias (FI_m), na teorização de Pêcheux, estão relacionadas às imagens virtuais (no sentido de projeções) que são mobilizadas no seio de uma determinada prática discursiva, constituindo parte das condições de produção e funcionamento do discurso. Na leitura do recorte “Seis motivos”, as causas do cancelamento de Conká jogam justamente com essas imagens

produzidas no/pelo discurso de quem cancela a artista. Na leitura do material e seguindo a teorização de Pêcheux (2010, p. 82-83), que toca os protagonistas do discurso (A e B) e o referente (objeto imaginário), elaborei o seguinte quadro para as formações imaginárias mobilizadas no cancelamento de Karol Conká:

Film em Michel Pêcheux	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	Film mobilizadas no cancelamento de Karol Conká	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente no discurso de cancelamento de Karol Conká
I _A ^(A) Imagem do lugar A para o sujeito A	“Quem eu sou para que lhe fale assim?”	I_{M/P}^(M/P) Imagem da mídia e o público sobre a mídia e o público	“Quem é a mídia e o público para que cancele Karol Conká?”
I _B ^(B) Imagem do lugar B para o sujeito A	“Quem ele é para que eu lhe fale assim?”	I_{M/P}^(K/C) Imagem da mídia e do público sobre Karol Conká	“Quem é Karol Conká para que seja cancelada pela mídia/público?”
I _B ^(B) Imagem do lugar B para o sujeito B	“Quem eu sou para que ele me fale assim?”	I_{K/C}^(K/C) Imagem de Karol Conká para Karol Conká	“Como é vista Karol Conká para que seja cancelada pela mídia/público?”
I _B ^(A) Imagem do lugar A para o sujeito B	“Quem ele é para que me fale assim?”	I_{K/C}^(M/P) Imagem da mídia e do público para Karol Conká	“Como Karol Conká vê a mídia e o público para que seja cancelada?”
I _A ^(R) Imagem do Referente para o sujeito A	“De que lhe falo assim?”	I_{M/P}^(C) Imagem do Cancelamento para a mídia e para o público	“Como a mídia e o público veem o cancelamento para que o aplique contra Karol Conká?”
I _B ^(R) Imagem do Referente para o sujeito B	“De que ele me fala assim?”	I_{K/C}^(C) Imagem do Cancelamento para Karol Conká	“Como Karol Conká vê o cancelamento para que o sofra?”

Tabela 3: As formações imaginárias nos discursos de/sobre o cancelamento de Karol Conká. Formulada com base em Pêcheux (2010) e nas imagens rastreáveis no arquivo da pesquisa.

Destrinchando o quadro acima, temos: as formações imaginárias representadas por I_A referem-se ao sujeito-enunciador (o enunciador sobre o lugar que ocupa, o enunciador sobre o lugar do outro, e o enunciador sobre aquilo que se fala num dado discurso), já as formações imaginárias representadas por I_B dizem respeito ao sujeito-interlocutor (o interlocutor, sobre o lugar que ocupa, o interlocutor sobre o lugar do outro, o interlocutor sobre aquilo que se fala num determinado discurso). Pêcheux já alertava que as formações imaginárias enquanto parte das condições de produção e funcionamento do discurso não são dadas ou prontas, como um já-lá, essas imagens virtuais “existem nos mecanismos de qualquer formação social [a partir] de regras de projeção, que estabelecem as relações entre situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” (Pêcheux, 2010, p. 82). Pêcheux salienta ainda que essa trama de imagens

possibilita a emergência de estratégias discursivas formuladas em séries possíveis e variáveis (dada a dinâmica entre situações e representações) de antecipações que conferem ao discurso o “poder de transformar o ouvinte (tentativa de persuasão, por exemplo) e aqueles que orador e seu ouvinte se identificam.” (PÊCHEUX, 2010).

Essas estratégias, do ponto de vista que assumo, conferem a toda prática discursiva um carácter argumentativo inerente, haja vista que o modo de organização da vida em sociedade é político (Orlandi, 1998). Há disputa, como destaca Dornelas (2020):

O político pode ser remetido à ideia de objeto das disputas que mobiliza políticas para a assunção de posições distintas, assim é o primeiro que movimenta, que faz constituírem-se posições numa prática discursiva. [...] A linearização do político no discurso se dá como efeito dessa ação protagonizada por posições-sujeito que, nem sempre em confronto, discordam, examinam, questionam, negociam, constroem consensos [...] (Dornelas, 2020, p. 234)

O político é o poder colocado em movimento através das práticas de linguagem. Pode-se aqui lembrar que, na perspectiva foucaultiana⁷⁵, entende-se que o poder é algo “que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social” (Machado, 2023, p. 17-18). Assim, ao analisar os discursos de/sobre o cancelamento de Karol Conká colocados em circulação por portais midiáticos, tomo como possível a emergência de posições que representam certos lugares na dinâmica social contemporânea. Tais lugares são atravessados por relações de poder, ou seja, por relações que não são objetivamente mensuráveis, quantificadas, tampouco entendidas apenas como lineares e hierárquicas. Nas palavras de Pêcheux (2010, p.85), “as formações imaginárias resultam elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção)”.

Portanto, interpreto que as formações imaginárias representadas por *I_{M/P}* (imagem da mídia e do público sobre si, sobre Karol Conká e sobre o

⁷⁵ Guardadas as questões de natureza epistêmica, e, embora não me situe na perspectiva de estudos discursivos que tomam como base os trabalhos de Michel Foucault, (re)visitar suas teorizações e obras é produtivo e necessário para tornar possível a compreensão de certos conceitos e noções, na medida em que esse movimento nos convoca a outros gestos de leitura. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o conceito de poder e suas implicações no método arqueogenalógico, ver *Microfísica do Poder* (Foucault, 2023).

cancelamento) e por I_{KC} (imagem de Karol Conká sobre si própria, sobre a mídia e o público e sobre o cancelamento) são atravessadas por relações de poder que “se exercem níveis variados e em pontos diferentes da rede social” (Machado, 2023, p. 15) e que apontam para uma ordem disruptiva na qual o Aparelho de Estado não é mais o centro de poder, mas disputa lugar com novas/outras relações de poder e regimes de verdade que “possuem tecnologia[s] e história[s] específicas” (Machado, 2023, p. 16 – grifo meu), modos outros de se exercer a dominação e de determinar a constituição da subjetividade. Entretanto, por se tratar ainda de formações imaginárias que ganham corpo na/pela linguagem, sigo pensando junto com Pêcheux (2010, p. 85), para quem as FIm são sempre atravessadas pelo “já ouvido e o já dito”, o que implica na historicidade/historicização dessas formações. Nessa esteira de reflexão, entendo que embora afetadas e constituídas na/pela materialidade digital, as FIm em jogo nas práticas de cancelamento são históricas. Dito de outro modo, tem sua própria história e, ao mesmo tempo, ligam-se à história da divisão social pelas relações de poder, dentre elas as relações de classe, de gênero e de raça. Ao questionar sobre como essas relações de poder compõem ao longo do texto do Metrôpoles, emergem estratégias de responsabilização que motivam o cancelamento de Conká, conforme segue abaixo:

1. Acusações de Xenofobia⁷⁶;
2. Abuso psicológico de Lucas Penteado⁷⁷;
3. Briga com Carla Diaz⁷⁸;
4. Relação com Bil⁷⁹;
5. Discussão com Camilla⁸⁰;
6. Comportamento tóxico⁸¹.

Na trama que se enreda no decorrer do texto do jornal, cada motivo é sustentado por falas da artista que tornam visíveis os comportamentos e as atitudes acima elencadas. Cenas gravadas e recortadas que testemunham e não deixam dúvidas do descompasso evidente entre o discurso e a prática, entre aquilo que o sujeito afirma no fio do seu discurso e o que se materializa sem seu

⁷⁶ <https://x.com/furwcao/status/1355195352928940034>. Acesso em: 12/04/2024.

⁷⁷ <https://x.com/comentaatudo/status/1363882132066734080>. Acesso em: 12/04/2024.

⁷⁸ <https://x.com/millenabarbo0sa/status/1358353527727419392>. Acesso em: 12/04/2024.

⁷⁹ <https://x.com/millenabarbo0sa/status/1358353527727419392>. Acesso em: 12/04/2024.

⁸⁰ <https://x.com/eusousamir/status/1363208586202132484>. Acesso em: 12/04/2024.

⁸¹ <https://x.com/Nailahnv/status/1363169394952712192>. Acesso em: 12/04/2024.

controle. O peso do cancelamento de Karol se dá pelo encontro com suas palavras e falas públicas, pelos discursos invocados e evocados pela artista nas suas composições, performances e no próprio programa. O cancelamento se dá pela contradição exposta do lugar de fala dado a ver pelo público nas/pelas mídias.

A discussão sobre lugar de fala já não é tão recente na produção intelectual brasileira, a exemplo de Ribeiro (2017) e Bensusan (2021). Desde o seu surgimento, o termo foi mobilizado de modo controverso e deslocado do bojo de suas discussões, que inicialmente estavam no âmbito das compreensões e lutas ainda efervescentes sobre identidade e representatividade (racial, de gênero, das pessoas com deficiência dentre outras). No campo da AD, foi com a reflexão de Zoppi-Fontana (2018) que esse conceito ganhou verticalidade teórica e foi mobilizado em análises, saindo da opacidade oferecida pelo senso comum e pelos esvaziados discursos militantes que, nas redes digitais, interpelam o sujeito-usuário a ocupar uma posição de tudo-saber e uma necessidade sobretudo de posicionar-se. Na perspectiva defendida pela autora, o lugar de fala representa um dentre os muitos lugares de enunciações possíveis para um sujeito, uma dentre as tantas posições que se inscrevem no campo das relações de poder.

Nos gestos de interpretação que procuro sustentar, entendo que ocorreu um deslocamento da noção de lugar de fala entre dois domínios discursivos: do discurso acadêmico para o discurso do politicamente correto (PC). Analisando o movimento de sentido produzido em torno dos termos *homossexualidade* e *homossexualismo*, França e Grigoletto (2016) apontam para um funcionamento de correção pelo qual sujeitos-usuários argumentam o (não) uso de uma forma em detrimento de outra. Atualmente, as condições de produção das quais emergem o cancelamento mostram a agudização dessas formas de correção, que se sofisticaram, produzindo não somente o efeito coercitivo, mas também punitivo dos sujeitos que não se enquadram no politicamente correto. Assim, entendo que a forma discursiva do politicamente correto, conforme analisada em França e Grigoletto (2016), busca a homogeneização dos pontos de vista, o silenciamento do político e das dissonâncias que caracterizam as produções languageiras, estabelecendo regras e ordenamentos daquilo que pode e deve ser dito (Pêcheux, 2014a). Nesses deslocamentos, as figuras públicas e os

conglomerados midiáticos e de entretenimento tornaram o lugar de fala um apelo comercial, associando-o a um ponto de vista mercadológico, e conseqüentemente do consumo, a relação entre o lugar de fala e o sujeito individualizado. Nessa direção, ao forjar um lugar de fala para a sua audiência, espera-se que o sujeito-enunciador não erre, não cometa deslizos ou caia em contradições.

Entretanto, do ponto de vista discursivo-materialista⁸², a contradição, a falha e o equívoco são constitutivos da própria subjetivação, pois deixam marcas no sujeito e na sua enunciação. Essas marcas aparecem simbolicamente e relacionam-se: tanto à interpelação ideológica, que não é plena e absoluta, uma vez que

os processos de identificação se caracterizam como um movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem” (Zoppi-Fontana, 2018, p. 64);

Quanto à língua, que não é apenas um sistema formal e transparente, do qual o sujeito-enunciador apropria-se à revelia, mas sim

a forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos” (Leandro-Ferreira, 2003, p. 196).

Conká sofre pelas suas contradições, por performar uma agentividade que está longe do seu controle, pois como sujeito, está sujeita ao atravessamento do inconsciente, que faz mover o interdiscurso das formulações, irrompendo com força enquanto erros, tropeços, desvios de uma trajetória que deve ser coerente. Desacertos e tentativas do que Pêcheux (2015) chama de sujeito-pragmático:

O sujeito pragmático - isto é, cada um de nós, os "simples particulares" face às diversas urgências de sua vida - tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc.) até as

⁸² É importante marcar que para outras teorias dos estudos discursivos, como Análise Crítica do Discurso (ACD), por exemplo, a correlação entre discurso-prática é possível, pois partem de uma perspectiva que coloca em relevo a intencionalidade como força (ou relação de poder) que produz mudança nas relações sociais, conforme encontramos em *Discurso e Mudança Social* (Fairclough, 2001). Trata-se aqui de outra visão de sujeito, de língua e, como consequência, de sentido.

"grandes decisões" da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio técnico dos "aparelhos domésticos" (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos). (Pêcheux, 2015, p. 33)

Embora tanto Karol, quanto o público espectador que decide por cancelá-la, sejam interpelados enquanto sujeitos-pragmáticos, o esquema das formações imaginárias abordado mostra que não se enxergam nessa condição de assujeitamento. Do contrário, a evidência produzida para esses sujeitos pela espetacularização transmidiática do Big Brother Brasil é de que quem ocupa a posição de espectador tem o poder na mão. Essa evidência materializa-se em enunciados como "o bbb é um jogo da vida real", "o bbb é mais do que entretenimento", "o bbb é um reflexo da sociedade". Tomado por essas evidências e afeito pelo desejo de controle, o público vota, elimina, cancela, pois é autorizado a isso. Cada fala, cada gesto, gravado, assistido, reproduzido, compartilhado e pulverizado em/na rede. "Provas de um crime" colocadas em arquivo, arquivos com acesso vulgarizados, sujeitos-usuários desejantes por formas pornográficas de exposição⁸³. Com o cancelamento de Karol Conká, visualiza-se a fortuna da *Cultura da Vigilância*, pois,

À medida que uma proporção crescente de nossas relações sociais se torna digitalmente mediada, os sujeitos são envolvidos, não meramente como alvos ou portadores de vigilância, mas como participantes cada vez mais conscientes e ativos. Isso ocorre mais claramente através das mídias sociais e do uso da internet em geral e intensificou a adoção cotidiana de uma variedade de mentalidades e práticas de vigilância. (Lyon, 2018, p. 159)

O "efeito BBB" não se restringe apenas à exibição do programa na televisão, ou em sua repercussão prolongada nas redes sociais. Essa espetacularização da vigilância constante e (auto) destrutiva, na qual o sujeito produz provas de si contra si é parte do trabalho silencioso da ideologia nas/pelas redes sociais digitais, nas quais o sujeito-usuário é traduzido em

⁸³ Para David Lyon, "A exposição, em contextos de vigilância, ocorre por várias razões possíveis. As instituições envolvidas, seja em call centers, seja em reality shows, seja em narrativas da mídia para "crises" internacionais, desejam moldar as reações daqueles que são utilizados ou retratados sem recorrer a táticas que possam coibir a autenticidade dos sujeitos em questão. Claramente, a ênfase na "autenticidade" desempenha um papel crucial. Os sujeitos podem, em algum sentido, ser convocados a concordar, mas seu envolvimento ativo significa que seu conhecimento, seus desejos e suas expectativas formarão parte do resultado." (2018, p. 165).

dados, em imagens pixelizadas que se reproduzem nas/pelas telas. Para Rouvroy e Berns (2018), a internet, em sua estruturação técnica (algorítmica), propicia o funcionamento de uma governamentalidade que está centrada na homogeneização dos sujeitos. Para isso, toma como evidência a não subjetividade dos dados produzidos com a inscrição dos usuários (sujeitos) nas plataformas, computadores e aplicativos. Os autores, no entanto, ao descreverem essas formas de governamentalidade, o fazem (re)inserindo o sujeito na discussão, uma vez que

Um dado não é mais que um sinal expurgado de toda significação própria – e certamente é por causa disso que toleramos deixar esses traços, mas também o que parece assegurar sua pretensão à mais perfeita objetividade: tão heterogêneos, tão pouco intencionados, tão materiais e tão pouco subjetivos, tais dados não podem mentir! (Rouvroy e Berns, 2018, p. 112)

O olhar dos autores coloca em xeque a ausência de subjetividade que possa ser tomada no que diz respeito à inscrição dos sujeitos na internet. Essa relação, trazida na direção da análise sobre o cancelamento, nos permite compreender que a pulverização dos discursos que cancelaram Karol Conká não se deu através de plataformas autônomas e (auto)reguladas por sistemas maquínicos independentes. Nessa direção, é preciso

Explicitar os componentes ideológicos que acompanham a emergência da informática ubíqua, da inteligência ambiente ou da computação autônoma. Mesmo que, a partir deste momento se tornem cada vez mais “autônomas” e “inteligentes”, elas continuam(ra)m dependentes de seu *design* inicial, das intenções, scripts, ou cenários em funções das quais foram imaginadas. Elas são, desde sua concepção (e quaisquer que sejam as formas que elas assumam em seguida), portadoras de visões de mundo expectativas conscientes ou inconscientes de seus conceituadores. (Rouvroy e Berns, 2018, p. 108-109)

Nesse ponto, convém retomarmos o que nos disse Pêcheux, em texto de 1983, sobre o aparecimento de novas técnicas de administração e controle do social que agem diretamente sobre os indivíduos:

Marcá-los, identificá-los, classificá-los, comprá-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à

guerra, e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político apresenta ele também as aparências de coerção. (Pêcheux, 2015d, p. 30)

A partir das palavras do autor, entendo que o cancelamento produz efeitos que se prolongam em rede e transbordam para o exterior do espaço digital da internet. O enunciado “'Kancelada': Karol Conká é retirada de mais um festival” (SD1) nos mostra que o cancelamento não está restrito apenas aos discursos que circula(ra)m em sites e redes sociais, mas provocou consequências que são coladas em funcionamento justamente porque há uma sobredeterminação do espaço administrativo que regula as relações sociais, como destaca Pêcheux. A participação de Karol Conká no festival foi cancelada, e isso ocorreu, como emerge no recorte da reportagem: “em comum acordo com os agentes da cantora”. Ou seja, para cancelar não transgredir os contratos e abortar cláusulas jurídicas. Do contrário, é pela existência dessas relações jurídicas e econômicas que a correção é executada no sujeito que ocupa a posição de cancelado.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) fala sobre os suplícios dos séculos XVI herdados do medievo e sobre seu desaparecimento em tempos mais próximos: “desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal.” (p.6). Da perspectiva da análise do cancelamento, entendo que o corpo sempre está presente, pois não se pensa o sujeito separado do corpo que o subjetiva, uma vez que

O corpo está no centro das relações que envolvem o sujeito, o discurso e as instituições fazendo a história do cotidiano por meio das posições que ocupa, dos desejos que suscita, do imaginário que dá os contornos do homem de hoje em dia, seja na rua, seja na escola, seja em casa, seja na mídia. (Milanez, 2006, p. 13)

E nessa direção, tomar o corpo como presente nos processos discursivos, ou, nas palavras de Leandro-Ferreira (2013), enquanto corpo discursivo, demanda a compreensão de que o corpo supera os limites biológicos, a estrutura anatômica e seu funcionamento fisiológico. Tão pouco a presença física e empírica do corpo é suficiente para delimitá-lo em sua potencialidade de expressão simbólica. O corpo se faz presente mesmo em suas ausências, mesmo quando não é foco principal (o referente) da discursivização, mesmo por

trás dos avatares digitais ou das imagens gravadas e reproduzidas em outra temporalidade, o corpo emerge nas relações de poder e é por elas determinado, pois quando se fala do sujeito, o corpo é condição de realização dos processos discursivos. Assim,

Esse corpo que fala seria também o corpo que falta, donde a inclusão da noção de real do corpo, ao lado do real da língua e do real do sujeito. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo seria o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste. (Leandro-Ferreira, 2013, p. 78)

Ao mesmo tempo que formular é dar corpo às palavras (Orlandi, 2012), é através da formulação que o corpo se faz presente no fio do discurso dos sujeitos. É o que ocorre na SD1: “Kancelada’: Karol Conká é retirada de mais um festival”. Do ponto de vista fonológico, o som do [k] pode ser convencionalmente representado pela letra C. Já do ponto de vista ortográfico, há uma incorreção (erro), pois o sistema ortográfico do português aceita apenas a grafia da palavra cancelamento com a letra “c”, uma vez que palavras do léxico nacional não podem ser iniciadas com as letras “k, w e y”. Na perspectiva discursiva, esse processo é entendido como efeito metafórico⁸⁴ (Pêcheux, 2010) pela substituição do “C” pelo “K” (cancelada ⇒ kancelada). Interpretamos, a partir das condições de produção do discurso de cancelamento de Karol Conká, a corporificação de duas redes de memória:

RM₁: *'Kancelada': Karol Conká (KKk) ⇒ Big Brother Brasil (BBB)*

RM₂: *'Kancelada': Karol Conká (KKk) ⇒ Ku Klux Klan (KKK)*

A primeira das redes de memória tem relação com condições de produção mais hodiernas, ou ao que Courtine (2009) chama de domínio de atualidade de um enunciado. São redes de formulações que se relacionam com a circulação mais próxima de um discurso. No caso de RM₁, tem-se a relação com o “efeito BBB” discutido anteriormente. Nessa rede de memória, o corpo de Karol Conká é interpelado pela vigilância, sendo capturado por cerca de 38 câmeras e 60 microfones que dão visibilidade ao sujeito.

⁸⁴ “Fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y.” (Pêcheux, 2010, p. 96).

A segunda das redes de memória tem relação com condições de produção mais distantes, que Courtine chama de domínio de memória de um enunciado. São formulações que apontam para a sedimentação dos discursos que sustentam uma formulação. Nessa rede de memória, o corpo de Karol Conká é interpelado pelo racismo, pelo histórico das relações raciais que se desenvolvem no Brasil e condena(ra)m corpos negros ao suplício. O corpo negro se faz presente na formulação, uma vez que não preciso mobilizar termos que qualifiquem a cor do corpo⁸⁵, pois retoma-se o *discurso transverso* (Pêcheux, 2014) que fornece a imagem de Carol para os sujeitos-leitores.

A Klux Klux Klan é o nome genérico de três movimentos distintos dos Estados Unidos: surgidos a partir do século 18, defendiam e defendem correntes reacionárias e extremistas, tais como a supremacia branca, o nacionalismo branco, ou seja, são movimentos que exercem uma branquitude violenta e sanguinária. Segundo Cardoso (2010, p. 15), a branquitude “é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”. E nessa direção, por efeito metafórico, a formulação do jornal Correio Brasiliense autoriza a circulação dos discursos, apontando para a emergência de sentidos que se avizinham à branquitude acrítica, conforme Cardoso (2020), sentidos que deixam ver o cancelamento também como discurso racista, que flagela o corpo negro ainda que não materialize a palavra linguisticamente.

Nesse ponto das análises, a partir do gesto de interpretação acima assinalado, é importante tornar (mais) explícita uma questão central nos discursos que cancelaram Karol Conká: trata-se de discursos que não podem ser interpretados desconsiderando a racialidade imbricada e constitutiva do/no processo de significação do acontecimento. Modesto (2021, p. 2) defende “a compreensão de que a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina”. Quando visualizamos as estratégias mobilizadas pelos discursos que cancelaram Karol, entendemos que não foi dada possibilidade de defesa das acusações, uma vez que a materialidade das provas do crime era concreta e não especulativa ou

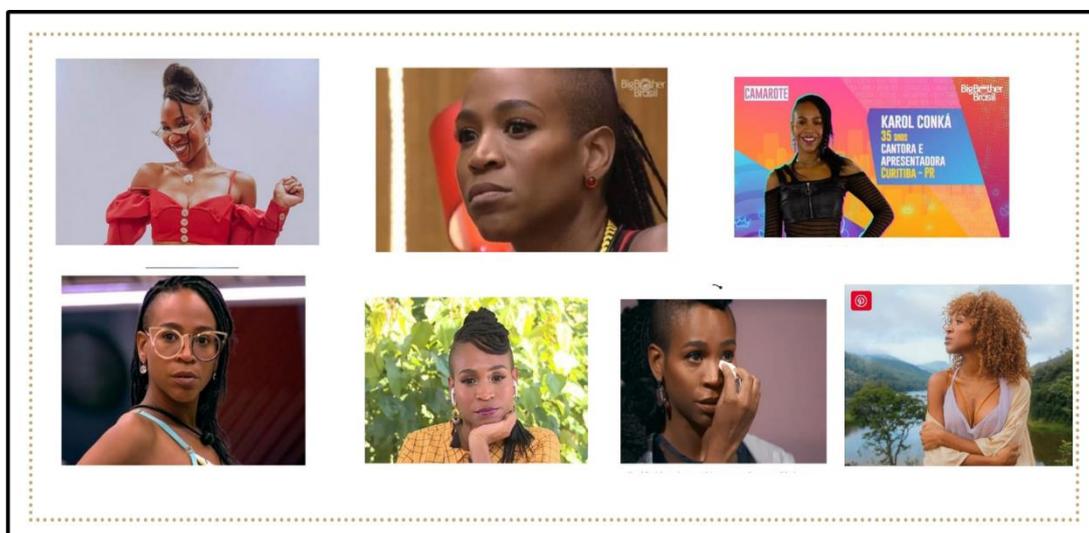
⁸⁵ Efeito do politicamente correto, sob a forma do linguisticamente correto (Cf. França e Grigolito, 2016 e Orlandi, 2017).

interpretativas. De modo análogo ocorre com a população negra: enquadrados, presos, condenados e postos no cárcere por um dispositivo jurídico que não lhes dá a chance de defesa. Retorno a esse ponto mais adiante.

Do ponto de vista teórico discursivo, as mídias sociais digitais, em seus modos particulares de fazer circular os discursos, impuseram novos regimes para o olhar (Beiguelman, 2021). Esse reviramento imposto pelas condições de produção da tecnologia digital transformou os modos de ler do texto-papel para o texto-tela (Galli, 2008) e trouxe, como consequência, para os sujeitos-leitores contemporâneos, a insurgência outros modos de lidar com componentes imagéticos de textos de diversos domínios. Essa compreensão teórica me fez as indagar as relações que se produzem entre os títulos das notícias (espaço privilegiado de demarcação do discurso jornalístico) e as imagens reproduzidas na tela (que capturam o olhar o sujeito-leitor), entendendo que este é um espaço tenso de movência de sentidos e posições-sujeito, posições essas que urgem por interpretação/interpelação. Dito de outro modo, estamos diante de um espaço em que a materialidade linguística do título e a materialidade visual da imagem relacionam-se pela contradição (Lagazzi, 2009).

Em outras perspectivas teóricas, é possível pensar nas relações de negociação, complementaridade, continuidade, reafirmação ou mesmo negação entre o texto e a imagem, o que parte da premissa de que a linguagem verbal e a linguagem visual são opostas. Do ponto de vista discursivo, essas porções de linguagem são reaproximadas, colocadas não em diferentes planos de interpretação, pois o gesto de leitura do sujeito-leitor não se divide em dois. Do contrário, as telas repletas de imagens digitais “correspondem a uma experiência histórica, na qual a forma de percepção das imagens se impôs em detrimento de outras” (Beiguelman, 2021, p. 19). Somada a essas compreensões, estão ainda a incompletude dos sujeitos e dos sentidos face um objeto simbólico que “afirmam a impossibilidade da síntese e nos levam ao trabalho com a diferença no plano da cadeia significante e da produção dos sentidos.” (Lagazzi, 2009, p. 1). Nessa perspectiva, friccionamos a contradição e sua evidência de sentido, como oposição ou contrariedade daquilo que se é esperado. Nesse momento, tomo a contradição como aquilo que resulta dos processos de interpelação, pelos atravessamentos da ideologia e do inconsciente, imbricando-se na materialidade discursiva enquanto parte de um processo que se deve desconhecer.

Proponho, então, um retorno às imagens que compõem as capas das notícias:



Conjunto de recortes 2: Discursivizações imagéticas de e sobre o cancelamento da Karol Conká.

Busco trazer à tona o modo como os discursos de/sobre cancelamento atuam regulando a discursivização sobre quem é cancelado. Essa regulação, como buscamos explicitar, não ocorre apenas com sequências verbais e/ou escritas, mas ocorrem também nas/pelas imagens que tem seus trajetos de leitura estratificados pela memória discursiva, e logo, pelo ideológico, no seu dar-se a ver para os leitores.

Seguindo a esteira de Pêcheux (2014b), é preciso desconfiar das obviedades e das relações unívocas, pois “as evidências e injunções da Ideologia dominante podem cegar e ensurdecer.” (PÊCHEUX, 2014b, p. 273). Com isso, é preciso investir no desmonte da ilusão de que título e imagem se complementam como partes de um todo completo, linear e visível. Os sentidos não estão todos à mostra, ou, em outras palavras, as verdades parecem tão evidentes que chegam a ser óbvias. O que podem nos dizer as diferentes formulações visuais da imagem de Karol Conká, especialmente no momento de saturação das imagens pelo excesso do tanto que se têm disponível para ser visto?

Na primeira imagem, Conká está de pé, com os cabelos trançados, sorrindo e olhando diretamente para a câmera que a enquadrava; entretanto, o seu olhar dribla as lentes dos óculos que estão em seu rosto. Já na segunda imagem, a artista teve seu rosto capturado pela câmera, o olhar agora dirige-se não para o público, mas para o interlocutor daquela situação específica, o maxilar cerrado, uma feição austera. Da primeira para a segunda imagem, muitos sentidos deslizam, uma vez que entre o sorrir para a foto e o ser capturado pela câmera, há diferenças na formulação. A Karol da primeira foto sorri consciente para a lente, enquanto na segunda, a captura é consentida mediante o contrato para participação no programa, mas a captura da imagem não pede autorização.

De modo similar ocorre nas duas imagens subsequentes: na imagem três, o rosto/corpo de Karol é capturado para a propaganda do programa que divulgava sua participação, mais uma vez se repete o corpo descontraído, o rosto sorridente e o olho direto para a câmera; na quarta imagem, o rosto/corpo de Karol é capturado mais uma vez impositivo, inflexível, olhando não para a câmera que a captura, mas para seu interlocutor circunstancial.

Pergunto, então: quais sentidos deslizam entre as imagens, quais as diferenças se produzem entre o deixar-se capturar (ou fazer pose para a foto) e o ser capturado (ou tirarem uma foto sua)? Para seguir nessa discussão, retomo alguns trabalhos de Courtine que tematizam o corpo a partir de uma guinada sensível pela História. No terceiro volume de *A História do Corpo*, dedicado às mutações do olhar no século XX (Corbin; Courtine; Vigarello, 2008), o autor discute as representações do corpo na/pela internet, os avanços da Medicina com apoio da Informática, mas ressalta: “pode acontecer da transparência do corpo tornar-se mentirosa, o realismo da imagem não dispensa uma hermenêutica” (Courtine, 2008, p. 77). Ou seja, a transparência do corpo é ilusória e mesmo a imagem mais nítida só ganha espessura a partir da interpretação. Na obra *História do Rosto* (Courtine; Haroche, 2016) outra importante percepção emerge: corpo e rosto não estão imbricados, mas sua história, por mais amalgamadas que estejam, revelam trajetos e formas de individuação distintas; e nessa direção, os autores afirmam: “o rosto seduz de forma mais segura e ainda mais sutil que as palavras [...] o rosto é objeto de um trabalho pessoal, indispensável à conversação e ao comércio entre homens” (Courtine E Haroche, 2016, p. 9).

Faço menção à dois conceitos da AD: metáfora e a metonímia⁸⁶. Dois funcionamentos distintos e imbricados que dizem da relação do sujeito com a linguagem e com a língua. A metáfora, ou efeito metafórico, pode ser rapidamente entendida como “uma palavra por outra” (Pêcheux, 2014b), ou seja, o processo de substituição (deslizamento) entre os sentidos em sistemas de línguas naturais. Já a metonímia diz respeito a representação de uma parte (ilusão de que é possível simbolizar o todo do Real) de um todo (ilusão de completude, finitude e totalidade dos sentidos), ou, nas palavras de Pêcheux (2015c) é a tentativa de “reconstruir as condições de aparecimento” do processo metafórico.

O corpo, o rosto. A metáfora, a metonímia. Nesse jogo equívoco das posições de câmera, há a tentativa de enquadramento do sujeito, tentativa que ancora também uma narratividade (Mariani, 1996) sobre Karol Conká e sobre o cancelamento de Karol Conká. Da primeira à quarta foto, (re)afirma-se a evidência do cancelamento de Karol Conká como consequência de seus atos. Ao metonimizar o rosto (parte do todo), dá-se um rosto ao crime, facilitando à associação dos juízes (internet) a quem o praticou. Quando metaforizado, o corpo lembra que o crime foi cometido por alguém que não poderia errar, alguém que “tomba”, a “mamacita que fala” tornou-se culpada do próprio crime.

Já da quinta à sétima foto, a discursivização muda em virtude do modo de enunciação que se instaura. Agora, não é o crime cometido que se torna objeto do dizer, mas os efeitos da condenação pública que Karol sofre. O recorte metafórico/metonímico do corpo muda, tal como as palavras, que mudam de acordo com as posições sustentadas por quem as mobiliza (Pêcheux, Haroche e Henry, 2007). Nas três últimas fotografias, o rosto sério e altivo dá lugar à expressão de vulnerabilidade e aos olhos marejados. Olhos que transbordam lágrimas, lágrimas roteirizadas, gravadas, editadas e postas em circulação na plataforma de streaming que assina o contrato com a cantora. Por fim, o corpo firme, dá lugar ao corpo que se abraça ensimesmado, dividindo espaço com o bucólico, que desvia o olhar do rosto para o todo.

Com base nas análises empreendidas, sistematizo a resposta para as duas perguntas primeiras dessa seção:

⁸⁶ Uma discussão sobre a emergência e epistemologia desses conceitos em M. Pêcheux foi objeto de reflexão de Catellan (2021).

I) O que coloca o sujeito nessas posições, seja de “cancelador” ou “cancelado”?

Para ocupar tais posições, de cancelador e de cancelado, é preciso que os sujeitos estejam inscritos na rede digital. É por estar inscrito que o sujeito autoriza a si mesmo a cancelar outro sujeito. As práticas que levam ao cancelamento (aplicação da punição ao culpado) dependem do regime de verdade e de moralidade que funcionam em determinadas condições de enunciação. Ocupando um lugar (virtual) na rede, tanto o sujeito-cancelador como sujeito-cancelado estão enredados pelas formações imaginárias e ideológicas que balizam o ritual na internet. É com base nessas formações (imaginárias e ideológicas) que se estabelece aquilo que pode e deve ser dito, mas também, o que será aceito, o que será aplaudido e o que será rechaçado.

II) Qual ou quais relações de poder (emergentes) atravessam essa prática.

Há, inegavelmente, relações de poder que constituem o cancelamento, e outras que se atravessam. Diria que a força da lei e o desejo de punir (remontando as formas de suplício) são relações de poder históricas que constituem a prática de cancelamento, pois tem a ver com sua historicidade. Essas relações históricas são atravessadas por outras relações, como a racialidade, o gênero e classe social de quem opera o cancelamento e de quem o sofre, relações essas que também possuem sua história.

As análises permitem dizer ainda que há um aspecto que sobredetermina os outros dois (sujeitos e relações de poder): o assujeitamento às mídias e tecnologias. De modo preliminar, tendo a apontar para uma relação indissociável entre o cancelamento e o consumo de narrativas e estereótipos numa sociedade digital(izada). Isso porque, independente da perspectiva que se assume na discursivização do cancelamento, seja cancelando ou sendo cancelado, a sua performatização se dá através das estruturas algorítmicas que sustentam as redes sociais digitais, as plataformas de streaming e a conectividade dos satélites. É preciso lembrar, conforme Martino (2014), que a moeda de troca das redes é o acesso, acesso esse que gera frações de centavos, números incontáveis de likes e diversas formas de adesão a certas posições ideológicas. Cancelar é uma forma das empresas de mídia e, conseqüentemente, de tecnologia manterem o lucro na saturação do já-visto, acumulando capital pela saturação do olhar.

O movimento argumentativo nas práticas discursivas da cultura de cancelamento - o caso Monark

No movimento analítico anterior, procurei explicitar o funcionamento discursivo da cultura de cancelamento no caso específico da cantora Karol Conká. Agora, investirei na análise desse funcionamento discursivo tomando recortes do caso de cancelamento do youtuber Monark.

Na perspectiva teórica da AD, as Condições de Produção (CP) são um fator determinante que podem modificar o trajeto dos sentidos nos três momentos de produção discursiva: na constituição, formulação e circulação (Orlandi, 2012). Partindo desse entendimento, buscarei, a partir dos deslocamentos que os recortes demandam, explicitar em termos analíticos o que nos dizem Pêcheux, Henry e Haroche: “o laço que une as significações de um texto à suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações” (2007, p. 26).

Para seguir com esta empreitada, analisarei discursos midiáticos sobre o acontecimento enunciativo do cancelamento de Bruno Monteiro Aiub, nome do youtuber, que ganhou notoriedade na apresentação do Flow Podcast, no Youtube e demais plataformas de streaming. O cancelamento de Monark teve como elemento desencadeador a defesa da existência de um partido nazista no Brasil.

Guia-me nesta empreitada ainda as perguntas de pesquisa da entrada analítica anterior:

- I. O que coloca o sujeito nessas posições, seja de “cancelador” ou “cancelado”?
- II. Qual ou quais relações de poder (emergentes) atravessam essa prática?

Entendo, porém, que confrontadas por outros recortes, as perguntas de pesquisa levaram-me à tomada de outros gestos, deslocando o olhar agora para o jogo entre o mesmo e o diferente, aquilo que é regular e aquilo que destoa, irrompendo como efeito no encadeamento dos efeitos de sentido.

Nesse momento, privilegiarei a *argumentação*⁸⁷ enquanto observatório das disputas pelo sentido de cancelar/ser cancelado. Nessa direção, uma

⁸⁷ Dentre os trabalhos que teorizam sobre a argumentação em uma perspectiva discursiva materialista, destaco: o artigo *Discurso e Argumentação: um observatório do político* (Orlandi, 1998); a tese

questão primordial que se coloca é “entender quem tem em mãos o Poder Simbólico” (Orlandi, 2023, p. 13) que se estabelece na ordem do discurso dos sujeitos enredados por tais práticas.

Na perspectiva de Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico é fundamentalmente relacionado à construção da realidade através da linguagem, nas palavras do autor “o poder simbólico de fazer construir, *o dado pela enunciação*, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar e transformar a visão de mundo” (Bourdieu, 1989, p. 14). Deslocando esse conceito para a Análise de Discurso, vai interessar a compreensão de que é pela enunciação que o poder simbólico é exercido, destacando que o direcionamento das relações de força exercidos no interior de uma formação social não é unilateral. Sustentado pelas novas tecnologias, pelos algoritmos e formas de circulação através da mídia, o poder simbólico passa a ser difuso, descentralizado. Essa compreensão é fundamental para que argumentação seja tomada em perspectiva discursiva, pois, “nos dá a possibilidade de observar como está funcionando a ideologia dominante, como se constituem (novas) formas de assujeitamento, analisando confronto ideológico em relações de poder” (Orlandi, 2023, p. 12-13).

Propomos o olhar sobre algumas notícias postas em circulação por portais/sites midiáticos no período entre fevereiro e agosto de 2022⁸⁸:

Argumentação e Autoria: o silenciamento do dizer (Pacífico, 2002); o artigo *A argumentação numa perspectiva materialista do discurso* (Piris, 2016) e o livro *Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análises* (Orlandi, 2023). Entretanto, na posição de sujeito-pesquisador, entendo que entender o discurso enquanto efeito da história que se materializa na linguagem permite ao analista de discurso perceber funcionamentos argumentativos (posições em jogo, disputa pelos sentidos, deslizos e deslocamentos dentre outros) ainda que tais fenômenos não sejam assim nomeados, enquanto argumentação. Parece-me uma questão de categorização, e sobretudo de objetivos de pesquisa.

⁸⁸ Os recortes foram feitos a partir das capturas de tela (printscreen) do smartphone.



Conjunto de recortes 3: Discursos de/sobre o cancelamento da Monark. ⁸⁹

Para iniciar esta análise, retomo uma problemática formulada por Courtine (2009) que consiste na necessidade de se distinguir nos planos teórico e analítico o que seriam: as CP de um ou vários discursos (de modo mais

⁸⁹ As notícias originais podem ser acessadas nos links a seguir:

“Quem é Monark”: <https://www.metropoles.com/colunas/leo-dias/saiba-quem-e-monark-e-por-que-esta-sendo-cancelado-na-web> Acesso em: 14/06/2024.

“Cancelado por defender nazismo”: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/quem-%C3%A9-monark-podcaster-que-foi-cancelado-por-defender-o-nazismo-1.768313> Acesso em: 14/06/2024.

“Cancelado por dizer a verdade”: <https://www.portaldoholanda.com.br/bastidores-da-politica/bruno-aiub-monark-foi-cancelado-por-dizer-verdade> Acesso em: 14/06/2024.

“A internet é ingrata”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/04/4999194-monark-fala-apos-cancelamento-a-galera-da-internet-e-muito-ingrata.html> Acesso em: 14/06/2024.

“Nem tudo foi cancelado”: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/monark-ironiza-cancelamento-em-suas-redes-sociais-nem-tudo-foi-cancelado.phtml> Acesso em: 14/06/2024.

“Arrependido por pedir desculpas”: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/06/06/monark-diz-se-arrependido-de-ter-pedido-desculpas-por-declaracao-polemica.htm>. Acesso em: 14/06/2024.

específico, em situação de análise). Essa problemática levantada pelo autor torna nebulosa a distinção das condições de produção que operam nos acontecimentos enunciativos de cancelamento de Conká e Monark, pois ambos os episódios se dão através da exposição, julgamento e culpabilização de um ato ou fala de um sujeito exposto e inscrito nas mídias digitais. Para caminhar nesta direção, que é a ponta do iceberg da análise sobre a argumentação nos discursos de/sobre o cancelamento de Monark, retomo duas formulações teóricas, sendo as primeiras de Michel Pêcheux, em *Semântica e Discurso*:

Se estamos destacando as condições ideológicas de reprodução/trans formação das relações de produção, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução/trans formação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam “em última instância” essa reprodução/trans formação, no próprio interior da produção econômica (Pêcheux, 2014, p. 129)

No ponto que concerne à reflexão de Pêcheux (2014a), o desenvolvimento da teoria materialista do discurso leva o autor a aprofundar sua própria formulação do AAD-69, o fazendo tratar das condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção. A influência do althusserianismo marca fortemente a remodelação da noção de condições de produção, designando a presença da luta de classes que se inscreve nas formas de subjetivação pelas relações de classe e das formas de interpelação pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. O autor sintetiza:

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/trans formação que constitui a luta ideológica de classes. (Pêcheux, 2014, p. 134)

Já nas palavras de Courtine (2009), encontra-se a defesa de que as CP não podem ser tomadas de modo homogêneo e estável:

O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso, faz dela nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma psicologização espontânea das determinações históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir dos quais o discurso é considerado no centro do aparelho, que remete a situações de classe) que ameaça

continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interagem os “sujeitos do discurso” o que equivale também a situar no sujeito do discurso a fonte das relações de que ele é apenas o portador ou o efeito. (Courtine, 2009, p. 51-52)

O autor destaca ainda que quando tomadas de modo muito próximo à situação, vê-se uma guinada pragmática em que os sujeitos e sua produção linguageira são psicologizados pelos lugares e formações imaginárias. As contribuições do autor seguem na direção de estreitar e redefinir a relação entre as condições de produção e corpus discursivo. Para ele, era crucial tratar das CP do discurso enquanto um operacionalizador na organização do corpus e das sequências discursivas que o compõem. Em suas palavras, a definição das CP do discurso, age, portanto, “no que se refere às sequências discursivas que comporão o corpus discursivo à maneira de um funil, ou melhor, de um filtro que opera por extrações sucessivas” (Courtine, 2009, p. 54-55).

Tendo como alicerce a teorização precedente, retomo um primeiro conjunto de sequências discursivas organizadas a partir dos enunciados verbais que compõem as notícias desse conjunto de recortes:

SD4:

Saiba quem é Monark e por que ele está sendo cancelado

Youtuber que comanda Podcast Flow, defendeu a criação do partido nazista, o que é proibido por lei, em programa na segunda (07/02).

SD5:

Quem é Monark, podcaster que foi cancelado por defender o nazismo

Apresentador do Podcast “Flow” defendeu o partido Nazista no Brasil, perdeu patrocínios e foi demitido.

SD6:

Bruno Aiub “Monark foi “cancelado” por dizer a verdade

Tal como ocorre com o cancelamento de Karol Conká, os portais de notícia nas mídias digitais produzirem incessantemente conteúdos sobre o acontecimento envolvendo Monark, mas também os deputados federais Kim Kataguirí (UNIÃO BRASIL) e Tábata Amaral (Partido Socialista Brasileiro). Era ano de eleições gerais no país, e todo, e qualquer evento estava propenso a tornar-se parte das narrativas políticas que seriam entoadas no decorrer do ano. Flores e Neckel (2019) ao analisarem imagens de capa de jornais da imprensa tradicional, que discursivizaram a então presidenta da República Dilma Rousseff

em 2016, lançaram luz sobre a opacidade produzida entre *notícia e informação*.
Conforme as autoras,

A diferença entre notícia e informação está na formulação do dizer de uma determinada discursividade, porque ao transportar o acontecimento de uma discursividade para outra, apagando a historicidade e as condições de produção do acontecimento, aquele dizer passa a ser interpretado pela historicidade e pela memória do discurso jornalístico, que produz uma nova interpretação, sempre marcada pela posição política assumida por aquela mídia. (Flores e Neckel, 2019, p. 267)

Observamos que nas sequências discursivas acima reproduzidas, o acontecimento já está designado, ou seja, já recortado, lido, apurado e nomeado a partir das filiações históricas dos sujeitos que ocupam a posição de jornalista. A diferença de mais ou menos um ano entre os episódios de Conká e Monark foi suficiente (e diria que até excessiva) para que o discurso jornalístico, que antes tateava entre *rejeição, eliminação e retirada* para explicitar os eventos ocorridos com a participante do reality-show, agora pudessem nomear como *cancelamento* a retaliação sofrida por Monark ao enunciar a legalização de um partido Nazista no Brasil. Entendo, em consonância com Flores e Neckel (2019), que a evidência de neutralidade do enunciado jornalístico ao dissimular a polêmica constitutiva entre notícia-informação para sujeitos-leitores produz a homogeneização das leituras sobre o acontecimento.

Nas SDs 1 e 2, percebemos uma interpelação do sujeito-leitor que se dá pela apresentação do cancelado, através da injuntiva [*Saiba*] *quem é Monark*, a resposta midiática para uma pergunta não feita pelo leitor, que se vê embriagado na saturação digital de notícias, acontecimentos e eventos. No subtexto de ambas as SDs o formato cancelamento é discursivizado preenchendo certos espaços semânticos que remetem aos papéis sociais respectivos em uma sociedade em que o laço do sujeito se dá através do jurídico, ou seja, **o crime, seu executor e sua pena**, correspondendo assim ao *sujeito de direito*. Esse é o ponto em que toca Lagazzi (1988), em *O desafio de dizer não*, na qual a autora analisa o juridismo como forma de materialização linguística do sujeito de direito, pois as relações que fazem emergir essa posição são históricas. Nas palavras da autora:

A noção de sujeito de direito é uma noção histórica, que só se concebe vinculada à noção de Estado. Ambas surgiram concomitantes à fundamentação do poder jurídico que, por sua vez, foi (é) decorrência de modificações econômicas que, a partir do século X, ocasionaram a passagem gradual do feudalismo para o que se caracterizaria, mais tarde, como capitalismo. (Lagazzi, 1988, p. 39)

Nessa medida, ao enunciar o cancelamento de Monark também se denuncia o seu crime, havendo uma retomada da memória da Lei nº 7.716/89⁹⁰, que define os crimes resultantes do preconceito de raça e de cor. Na lei, fica estabelecido como crime no país "fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo" (BRASIL, 1997), memória marcada linguisticamente na SD1 pela oração com valor de aposto explicativo "o que é proibido por lei".

Entretanto, a análise dos enunciados das sequências discursivas 1 e 2 possibilitam a visibilização de uma mexida nas relações sociais que se relacionam com as condições de produção da tecnologia digital. Explico: No texto jurídico, que se ratifica aos princípios democráticos da Constituição Brasileira (BRASIL, 1989), expressa-se, por adendo, feito pela lei n. 9.459/97, que a pena para apologia ao nazismo é de "reclusão de dois a cinco anos e multa." (BRASIL, 1997). Porém, o que comparece nos textos e subtextos das notícias que discursivizam a fala de Monark é que o apresentador foi *cancelado*, sofrendo em consequência a demissão do programa e a perda de patrocinadores. Retomo a discussão que faz Dias (2018), sobre a *circulação dos sentidos de tecnologia* e como esses sentidos vem produzindo, historicamente, efeitos na relação *linguagem-sujeito-mundo*:

A compreensão das formas de identificação dos sujeitos pelo discurso das tecnologias e dispositivos digitais e de conectividade, dizem respeito aos efeitos que esse discurso produz na constituição de sujeitos sócio-políticos, seja por meio da relação do sujeito com dispositivos no seu dia-a-dia [...] seja ainda por meio de recursos tecnológicos que já estão incorporados nas formas de vida. [...] Todos esses processos máqunicos portáteis e miniaturizados são parte dos modos de individuação do sujeito, pelo discurso da "era digital" [...] a partir do qual o sujeito se identifica e assume posição sociedade, inscrevendo-se em certas formações discursivas. (Dias, 2018, p. 56)

⁹⁰ O texto na íntegra pode ser acessado em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 14/06/2024.

Parece-me que, embora o processo discursivo que leva ao cancelamento de Monark seja dado pelas regras do sistema jurídico, remetendo ao Sujeito de Direitos, que é responsabilizado por suas atitudes pelo código penal, o que se materializa através do cancelamento é a emergência do *Sujeito de Dados* (Dias, 2020). Ou seja, um sujeito que cada vez mais cindido entre o empírico e o digital, é responsabilizado através das políticas da rede, uma delas, o cancelamento, de modo, sua punição produz outros efeitos no social, efeitos diferentes do suplício público, da condenação física.

Assim, o sentido de cancelado não se avizinha, no caso de Bruno, ao de criminoso ou infrator da lei, pois, diferentemente do que ocorre com o discurso do jornalismo investigativo/policial em que o sujeito-agente do crime pode se discursivizado como criminoso (sujeitos negros, é importante dizer), no discurso que notícia o cancelamento de Monark, a posição que o autor ocupa torna-se ambígua, pois no regime de direito os crimes são punidos de acordo com a lei, e não com cancelamentos digitais. As formações discursivas parecem embriagadas por um estado das condições de produção em que os sentidos de *crime* se tornam voláteis.

Para Orlandi (2023), trata-se da *Guerra de Sentidos*, um processo cuja história é tão antiga quanto à linguagem, mas que funciona diferentemente em relação com a História e com as formações ideológicas que disputam a exatidão do sentido e o poder simbólico a cada época. Nas palavras da autora:

Como forma de argumentar, a guerra de sentidos ataca diretamente as formações discursivas que é onde as palavras se inscrevem para significar, ecoando na história. Assim, procuram destruir os sentidos que os confrontam. Silenciam (processo de censura), pois separaram sujeitos e sentidos. Trabalhando os sentidos no processo discursivo, visando construir a dominância dos “seus” sentidos nos processos de significação. (Orlandi, 2023, p. 49)

É essa guerra de sentidos que vemos materializada na formulação do enunciado que compõe a SD6: *Bruno Aiub Monark foi “cancelado” por dizer a verdade*. No plano enunciativo, repete-se à fórmula: Bruno Aiub Monark enquanto sujeito agente; a locução verbal “*foi cancelado*” exprimindo a punição, e “*por dizer a verdade*” a causa da punição. Porém, no plano histórico são outras versões que circulam. Ao discursivizar *apologia ao nazismo* como *verdade*, está se trabalhando numa zona semântica de disputa e reviramento dos sentidos de

verdade. Esse reviramento se dá pela atuação das condições de produção na formulação de enunciados possíveis, no interior de certas formações discursivas, num certo estado das relações de reprodução/transformação das relações sociais em nossa formação social.

Em seu próprio jornal, em que é também ocupa a posição de sujeito-jornalista, Raimundo Holanda enuncia que o crime de Monark é dizer a verdade. Sustenta, portanto, um argumento que está na direção do sentido da liberdade, e portanto, da constitucionalidade.

Orlandi (2023), analisando os sentidos de liberdade e democracia na conjuntura política brasileira defende que a argumentação quando pensada na perspectiva da AD, seja tomada como “a sustentação de sentidos em processos de significação”. Essa sustentação se estrutura ideologicamente em uma formação discursiva (e não outra).” (Orlandi, 2023, p. 52). E nessa direção, o argumento é processo discursivo que emerge do confronto entre as formulações possíveis, nas palavras da autora, “temos um argumento, quando uma formulação faz funcionar um *confronto ideológico*, que se mostra pela disputa de sentidos entre um nome e outro, uma palavra e outra” (Orlandi, 2023, p. 61).

O processo discursivo em que se trabalha o cancelamento enquanto consequência de dizer a verdade leva à dois efeitos marcadas pelo equívoco produzido pelo modo de inscrição do acontecimento, tais efeitos remetem por sua vez à recortes de memória discursiva:

- I. O cancelamento é a sentença de quem diz a verdade: retoma interdiscursivamente o enunciado de Dilma Rousseff sobre a ditadura militar “A ditadura é a impossibilidade de dizer a verdade em qualquer circunstância, porque direito à livre expressão estava enterrado”⁹¹, na ocasião questionada sobre mentir nos depoimentos aos interrogadores no período do Regime Militar no Brasil (1964 - 1985). Em *O Brasil tem um enorme passado pela frente*, Daltoé (2023) analisa os deslizamentos de sentido entre *comemorar/rememorar* o aniversário da Ditadura Militar no país no discurso do então presidente Jair Bolsonaro, e aponta para memórias que se inscrevem com muita violência e dor entre o *rememorar* comemorável. Discorre a autora:

⁹¹ Acesso em: <https://youtu.be/FupRtchCB1A?si=KuTJ6CcS-MN5JN7d> Acesso em: 16/07/2024.

É recorrente por parte de um determinado grupo que romantiza este passado e tenta criar-lhe outros implícitos que justifiquem suas práticas no presente. E isso não é impossível, porque, no espaço deixado pela impunidade destes crimes, pelo silêncio das vítimas e pelas políticas de esquecimento, os sentidos derivam, deslocam-se, sucumbem. (Daltoé, 2023, p. 139-140)

Esse é o trabalho da argumentação no interior dos processos discursivos: colocar invisivelmente as formulações em confronto, *em rede*. Produzindo suturas opacas que buscam, pela transparência da linguagem e pela negação do discurso do outro, tamponar o real da história. Colocadas em contraste, as formulações “cancelado por dizer a verdade” e “é impossível dizer a verdade” mostram que os sentidos de verdade e as verdades com as quais o sujeito se identifica não são objetos imutáveis na história, mas sofrem com as relações de produção, de poder e controle, com os limites da censura e da verdade de seu tempo. O “impossível de dizer a verdade” a que se refere Dilma, está relacionado à exposição do corpo à tortura, à degradação e violência, é um impossível porque o sujeito se compromete com o outro. Ao discursivizar sobre o cancelamento de Monark “por dizer a verdade”, a posição sujeito-jornalística que emerge no discurso de Raimundo Holanda relativiza o que é crime em prol da liberdade de expressão, liberdade essa que assegura o rompimento do dizer politicamente correto, como um sujeito que “pensa por si mesmo” (Pêcheux, 2014a) e lineariza no fio do seu discurso o rompimento com pacto social que constitui a democracia.

II. O cancelamento é a pena de quem comete um crime: acredito que o efeito de sentido nesse caso relaciona-se interdiscursivamente com o enunciado “O Brasil é país da impunidade”, alimentando um imaginário já conhecido do “jeitinho brasileiro”⁹². No âmbito das Ciências Jurídicas, a tese de Genelhú (2015) analisa o movimento que leva o discurso da impunidade até a prática cotidiana da impunização, destacando seus impactos no sistema penal brasileiro e o papel do capitalismo na destruição da democracia. Para Genelhú,

⁹² Para Barbosa, o “*jeitinho brasileiro*” pode ser interpretado como “sempre uma forma ‘especial’ de se resolver um problema ou uma situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob forma de conciliação, esperteza ou habilidade” (Barbosa, 1992, p. 41).

O discurso da impunidade, com seu ensaio neurótico promovido por pessoas com onipotência de pensamento, tem poderosamente servido muito mais para justificar, manter a exclusão dos invisíveis sociais, tragicamente culpados, e por isso, incluídos por aproximação com os inimigos (presença), do que para mostrar a falibilidade seletiva e estrutural do sistema penal antes e depois que um crime é praticado, ou enquanto se mantiver uma reserva delacional publicizante, seja porque inafetadora do cotidiano privado, seja porque indespertadora da cobiça midiática. (Genelhu 2015, p. 22-23)

No caso que estamos analisando, o enunciado “Monark foi cancelado por dizer a verdade”, mobiliza este imaginário da impunidade, levando ao efeito de não punição, uma vez que não se cumpriu o rigor pragmático da lei (reclusão de dois a cinco anos e multa) mas desencadeou-se a retirada do apoio dos patrocinadores do programa Flow Podcast e o desligamento do apresentador.

Mais uma vez, materializa-se o trabalho da argumentação discursiva, dessa vez engordando a cilada imaginária da impunidade no Brasil, pois a responsabilização para os defensores dos ideais nazistas passa a ser exclusivamente de ordem econômica. O imaginário, na perspectiva a AD, tem justamente relação com a(s) ideologia(s), pois, como destaca Orlandi “a transformação do signo em imagem resulta justamente da perda do seu significado, do seu apagamento enquanto unidade cultural ou histórica, o que produz sua transparência” (Orlandi, 1994, p. 57). Alinhando-se ideologicamente a uma direção (ou em muitas direções) os sentidos vão tornando-se evidentes e parte do funcionamento social, do movimento dos sujeitos pelo simbólico na história, e, desse modo, são sedimentados enquanto coletivos e reforçam o imaginário da impunidade.

Com fito de lançar luz nos modos de dizer o cancelamento da posição de cancelado (sujeito que o sofre), proponho agora o olhar sobre notícias de portais midiáticos que repercutiram o discurso de Monark *sobre* o cancelamento:

SD7:

Monark fala após cancelamento: “A galera da internet é muito ingrata”

O youtuber cedeu entrevista para o Programa Pânico, transmitido através da rádio Jovem Pan.

SD8:

Monark ironiza cancelamento em suas redes sociais: “Nem tudo foi cancelado”

Influencer acrescentou que se arrepende de ter pedido desculpas por sua declaração polêmica.

SD9:

Monark diz se arrepender de ter pedido desculpas por declaração polêmica.

Para tratar dessas formulações, produzidas na/sob a forma de discursos midiáticos, destaco, novamente, as *condições ideológicas de circulação* desses discursos: a ascensão da extrema-direita no Brasil. Na obra, *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, Mattos (2023) explicita as bases ideológicas de sustentação do bolsonarismo:

1. Primeiramente, a busca por uma teoria neofacista, através da doutrina conservadora de Olavo de Carvalho, que “reciclou o pensamento ultradireitista norte-americano, disseminando uma “teoria” conspiratória, na qual estaria em curso uma espécie de dominação da esquerda, cujo objetivo era se apropriar das mentes humanas, do sistema de ensino e da produção cultural” (Mattos, 2020, p. 172), culminando no anticomunismo como elo unificador desses discursos. Mariani, analisando as formas discursivas em torno da ameaça comunista, destaca sobre os termos *comunismo e comunista*:

Associadas a críticas exacerbadas e frequentemente determinadas com adjetivações de baixo calão, as palavras comunismo e comunista, assim como esquerda (como hiperônimo) circulam de maneira célere, sobretudo em redes sociais (blogs, twitter, instagram e whatsapp), principalmente naquelas que divulgam discursos políticos vinculados às posições de poder neoliberais e de extrema direita vigentes a partir das eleições presidenciais de 2018. (Mariani, 2019, p. 270)

2. Outro aspecto é o pilar nacionalista, cuja maior expressão reside no enunciado “Brasil acima de tudo”. Segundo Mattos (2020), entretanto, o nacionalismo bolsonarista é praticado às avessas, uma vez que não há interesse no fortalecimento da ciência e tecnologia no país, mas sim o entreguismo e subordinação imperialista adotada desde 2018. Cavalcanti e Azevedo (2022), ao analisarem as retomadas e repetições no slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, assinalam para um efeito-leitor específico:

Quando o espectador se depara com o discurso “Brasil acima de tudo”, ele pode reportar a imagem do já dito “Alemanha acima de tudo”, tantas vezes reverberado na mídia no período Nazista na Alemanha. Assim, a imagem que o discurso da campanha de Bolsonaro traz, de certa forma, ressoa o da campanha de Hitler, mas desliza pelo complemento “Deus acima de todos”, com o discurso religioso, que funciona como uma tentativa de apagamento do discurso fundador do período do Nazismo. (Cavalcanti e Azevedo, 2022, p. 9)

3. Mattos (2020) destaca ainda como eixo estruturante a denúncia à ideologia de gênero que supostamente implementou-se nas escolas durante os governos

petistas. Avizinhando-se a esse discurso, está o combate à pautas de minorias sexuais, especificamente das pessoas queer, alinhando-se contrariamente ao combate do sexismo e a todo e qualquer programa de educação sexual. Nessa direção, em análise sobre a circulação de fakenews relacionados ao “kit gay”, Ribeiro conclui que

Os efeitos de sentido amplificados pelo “kit gay” se inscrevem em formações discursivas político-religiosas de viés conservador, condição cujo alcance e especificidade precisam ser considerados para além da lógica da política e da religião na validação do gênero binário universal. Tal configuração nos leva a sintetizar a circulação do “kit gay”, enquanto resultado da mineração de sentidos de e sobre gêneros modulados pelo Capital. (Ribeiro, 2021, p. 29)

4. Por fim, Mattos (2020) destaca como parte desse “cimento ideológico” que arregimenta o bolsonarismo, está a apologia à violência e o combate à corrupção. O armamentismo é uma forte bandeira do bolsonarismo, expresso pela facilitação no porte e na circulação de armas de fogo no país entre 2018 e 2022, chegando a um aumento de mais de 40%, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁹³. Analisando a #MinhaArmaMinhaVida na relação com o programa de governo Minha Casa Minha Vida, Pereira e Oliveira interpretam em seus gestos de leitura que:

Em #MinhaArmaMinhaVida, a proteção se dá pela ausência do outro, pela possibilidade de aniquilação do outro; a segurança está na ameaça, na iminência de morte e, portanto, na intolerância. A casa produz um efeito agregador, enquanto a arma pressupõe apenas uma possibilidade de vida, que só pode existir em detrimento de outra. Assim, considerando as relações sociais, casa e arma significam o outro diferentemente: em casa há o efeito de junção, de agrupamento que opera pelo plural (nós/nossa) e lança ao outro um convite ao convívio, à partilha; já arma joga com o medo, com a intimidação, promovendo no/com o outro uma relação de coação. (Pereira e Oliveira, 2021, p. 224)

Tomar nota dessas condições de circulação nos faz compreender melhor o lugar, ou melhor dizendo, a formação discursiva de viés direitista-conservador que sustenta a argumentação de Monark enquanto sujeito-cancelado sobre o seu cancelamento. Esse amplo panorama de discursividades exprime a forte relação de aliança entre o fascismo e a ordem do capital que tem se instaurado

⁹³ A pesquisa pode ser acessada em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/8-brasil-dobra-o-numero-de-armas-nas-maos-de-civis-em-3-anos.pdf>. Acesso em: 22/07/2024

na formação social brasileira nos últimos anos. Indursky (2023) reforça essa posição e destaca

As práticas exploratórias se atualizaram, adaptando-se às novas condições de existência na contemporaneidade, mas, de fato, continuam produzindo os mesmos efeitos [...] dito diferentemente: não surgem do nada, de um dia para o outro, por obra do acaso. Trata-se de um movimento subterrâneo e inconsciente que pode emergir de diferentes modos, manifestar-se em diferentes instituições. (Indursky, 2023, p. 111)

Tomando agora o texto e o subtexto na SD7, o Correio Braziliense assume a posição de noticiar, dando a ver ao seu público-leitor o que diz Monark, assegurando, pelo uso do verbo no flexionado na terceira pessoa do presente do indicativo, que se trata de palavras do youtuber, resguardando-se, dessa forma, das interpretações que público fará do pronunciamento de Bruno Aiub. Monark então desabafa: “a galera na internet é muito ingrata”, expressando o seu descontentamento com a falta de apoio de seus colegas “na internet”. A galera na internet, adjetivada na fala de Monark como “muito ingrata” não o apoio, não segurou sua mão durante seu linchamento virtual. Chamo atenção para o par de proposições “*na/da*”, utilizada como elemento de ligação no interior do predicativo. O pessoal “*da*” internet remete a sujeitos cuja relações de confiança se dão no interior do regime digital, já a galera “*na*” internet é a expressão do desejo de confiança e reciprocidade de relações que se dão *na* internet, mas que possuem certo lastro e ética exterior à rede digital.

Na reflexão de Han o regime digital empurrou a sociedade para um estado permanente de indignação, que conforme o autor, “é uma sociedade do escândalo” (Han, 2018, p. 22). E nesse ponto, o laço esperado por Monark se quebra, pois as relações de amizade perante uma onda de indignação como o *cancelamento* sucumbem. A *ingratidão* a que se refere Monark mostra “uma identificação fraca com a comunidade” (Han, 2018, p. 22) e nessa direção, para enfrentar o Shitstorm que ganha volume através de likes e compartilhamentos, o sujeito-cancelado está só. Retomando ainda nessa esteira de reflexão,

O socius [social] dá lugar ao solus [sozinho]. Não a multidão, mas sim a solidão caracteriza a constituição da sociedade atual. Ela é abarcada por uma desintegração generalizada do comum e do comunitário. A solidariedade desaparece. A privatização avança até a alma. A erosão

do comunitário torna um agir comum cada vez mais improvável. (Han, 2018, p. 33)

O subtexto da notícia do Correio Braziliense também se encarrega de tornar evidente para o seu leitor que o veículo que recebeu Monark para ouvir sua versão sobre o seu cancelamento foi outro: O Programa Pânico, na Rádio Jovem Pan. Com isso, o Correio deixa que o leitor tire suas conclusões também sobre esse espaço midiático. Retomando Pêcheux (2014b, p. 58), diria que o trabalho com análise de discurso sobre o discurso “é o lugar potencial de um confronto contraditório” que instaura no interior de um mesmo texto “o espaço polêmico das maneiras de ler” (Pêcheux, 2014b, p. 59), colocando-se no lugar da contra argumentação, colocando em movimento os sentidos que se organizam de modo autoritário, nos termos de Pêcheux (2014b, p. 59) trata-se do “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (op. cit). Instaura-se aí uma divisão no trabalho de leitura, que tem a ver com a interpelação ideológica.

Na teorização de Gallo (2019) sobre a materialidade digital⁹⁴, enquanto espaço normatização dos modos de dizer, a autora evidencia uma divisão entre os sujeitos e os sentidos, divisão que está relacionada aparentemente com o consumo que consomem certos conteúdos e não outros, mas que tem a ver com o modo como a *ideologia* interpela a uns de certo modo e a outros de outro modo. Para a autora:

A formulação do dizer, mesmo determinada pela normatização dos espaços enunciativos informatizados, não apaga as marcas dos discursos onde os sentidos e os sujeitos se constituem. [...] Da perspectiva materialista na qual nos situamos, compreendemos que há aí uma fronteira material que determina essa divisão. Essa fronteira é mais forte que a acessibilidade das redes. Ela não se desfaz pela incidência de projeções imaginárias com aquela que significa que todo conhecimento, necessário aos sujeitos contemporâneos, está disponível na internet. (Gallo, 2019, p. 191-192)

⁹⁴ Gallo (2019) defende a coexistência formas discursivas com historicidades e processos de significação próprios: os discursos de escrita (legitimados por lugares de poder, instituições e pela produção do conhecimento); os discursos de oralidade (discursos cotidianos, constituídos sem vínculo institucional, relacionando-se pelo poder pela sua exclusão); e os discursos de escritoralidade (que torna público o dizer do discurso de escrita, ou que tenta legitimar o discurso de oralidade através da mediatização).

Com efeito, a Jovem Pan torna-se o espaço de midiatização (circulação) da versão de Monark sobre o seu cancelamento, pois, conforme lemos nas palavras Gallo, as marcas [ideológicas] de onde se constituem sujeitos e sentidos não se apagam. A Jovem Pan, no decorrer do ano de 2022, recebeu advertências e multas aplicadas pelo Superior Tribunal Federal, em decorrência da disseminação de fakenews e incitação de atos antidemocráticos⁹⁵. Não estranha que a mão que se estenda e a plataforma que se abra para que Monark possa justificar sua fala seja a Jovem Pan. Bruno defende-se: “A ideia que eu estava defendendo é a ideia de liberdade de expressão. Mas eu errei, defendi essa ideia de uma forma muito burra. Eu estava bêbado e isso ajudou”⁹⁶. Nessa dinâmica os sentidos são postos pelo avesso, liberdade de expressão torna-se apologia ao nazismo, e pelo viés da desculpabilização a bebida alcoólica torna a formulação menos embaraçosa, nas palavras de Orlandi (2023, p. 60), nesse tipo de argumentação em favor da *liberdade de expressão* “o real da língua e o real da história estão em questão”.

Já nos enunciados, *Monark ironiza cancelamento em suas redes sociais: “Nem tudo foi cancelado”* (SD8) e *Monark diz ter se arrependido de pedir desculpas por declaração polêmica* (SD9), os efeitos de sentido apontam para outras direções. Em ambas as SDs o motivo do cancelamento de Monark compareceu na formulação deslizando para “*declaração polêmica*”. Na sequência discursiva nove, o foco está no arrependimento pelo pedido de desculpas. Dado o arrependimento, pergunto, o que significou esse pedido de desculpas? e como pode ser interpretado?

Na dinâmica do cancelamento, espera-se que o sujeito-cancelado lide com as ondas de indignação tomando posição em pedir desculpas ao seu público, especialmente pela quebra de expectativa produzida com relação ao que *pode e deve ser dito* (Pêcheux, 2014a). Para avançar com as análises, retomo, no quadro a seguir, a teorização sobre as modalidades de tomada de posição⁹⁷, proposta em *Semântica e Discurso* por Michel Pêcheux (2014a), balizando-as no movimento discursivo de cancelamento:

⁹⁵ Pode ser lido em: <https://www.aosfatos.org/noticias/tse-jovem-pan-desinformacao/> Acesso em: 22/07/2024.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/04/4999194-monark-fala-apos-cancelamento-a-galera-da-internet-e-muito-ingrata.html> Acesso em: 22/07/2024.

⁹⁷ Segundo Pêcheux, era preciso refinar o entendimento sobre o processo de interpelação dos indivíduos em sujeito pela ideologia, entende-se que a essa interpelação ocorre através de um “desdobramento,

Tomada de posição em Michel Pêcheux	Caracterização evidente do sujeito em Michel Pêcheux	Tomada de posição do sujeito na Cultura do Cancelamento	Caracterização evidente do sujeito na Cultura de Cancelamento
IDENTIFICAÇÃO COM OS SABERES DA FORMAÇÃO DISCURSIVA	“Bom Sujeito”	CANCELADO NA/PELA INTERNET	Não reconhece seus “erros/crimes”.
CONTRAIDENTIFICAÇÃO COM OS SABERES DA FORMAÇÃO DISCURSIVA	“Mau Sujeito”	DESCANCELADO NA/PELA INTERNET	Reconhece seus “erros/crimes”.
DEIDENTIFICAÇÃO COM OS SABERES DA FORMAÇÃO DISCURSIVA	Tomada de posição não evidente	INCANCELÁVEL NA/PELA INTERNET	Passa a se dirigir a outro público/expectador.

Tabela 4: As tomadas de posição do sujeito nos discursos de e sobre o cancelamento. Formulada com base em Pêcheux (2014a) e no arquivo da pesquisa.

Procuró explicitar uma tentativa de interlocução com a teorização de Pêcheux na conjuntura da Cultura de Cancelamento. Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (2014a), convoca a noção de sujeito para definir a formação discursiva (FD), não sendo teoricamente possível sustentar uma concepção de “FD de forma dissociada à noção de Forma-Sujeito e sua fragmentação em posições-sujeito” (Indursky, 2005, p. 1). A proposta de pensar as modalidades de tomada de posição em relação à dinâmica discursiva do cancelamento leva em consideração ainda o que diz o próprio Pêcheux o funcionamento dos aparelhos ideológicos burgueses e sua estrutura de representação, o autor destaca:

- O auditório (a multidão, o “povo” no sentido cristão, os espectadores, os assistentes, os participantes etc.);
- A cena (o altar, o estrado, a barra do tribunal, a mesa de demonstração - do “sábio”, do mágico ou palhaço - o quadro-negro etc.);
- Os bastidores (a sacristia, o “vestiário” etc.); (Pêcheux, 2014a, p. 215)

constitutivo de sujeito do discurso, de forma que um dos termos representa o “locutor”, ou aquele que se habituou chamar de sujeito da enunciação, na medida que lhe é atribuído o encargo pelos conteúdos colocados - portanto o sujeito que “toma posição”, com total liberdade etc. - e o outro termo representa o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal. Assim, entendo as tomadas de posição como a relação do sujeito com a FD que o interpela, sendo a tomada de posição um modo de explicitar o desdobramento entre o sujeito da enunciação (aquele que diz) e o sujeito universal (a forma-sujeito histórica). (Pêcheux, 2014a, p.198).

Pêcheux afirma, portanto, que “é na relação entre esses três lugares que se realizam os efeitos ideológicos elementares de identificação-interpelação dos sujeitos, de imputação de responsabilidade e de distribuição do sentido” (Pêcheux, 2014, p. 216). Na discussão que proponho sobre o cancelamento, o auditório (“a internet”) ganha destaque, agenciando os sujeitos na direção de suas expectativas. O cancelamento se estabelece na tensão entre a tomada de posição do sujeito-enunciador (relação com formação discursiva) e o que a internet, enquanto auditório, regula que pode/deve ser dito.

Nessa medida, o *sujeito cancelado* relaciona-se com o “bom sujeito” pecheuxtiano, aquele cuja tomada de posição do sujeito-enunciador recobre plenamente os saberes da formação discursiva (*identificação*). Sob efeito dos esquecimentos constitutivos, o sujeito cancelado é aquele que quebra com a expectativa do auditório, expressando no fio do seu discurso os saberes da FD que o interpela.

Sob esse prisma, o *sujeito descancelado* relaciona-se com o “mau sujeito” pecheuxtiano, ou seja, quando a tomada de posição do sujeito-enunciador afasta-se (pelo questionamento, dúvida, contestação, revolta) dos saberes da formação discursiva que o interpela (*contra identificação*). Dessa forma, sob efeito dos esquecimentos constitutivos, o sujeito descancelado corresponde à expectativa do auditório, expressando no fio do seu discurso a retratação por aquilo que foi dito.

De forma menos evidente, está o *sujeito incancelado*, que trabalha sob efeito da desidentificação, tal como formula Pêcheux (2014a), ou seja, um trabalho do ideológico sob si mesmo, de modo que o sujeito rompe com os saberes da formação discursiva, deslocando-se para as fronteiras de outra FD (*desidentificação*). Assim, o sujeito incancelado, movimenta-se na rede (digital e de sentidos) para outros lugares, estabelecendo uma relação com outro auditório. Cabe salientar que nessa última modalidade de tomada de posição, não há um deslocamento para o exterior do ideológico, pois, conforme Grigoletto (2005, p. 64), “a interpelação ideológica continua a funcionar, de certo modo, às avessas, isto é, contra e sobre si mesma, dando sustentação a uma nova prática”. De tal modo ocorre também na dinâmica do cancelamento, pois, ao estabelecer relação com outras plataformas, forjando outros espaços de

circulação do dizer, o sujeito estabelece mais uma vez sua relação com o auditório.

Retornando ao enunciado da SD9, ao discursivizar o arrependimento com pedido de desculpas, Monark sinaliza justamente essa passagem de uma plataforma à outra, o que autoriza o sujeito, antes cancelado, a “voltar atrás” em sua reconciliação com o auditório. Destaco, nesse gesto de interpretação, que a tensão nas tomadas de posição do sujeito na *cultura de cancelamento* pode suscitar o entendimento de que o funcionamento é apenas na ordem da identificação com outro público. Entretanto, do ponto de vista que sustento, para que essa identificação ocorra é preciso que o sujeito-alvo do cancelamento seja acolhido em outra plataforma, plataforma essa que viabiliza a circulação do discurso que outrora foi cancelado justamente pelas condições ideológicas de circulação que esse discurso encontra. Como destaca Orlandi (2023, p. 61) “questão de interpretação, questão de ideologia”.

Ainda sobre a tomada de posição que se corporifica pelo *arrependimento em pedir desculpas*, sua aparição pode estar relacionada com um funcionamento particular do ideológico, o *cinismo*, um modo do sujeito tomar posição, relacionar-se com a ideologia, mas formulando no fio do discurso como se não o fizesse, na elaboração dos autores,

Além dos bons e maus sujeitos, e ainda dos que se desidentificam, teríamos a forma cínica de pertencimento de um sujeito à formação discursiva: um certo modo de relação com o saber, em que o sujeito não se filia diretamente, nem se desfilia, mas permanece no horizonte de uma tomada de posição desengajada, ou de uma subjetivação assumida na forma de uma paródia. (Baldini e Di Nizo, 2015, p. 146)

O arrependimento pelas desculpas é uma forma cínica de marcar o compromisso com um outro auditório, uma vez que a internet enquanto território discursivo é ocupada pelas mais diversas e contraditórias posições. França (2019), ao analisar as tomadas de posição do sujeito do discurso de ódio, marca, em nota, que

Há algo não intencionado pelo sujeito cínico que se manifesta a despeito da sua vontade, o que aponta que, mesmo sendo o sujeito cínico aquele “que sabe mas ainda assim faz”, há um não-sabido que não deixa de produzir sentidos quando lhe escapa. (França, 2019, p. 261)

Acredito ser nessa direção que pode ser interpretada a SD8, nesse algo ideológico e fora do controle que irrompe no fio do discurso, cujo enunciado *Monark ironiza o cancelamento nas suas redes sociais: Nem tudo foi cancelado*, deixa ver na formulação algo riso e do escárnio pelo auditório anterior. Orlandi (2012b) sobre as formas discursivas irônicas, aponta que tomando a ironia discursivamente, “negamos que ela seja um desvio: ela é o próprio lugar do estabelecimento de um processo de significação que chamamos irônico” (p. 26). Desse modo, o efeito irônico em “*nem tudo foi cancelado*” está para além de um sujeito que “que sabe, mas ainda assim faz”, pois tem relação tanto com o antigo auditório (a “internet” que cancela), como com o novo (a “nova internet” que acolhe). A argumentação deixa de ser em torno da liberdade de expressão, a bebida alcohólica não é mais a responsável pela culpa, a forma “burra” de expressar o pensamento dá lugar a “um espaço de linguagem em que não só simulações, mas também alusões e mesmo rupturas de significação” (Orlandi, 2012b p. 27). Assim,

Ludicamente, e de forma própria, a ironia aponta para o insólito, *para o non-sense*, para a ruptura. E esse é um jogo que se produz não só em relação ao destinatário, mas mesmo em relação ao sujeito locutor, que também é prisioneiro das condições de seu próprio jogo (Orlandi, 2012b, p. 28)

Lembro, porém, que na perspectiva defendida por Pêcheux (2014c, p. 276) “é no non-sense do inconsciente, em que a interpelação ideológica encontra onde se agarrar”. A argumentação nas práticas de cancelamento tenta trabalhar, através do processo discursivo, nesse espaço ainda a ser significado, deslocando, movimentando os sentidos e conseqüentemente, os sonhos, expectativas daquilo que quer ver o auditório. Falo em sonho na perspectiva de Guy Debord (1997), colocando em questão, através do olhar o que se consome:

À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho se torna necessário. O espetáculo é o sonho mau da sociedade moderna aprisionada, que só expressa afinal seu desejo de dormir. O espetáculo é o guarda desse sono. (Debord, 1997, p. 19)

Tomando as análises empreendidas no decorrer desse bloco, proponho um momento de sistematização a partir das perguntas de pesquisa que mobilizaram a análise:

I. O que coloca o sujeito nessas posições, seja de “cancelador” ou “cancelado”? Aprofundando a resposta a partir das análises, destaco que são também as relações entre as formações discursivas dos sujeitos dos sujeitos, seja do cancelador ou do cancelado, que regulam a política do que pode e deve ser dito. É o funcionamento dessa dinâmica, seja pelos acordos ou confrontos, que fará o sujeito ser cancelado, quando não corresponder mais às expectativas do seu auditório. Um passo em falso, no limiar entre o dizer ou calar, uma declaração, mais ou menos polêmica, mais ou menos criminosa pode ser tomada como motivo para o cancelamento.

II. Qual ou quais relações de poder (emergentes) atravessam essa prática? A partir das análises, percebe-se que as relações de poder estão intimamente ligadas às CP do discurso, ou seja, ao estado constante de reprodução e transformação das relações de produção na formação social, movimento esse que possui como chave a contradição. Desse modo, os regimes de verdade, as vontades de cancelar (ou não) os sujeitos passam diretamente pela tensão das formações ideológicas que estão contraditoriamente imbricadas em certo momento da História.

Os gestos de interpretação dos discursos de/sobre o cancelamento de Monark, me permitem apontar para a sobredeterminação do *Ideológico* enquanto instância motriz dos processos de cancelamento, pois as redes sociais, numa leitura pecheuxtiana, podem ser tomadas como dispositivo cuja função “é a de produzir e reproduzir a separação entre o resguardo das intenções, finalidades e estratégias escondidas etc., e a aparência que é encenada sob a forma de uma profundidade psicológica dos personagens.” (Pêcheux, 2014a, p. 215-216). Em suma, as narrativas de cancelamento produzem formas de engajamento nas redes sociais (e fora delas), embrenhando vida pública e privada, fazendo com que os sentidos de público e privado “descolem do real e funcionem em sua volatilidade” (Orlandi, 2023, p. 51).

5. CAMINHOS (IN)CONCLUSIVOS: NA REPETIÇÃO A TRANSFORMAÇÃO

Faz parte da ideologia, no capitalismo, a existência de formas de onipotência no chamado domínio pessoal em que a posição é “se eu quiser, eu posso tudo” e essa posição aparece como se sustentando na vontade e na consciência. No sujeito como origem e dono de si. Ilusão de transparência do sujeito para si mesmo. (Orlandi, 2017a, p. 213)

No início desse caminho de reflexão teórica, coloquei-me algumas questões sobre a compreensão do *cancelamento* enquanto sintoma da discursividade contemporânea. Para isso, tomei a materialidade digital como lugar de movência de sujeitos e sentidos, observando como em espaços distintos de formulação na rede digital e de sentidos discursiviza-se sobre a chamada *cultura de cancelamento*.

No caminho, lidei como materiais analíticos afetados por duas principais características: por um lado, os deslizos e deslocamentos de sentidos e posições, com um sujeito discursivo que dissimula seus desejos na ordem da língua; e de outro, as condições de produção do discurso da sujeição à tecnologia, em uma formação social recortada pelo capitalismo, que produz evidências de autonomia e controle. Essa dupla afetação em jogo nos processos discursivos da e sobre a *cultura de cancelamento* constroem ainda outras respostas possíveis para as perguntas de pesquisa. Essas respostas outras resultam pois num espaço de interpretação possível, mas não acessado, derivando de outros gestos de leitura e interpretação.

O trabalho analítico se dá como uma versão, das muitas que se colocam no horizonte do vir a ser de uma pesquisa. Um horizonte que representa o não esgotamento do olhar, pois os olhares sobre a temática, o arquivo, o corpus e os procedimentos de análise estão sempre sujeitos à deriva. Por ora, apresento um movimento ou gesto de fechamento, destacando algumas considerações (in)conclusivas dessa investigação.

Encaminho mais uma vez o olhar para um recorte, feito a partir de uma entrevista de Karol Conká à revista Marie Claire, em agosto de 2021⁹⁸:

⁹⁸ Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2021/08/karol-conka-fala-como-superou-cancelamento-se-me-desejam-odio-respondo-com-amor.html>. Acesso em: 20/07/2024.

Revista Marie Claire: Qual foi o impacto do cancelamento em sua vida?

Karol Conká: [...] Era uma bolha de ódio tão grande que não tinha como eu não me sentir infectada ou afetada pelo o que estava acontecendo. Tive que me controlar muito e entender que, ou eu parava para separar se o que eu estava sentindo era real ou fictício, [...] foi muito pesado. Percebi que a falta de empatia era grande. [...] Teve gente desejando que eu morresse, dizendo que eu não iria conseguir sobreviver, que teria vergonha [...] fazendo terapia, entendi que o meu erro não chegava a ser algo grave a ponto de eu abominar ou deletar minha vida, me cancelar. Fui entendendo o que me libertava. Para me sentir assim, me expus ao público e disse: “Olha, fiz isso, estou mal, envergonhada e com remorso”.

Retomo este recorte para apontar uma dimensão que se mostra nas práticas da *cultura de cancelamento*, mas que é dissimulada pela ideologia do capital de tal maneira que não é percebida. A *cultura de cancelamento* instiga os sujeitos canceladores e outros sujeitos-usuários, arrebatados na onda de ódio, a performarem um potente discurso cujo destinatário é o sujeito cancelado. Reside aí um desejo de interdição, o qual interpreto como um desejo ordenado por uma *política de silêncio*, a partir da teorização de Orlandi:

Como parte da política do silêncio nós temos, ao lado do silêncio constitutivo, o silêncio local que é a manifestação mais visível dessa política: a da interdição dizer. [...] Trata-se da produção do silêncio de forma fraca, isto é, uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido. (Orlandi, 2007, p. 74-75)

Como é sabido, as formas de interdição discursiva buscam suprimir o trajeto do sentido em determinado momento histórico numa formação social. Na análise que faz sobre a *censura*, Orlandi (2007, p. 107) afirma que “submetido a ela, o sujeito não pode dizer o que sabe ou o que se supõe que ele saiba [...], o silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição.”.

O que me chama atenção, a partir do dizer de Karol Conká sobre os efeitos do cancelamento, é o desejo de interdição não apenas da posição-sujeito a partir da qual o sujeito-cancelado outrora subjetiva-se, uma vez que o discurso passa a exprimir de modo mais explícito (*teve gente desejando que eu morresse*) ou menos explícito (*dizendo que eu não iria conseguir sobreviver, que teria vergonha*) não apenas o boicote, a falta de apoio, o cancelamento de contratos que acarreta em prejuízos de ordem material, mas um desejo que transborda das telas e plataformas digitais, atingindo o ponto em que se cruzam o sujeito discursivo e o sujeito empírico. Entendo que, pela condição de sujeito-usuário,

projeta-se uma corporalidade digital que representa no espaço empírico o corpo do sujeito.

A resposta de Karol à revista aponta, entretanto, que o discurso cancelador produziu efeitos não apenas nisso que estou chamando de corporalidade digital, mas também no seu corpo enquanto lugar de subjetivação, impelindo que o seu erro, os motivos que levaram ao seu cancelamento, não cancelam apenas a sua existência digital, mas também sua condição humana, o que se textualiza em: *meu erro não chegava a ser algo grave a ponto de eu abominar ou deletar minha vida, me cancelar*. Nessa direção, retomo a reflexão de Judith Butler sobre a vulnerabilidade linguística do corpo:

O fato de que certas metáforas físicas sem aproveitadas em quase todas as ocasiões para descrever a injúria linguística sugere que essa dimensão somática pode ser importante para a compreensão da dor linguística. Certas palavras ou certas formas de chamar não apenas ameaçam o bem-estar físico; o corpo é alternadamente preservado e ameaçado pelos diferentes modos de endereçamento. A linguagem sustenta o corpo não por trazê-lo à existência ou por alimentá-lo de maneira literal; ao contrário, é por ser interpelada nos termos da linguagem que certa existência social do corpo se torna possível. [...]

Se a linguagem pode sustentar o corpo, pode também ameaçar a sua existência. Assim, a questão em torno das maneiras específicas pelas quais a linguagem faz ameaça de violência parece estar ligada à dependência original que todo ser falante tem em virtude do chamamento interpelativo ou constitutivo do Outro. (Butler, 2021, p. 17-18)

A questão que insiste em ressoar para mim, tomando o recorte da fala de Conká sobre o impacto da *cultura de cancelamento*, e as propostas teóricas de Orlandi e Butler⁹⁹, reside na percepção de que a *cultura de cancelamento* produz um efeito de apagamento do sujeito no interior do próprio ritual de linguagem. Quando a *internet “decide”* cancelar alguém, faz trabalhar a ilusão de um dentro e fora da rede com limites muito definidos, como se os *discursos de cancelamento* produzissem efeitos apenas no interior da rede digital. Entretanto, o dizer de Karol Conká aponta para os efeitos dessa interdição também no social, foi essa a percepção que motivou, ainda em 2021, a candidatura para o

⁹⁹ Para leitores não especialistas, o diálogo entre essas duas perspectivas a partir das citações que mobilizei pode não deixar a ver o contraditório conflito entre essas duas posições teóricas, a saber a Análise do Discurso Materialista, que subjaz a teorização de Orlandi, e a Pragmática, que faz o lugar de uma teoria da linguagem nos estudos de Butler. A questão que se coloca é (e sempre foi) as noções de sujeito e de língua em disputa. Tento, mais a frente, contornar essa problemática, apontando para a emergência da agentividade do sujeito, a partir de Pêcheux.

mestrado, com um projeto cujo título era *Efeitos de cancelamento no espaço digital: uma abordagem discursiva*. Na época de proposição da pesquisa, enxergava enquanto contribuição possível a proposta de refletir sobre o cancelamento na perspectiva da Análise do Discurso. Entendo que a partir dessa contribuição no campo das Ciências da Linguagem a discussão pode circular e provocar deslocamentos em diversos espaços sociais.

A dissertação que agora se finda é a materialização desse desejo inicial de compreender, a partir da perspectiva da AD, como a cultura de cancelamento é um desdobramento do agenciamento dos sujeitos pelo digital, tomando esse espaço como um lugar-outra de interpelação pelas ideologias que se inscrevem em nossa formação social. Ao longo da pesquisa, pude perceber que os efeitos são decorrentes do próprio funcionamento dessa prática, o que me colocou diante de algumas tarefas. Nessa direção, percebo que os desdobramentos da pesquisa apontam a necessidade de buscar o diálogo interdisciplinar com outros campos, como a Psicanálise e a Filosofia, de pensar os efeitos dessas novas dinâmicas em rede.

Primeiramente, objectivei realizar uma mudança de terreno, passando a preferir o termo *cancelamento*, em detrimento à *cultura de cancelamento*. Entretanto, só com a submersão no arquivo e nas tentativas de delimitação do corpus, pude perceber que a mudança que eu pretendia realizar não seria operacionalizada pela mobilização de um termo em detrimento de outro, mas pelo modo específico de perguntar ao material, não caindo assim no “risco-limite de que a análise reproduza em seus resultados à grade de leitura que a tornou possível, por um fenômeno de participação em reflexo entre objeto e método que se dá como tarefa de apreender esse objeto”. (Pêcheux, 2010a, p. 64).

Já teoricamente situado, num segundo momento, fui em busca de autores que pudessem contribuir na árdua tarefa de circunscrever o objeto. A discussão sobre a *cultura de cancelamento* poderia ser feita em diálogo com muitos campos, como a Psicologia Social, as Teorias da Comunicação, os Estudos Culturais, dentre outras epistemologias. Entretanto, na relação *luta de classes – aparelho ideológico da informação – espetacularização*, encontro um modo de avançar na direção de verticalizar a compreensão da *cultura de cancelamento* em uma formação social afetada e dividida pela circulação do capital, tanto do econômico, quanto do simbólico. Da perspectiva teórico-metodológica que

assumo, entendo que o *materialismo* continua a produzir efeitos na discursividade científica, e que me captura enquanto pesquisador pelo seu modo de entender na “luta do proletariado no interior dos aparelhos ideológicos de estado, uma luta contra sua estrutura e funcionamento”. (Pêcheux, 2014a, p. 216).

Já analisando os sentidos de *cancelamento e cultura de cancelamento*, num terceiro momento, tomei recortes de dicionários online e me deparei com um processo de designação ainda em curso, um processo que se dá entre evidências e opacidades. Nas definições do Google (*cancelamento*) e do Dicionário Informal (*cultura de cancelamento*) há rastros de diversas perturbações produzidas pelo avanço desenfreado das tecnologias digitais nos trajetos do sentido, que se ancoram no dicionário enquanto lugar de dizer legítimo para produzir uma memória sobre o acontecimento, o que se materializou no resultado das buscas em que a palavra ou o sentido procurado não foi encontrado. Discursivamente, não basta repetir para que se crie lastro, pois “a repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações e assegura – sobretudo no nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência”. (Pêcheux, 2015g, p. 47)

Posteriormente, no quarto momento, me pus a analisar as discursivizações de e sobre a *cultura de cancelamento*, a partir de recortes sobre os episódios de cancelamento de Karol Conká e Monark. As perguntas de pesquisa - o que coloca o sujeito nessa posição, seja de cancelador, seja de cancelado? / qual ou quais relações de poder (emergentes) atravessam essa prática? - foram fundamentais para que o olhar sobre os recortes não se dispersasse. Desse modo, ao analisar as discursivizações midiáticas de e sobre o cancelamento de Karol Conká, busquei perceber como as formações imaginárias e as relações de poder regulam o trânsito dos sujeitos entre essas posições de cancelador e cancelado, entendendo que essas relações são históricas e que a inscrição na rede digital é uma condição fundante para que a prática de cancelamento seja deflagrada. Já na análise dos discursos de e sobre o cancelamento de Monark, investi na noção formação discursiva para entender como ocorre a argumentação, de modo que não concebo uma formação discursiva canceladora, mas sim a filiação dos sujeitos canceladores e

cancelados às formações discursivas a partir das quais se subjetivam. Isso porque

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (Pêcheux, 2014a, p. 146)

Desse percurso realizado entre os capítulos, salta aos olhos a percepção de que o movimento é constitutivo do discurso, e no que concerne ao cancelamento enquanto objeto discursivo, se dá tanto na instância da mediação, quanto na instância do sujeito. No que concerne à mediação, aponta-se para uma prática que circula no social através de plataformas digitais¹⁰⁰, ou seja, de infraestruturas online baseadas em softwares cujo objetivo é promover interações e transações entre os usuários¹⁰¹. Do ponto de vista da Análise de Discurso, entendo as plataformas como espaços de endereçamento do sujeito, viabilizando a identificação ideológica com certos sentidos que ali circulam.

Por outro lado, pensando o sujeito discursivo, assinalo para duas formas diferentes de inscrição simbólica nessas plataformas: uma mais individualizada, como as tentativas de autoria assinadas por @Antonio Aquino no Dicionário Informal, em que a inscrição ideológica rasga a materialidade digital e grita, num espaço possível, retomando a memória do conservadorismo bolsonarista nas formulações; outra mais dispersa, em busca de filiação que precisa estar agarrada à multidão que cancela, como uma voz coletiva que ressoa, como ocorre quando o termo “a internet” ocupa a posição de sujeito oracional. Esse convívio constante entre individualização e a dispersão marca o sujeito contemporâneo, traço que me faz lembrar o quanto se pode estar sempre vulnerável, exposto à políticas da rede, entendendo essas já como políticas históricas, como o cancelamentos, uma vez que

Simultaneamente, todo sujeito, viajante do comércio, diplomata, empregada... ou universitário, experimenta em sua vida (em seus gestos e palavras mais cotidianas até seus encontros mais dramáticos

¹⁰⁰ Termo utilizado em oposição à suporte, pensando nas determinações que a inscrição do sujeito de dados na plataforma pode provocar.

¹⁰¹ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Plataforma_digital_\(infraestrutura\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Plataforma_digital_(infraestrutura)). Acesso em: 22/07/2024.

consigo mesmo), como, para ele, esse domínio tropeça. Nossa experiência singular da falha (fracasso, bem estar...) se marca a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica. Essa ferida narcísica, que não se confunde em absoluto com os limites inerentes a coerções biológicas (por exemplo, o lapso é completamente diferente do fracassado de um comportamento ou um comportamento fracassado), constitui a estranheza família à qual todo sujeito humano é confrontado. (Pêcheux, 2015b, p, 290)

Uma das várias questões que ficam, pouco ou nada explorada, como parte exclusiva dos gestos de leitura e interpretação que procedi, mas existente enquanto parte do campo de questões possíveis sobre o tema, é a observação de discursivizações de e sobre a *cultura de cancelamento* preenchendo a posição de sujeito cancelado por um sujeito comum, um sujeito cuja audiência não é a de milhões de espectadores, na frente de diversos dispositivos que gravam, recortam, editam e compartilham, tudo o que diz e faz. No episódio da série Black Mirror a que fiz menção no começo desta dissertação, “Joan is Awful”, a protagonista é uma dessas pessoas comuns que tem sua vida, em seus gestos e palavras mais cotidianas até seus encontros mais dramáticos consigo mesma, exposta em uma série de streaming. Minha hipótese aqui caminha na direção do que se provoca na série: O que significa para sujeitos comuns ser cancelado? Quais são os efeitos?

Em último aceno, fica a pergunta: o que se pode transformar naquilo que tanto se repete? Para respondê-la, retomo uma lição da Psicanálise. Em *Recordar, repetir, elaborar* (1980), Freud assinala sobre um comportamento típico na clínica psicanalítica, em que “o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu ou reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o. Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o sem, naturalmente, saber o que está repetindo”. (p.196). Nessa circunstância, em que para uma escuta pouco equipada pode parecer circular no mesmo ponto, o papel do analista é fundamental, pois “a análise permite com que fantasias e pensamentos que nunca foram conscientes também possam ser memorados, ou seja, cria condições para representações simbólicas e compreensões de seus significados.” (Levinzon, 2010, p. 155). Ou seja, na perspectiva freudiana, repetir é a condição de elaboração subjetiva e de trabalho do eu analisando sobre si mesmo.

Caminhando agora com a Análise do Discurso, lembro que em sua reflexão Pêcheux (2014a) sempre tratou da imbricação entre *reprodução/transformação* como constitutiva, advertindo os que o fazem contrariamente, opondo “de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção, e de outro, o que contribui para a sua transformação” (Pêcheux, 2014a, p. 130). Na perspectiva do autor, “a luta de classes atravessa o modo de produção em conjunto” (op. cit.). É por esse caminho que entendo a insistência do gesto de interpretação que pratica na AD, interferindo na repetição circular e ensurdecidora que engendra o discurso de cancelamento, pois ao estabelecer tais gestos, pude “começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem sentido” (Pêcheux, 1990, p. 11). Para isso, lembro que, para a Análise do Discurso, a resistência se dá também num trabalho de emancipação que se faz na alteridade, através de gestos como

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas, ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (Pêcheux, 1990, p. 11)

Nas atuais condições de sujeição a regimes de controle digitais e políticas de sentido como a *cultura de cancelamento*, diria que resistir é também estar no real, tanto quanto possível. Eis o modo como entendo um trabalho que demanda toda agentividade possível do sujeito discursivo: sem desprezar o assujeitamento ideológico constitutivo, é preciso sempre romper com os modos hegemônicos e dominantes de ler, permitindo a desobediência do olhar, que ao desviar dos gestos repetitivos de deslizar o dedo pela tela e, com isso, produz pequenas resistências possíveis. Encerro essa discussão com um convite a essa rebeldia do cotidiano, em que o sujeito se agarra nas brechas da rede digital para transformar e emancipar o seu olhar na relação com aquilo que vê e com o que o observa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.A.L. **A informação ideológica e sua disseminação em redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, 89 p. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8301?locale=pt_BR . Acesso em: 02/08/2024.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2023.
- BALDINI, L. J. S.; DI NIZO, P. L. **O Cinismo como prática ideológica (The Cynicism as ideological practice)**. Estudos da Língua(gem), [S. l.], v. 13, n. 2, p. 131-158, 2015. DOI: 10.22481/el.v13i2.1305. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1305>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BENSUSAN, H. O lugar da fala do lugar de fala: sobre escuta e transversalidade. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/59272>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BEIGUELMAN, G. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. **Lei nº 7.716**, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Brasília, DF: Presidência da República.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.
- BUCCI, E. **A Superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. 1ª ed. – 1ª reimpressão – Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.
- BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Trad.: VISCARDI, R.F. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- CARDOSO, L. **Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud, n.8 (1), p. 607–630, 2010 disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rfcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/70>.
- CARVALHO, J.V.S. **“Sem medo de ser feliz”; atualizações da memória no/pelo digital**. Revista Investigações, Recife, v. 36, n. 2, p. 1 - 27, 2023. <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2023.257763>

CAZARIN, E. A.; RASIA, G. dos S. **As Noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político.** Letras, [S. l.], n. 48, p. 193–210, 2014. DOI: 10.5902/2176148514432. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14432>. Acesso em: 26 set. 2024.

COURTINE, J-J. **O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político.** In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. (p.15-22).

_____. **A estranha memória da Análise do Discurso.** In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (org.) Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

_____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

COURTINE, J-J; HAROCHE, C. **História do rosto: exprimir e calar as emoções** (do século 16 ao começo do século 19). – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

CORBIN, A.; COURTINE, J-J; VIGARELLO, G. (org.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX.** 4. ed. 3. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a. v. 3.

CANCEL CULTURE. In: **MACQUARIE DICTIONARY**, Word of the Year. 2019. Disponível em: <<https://www.macquariedictionary.com.au/resources/view/word/of/the/year/2019/>>. Acesso em: 27/10/2023.

CAVALCANTI, C.R.S; AZEVEDO, N. P. S. G. **O movimento parafrástico de “brasil acima de tudo, deus acima de todos” x “deutschland über alles”.** POLICROMIAS - REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, IMAGEM E SOM, v. 7, n. 1 p. 51-64, 2022.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, C.P. **O discurso sobre a língua na materialidade digital.** Revista Interfaces, v. 2, p. 38-46, 2011.

_____. **Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus.** ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, v. 44, p. 972-980, 2015.

_____. **A análise do discurso digital: um campo de questões.** REDISCO, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p.8-20, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2515>. Acesso em: 05 fev. 2024.

_____. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

_____. **A vida em números: sentidos do discurso digital na pandemia de Coronavírus.** In: GALLI, F.C.S.; BIZIAK J.S.; ZOPPI-FONTANA, M.G. (Org.) O não-sentido como espaço de (r)existência: processos de subjetivação na pandemia. 1ed.São Carlos: Pedro e João Editores, 2020, v. 1, p. 77-96.

_____. **O tempo das máquinas algorítmicas de leitura.** In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T.C.C. Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a

relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. 1ed.Campinas: Pontes, 2023, v. 1, p. 257-263.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 1ª ed. – 16ª reimpressão – Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DELA-SILVA, S. O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. **Tese** (Doutorado em Linguística) 2008. 225 p. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2008. Acesso em: 29/09/2024.

_____. **Efeitos de imbricação em discursos da/na mídia**. Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba, SP, v. 9, n. 22, p. 47–63, 2022. DOI: 10.22484/2318-5694.2021v9n22p47-63. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4902>. Acesso em: 24 jul. 2024.

DALTOÉ, A. S. **O Brasil tem um enorme passado pela frente...** RIZOMA, v. 12, p. 4-181, 2023.

DORNELAS, E. F. **Político/Política**. In: LEANDRO-FERREIRA, M.C. Glossário de termos do discurso (edição ampliada). – 1ª ed. – Campinas, Pontes, 2020. P. 231-234.

ERNEST-PEREIRA, A. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/ interpretação do corpus discursivo**. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO-SEAD, 4, p. 1-5, 2009. Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.discoursead.com.br/simposios-iv-sead>. Acesso em: 22 dez. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. – 1ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 p.

FLORES, G. G. B; NECKEL, N. R. M. **Notícia ou informação? Efeito de neutralidade e silenciamentos históricos**. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (Org.). Silêncio, Memória, RESISTÊNCIA: a política e o político no discurso. 1ed.Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 261-274.

FIGUEIRA, L. F. B. **O althusserianismo em linguística: a teoria do discurso de Michel Pêcheux**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012, 187p.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. – 20ª ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2023.

FRANÇA, T. A. **Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, 276p.

_____. **Refletindo sobre o sujeito do discurso de ódio e tomadas de posição pela ingenuidade e pelo cinismo**. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (Org.). Sujeito, Sentido, RESISTÊNCIA: entre a arte e o digital. 1ed.Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 249-268.

FRANÇA, T. A.; GRIGOLETTO, E. **Análises sobre o discurso do politicamente correto: inquietações e provocações.** Estudos da Língua(gem), [S. l.], v. 14, n. 2, p. 77-96, 2016. DOI: 10.22481/el.v14i2.1315. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1315>. Acesso em: 19/09/2024

FREITAS, R. A. **Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online.** Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2020, 217p.

Freud, S. **Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II).** In: S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 12, p. 191-203. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1980.

GADET, F. **Prefácio.** In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

GALLI, F. C.S. **(Ciber)espaço e leitura: o mesmo e o diferente no discurso sobre as "novas" práticas contemporâneas.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, 204p.

_____. **Materialidades do/no digital: modos de leitura e de construção do arquivo.** In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T.C.C. Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. 1ed.Campinas: Pontes, 2023, v. 1, p. 252-257.

GALLO, S.L. **Sobre a materialidade Digital.** In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (Org.). Sujeito, Sentido, RESISTÊNCIA: entre a arte e o digital. 1ed.Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 185-200

_____. **Novas fronteiras para a autoria.** Organon, v. 28, p. 53-64, 2012.

GALLO, S.M.L; SILVEIRA, J. **Forma-discurso de escritoralidade: processos de normatização e legitimação.** In: In: FLORES, G.G.B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S. PFEIFFER, C.C.; ZOPPI-FONTANA, M.G. (Org.). Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia. 1ed. – v. 4. Campinas: Pontes Editores, 2019.

GARBIN, S.R. **Pré-Construído.** In: LEANDRO-FERREIRA, M.C. Glossário de termos do discurso (edição ampliada). – 1ª ed. – Campinas, Pontes, 2020. p. 241-245.

GENELHÚ, R. T. P. Do discurso da impunidade à impunização: o sistema penal do capitalismo brasileiro e a destruição da democracia. **Tese** (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, 499p.

GUIMARÃES, E. **Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano.** Letras, [S. l.], n. 26, p. 53–62, 2003. DOI: 10.5902/2176148511880. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>. Acesso em: 26 set. 2024.

GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar.** Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, 269p.

GRIGOLETTO, E. **A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação.** Revista da língua(gem), Vitória da Conquista, n. 1, p. 61-67, jun. 2005.

_____. **Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico.** Leitura, n. 69, p. 187-205, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11264/8613>. Acesso em: 08 fev.2024.

GRIGOLETTO, E.; GALLO, S. L. **Sujeito e memória em textualidades digitais.** p. 307-318. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Orgs.). *Análise do Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos – 30 anos de Michel Pêcheux.* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

GRIGOLETTO E.; GALLI, F.C.S. **O funcionamento discursivo das hashtags: processo de (des)identificação ou aderência?** In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F.S; SOBRINHO, H. F.S (orgs.) **Ousar de revoltar: Michel Pêcheux e a análise do discurso no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

GOBATTO, L. S. **O efeito da tecno(ideo)logia na produção/circulação do discurso jornalístico: as eleições de 2018 e o Facebook.** Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p. 274.

DE GOMES, M. N. **O Objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios.** Ciência da Informação, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez., 1990. Acesso em: 15/06/2024.

Gomes, P. G. (2016). **Midiatização: um conceito, múltiplas vozes.** Revista FAMECOS, 23(2), ID22253. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22253>

HAN, B-C. **No enxame: perspectivas do digital.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2018.

_____. **Infocracia: digitalização e crise da democracia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. **A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso.** In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 13-31.

HENRY, P. **Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969)** In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** 2ª ed. Editora da Unicamp, Campinas-SP, 2013.

INDURSKY, F. **Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?** In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO-SEAD, 2, p. 1-11, 2005. Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html. Acesso em: 22 dez. 2023.

_____. **Fascismo e lógica do Capital em tempos de redes sociais.** In: GALLI, F.C.S.; GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (Org.).

Trajetos de sujeitos e sentidos: discurso, história, revolução. 1ed. Campinas: Pontes, 2023, v. 1, p. 91- 118.

JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Vol. 1. Les fondations du langage. Paris, Minuit, 1963.

KAGOWA, J.C.M. **Por uma Arqueologia da Análise do Discurso no Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2012, 216p.

KOMESU, F. C.; GALLI, F. C. S. . **Práticas de leitura e escrita em contexto digital: autoria e(m) novos mídiuns**. Revista da ABRALIN, v. 15, 2, p. 165-185, 2016. Acesso em: 22/04/2024.

Lacan, J. (2007). **O seminário, livro 23: Osinthoma (1975-1976)**. Rio de Janeiro: Trad. Jorge Zahar.

LAGAZZI, S. M. **O Desafio de Dizer Não**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 1988. v. 1. 101p

_____. **Recorte significativo na memória**. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Orgs.). O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras. São Carlos: Editora Claraluz, 2009, v. 1, p. 67-78.

_____. **A Contradição no Funcionamento das Discursividades Contemporâneas**. Anais do SEAD, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2009. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead/prog/s5_Suzy.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

_____. **Em torno da prática discursiva materialista**. Organon, v. 30, p. 85-100, 2015. Acesso em: 22/05/2024.

LAGAZZI-RODRIGUES, S.M. **Texto e Autoria**. In: ORLANDI, E.P. F.; LAGAZZI-RODRIGUES, S.M. (orgs.). Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

LEANDRO-FERREIRA, M.C. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco**. Tese (Doutorado em Linguística) – Ano e nº de páginas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1994.

_____. **Equívoco**. In: LEANDRO-FERREIRA, M.C. Glossário de termos do discurso (edição ampliada). – 1ª ed. – Campinas, Pontes, 2020. p. 231-234.

_____. **Percurso de formação do analista do discurso**. In: FERRARI, A. S.; GARCIA, D, A.; VIEIRA, N. C. TORNAR-SE Analista de discurso, 1ed. Campinas: Pontes, 2023, v. 1, p. 13-28. 7

_____. **C. O caráter singular da língua na Análise do Discurso**. Organon, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. Acesso em: 22/05/2024.

_____. **A análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. Organon. Porto Alegre. Vol. 24, n. 48 (jan./jun.), p. 17-34, 2010.

_____. **O corpo enquanto objeto discursivo**. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.) Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, p. 99-108.

_____. **O mal-estar do sujeito contemporâneo: político, cultura e arte.** In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (Org.). Sujeito, Sentido, RESISTÊNCIA: entre a arte e o digital. 1ed.Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 19-37.

LÉON, J.; PÊCHEUX, M. **Análise sintática e paráfrase discursiva.** In: ORLANDI, E.P. (org.). Análise do Discurso - Michel Pêcheux. 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 163-174.

LEVINZON, G. K. **Recordar, repetir, elaborar e construir: a busca do objeto materno na análise de uma menina adotada.** *Rev. bras. Psicanálise* [online]. 2010, vol.44, n.4, pp.155-164. ISSN 0486-641X. Acesso em: 05/08/2024.

LYON, D. **Cultura da Vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital.** Tradução: Mourão, H. C. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B. et al. (Orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem.* – 1ª ed. – São Paulo: Editora Boitempo, 2018, p. 151 -180.

LUPTON, D. **Digital sociology.** Londres: Routledge, 2015.

MACHADO, R. **Por uma genealogia do poder.** In: _____. *Microfísica do poder.* – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Paz &Terra, 2023.

LOURENÇO COSTA, J. **Espaço híbrido e o protagonismo da hashtag.** *Revista Heterotópica, [S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 328–342, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59117>. Acesso em: 27 nov. 2023

LUCENA, C; LUCENA, L. **Imprensa, gêneros discursivos e tempo capitalista.** - 1ª ed. – Uberlândia, MG, Navegando Publicações, 2016 (online).

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais.** Petrópolis: Vozes, 2014.]

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje.** Campinas: Pontes Editores, 2017.

MARANDIN, J. M. **Sintaxe, discurso do ponto de vista da análise do discurso.** Trad. por Maria Cristina Leandro Ferreira. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de Leitura.* – 3ª ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 2010.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989).** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, 256p.

_____. **As formas discursivas e a ameaça comunista.** *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 44, p. 270–289, 2019. DOI: 10.20396/lil.v0i44.8657817. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657817>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** COGGIOLA, O (Org.); PINA, A; JINKINGS, I. (Trad.). – 1ª edição revista – São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MELO, T. M. P. C.; VASQUES, E. G. **Cultura do cancelamento: primeiras aproximações.** *Etcétera*, n. 8, 2021. Recuperado a partir de <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/etcetera/article/view/33911>. Acesso em: 20/05/2024.

MILANEZ, N. **As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - 2006. 209 p. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006. Acesso em: 20/05/2024.

MITTMANN, S. **O que não pode ser esquecido na leitura de arquivos digitais pela análise do discurso**. In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T.C.C. Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. 1ed.Campinas: Pontes, 2023, v. 1, p. 384-389.

MODESTO, Rogério. **Os discursos racializados**. Revista da ABRALIN, v. 20, n. 2, p. 1-19, 20 jul. 2021. Acesso em: 22/06/2024.

MOURA, K.O.; ANDRADE, E. J. **A cultura do cancelamento no Brasil: uma expressão da descrença no Estado de Direito?** SBC Horizontes, SBC Horizontes, junho 2021. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2021/06/a-cultura-do-cancelamento-no-brasil-uma-expressao-da-descrenca-no-estado-de-direito/>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

NARZETTI, C. **Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva**. Linguagem em (dis)curso (online), v. 18, p. 647-663, 2018. Acesso em: 19/02/2024

NORRIS, P. **Closed minds? Is a “cancel culture” stifling academic freedom and intellectual debate in political science?** HKS Working Paper, núm. RWP20-025, (2020) Estados Unidos: Kennedy School of Government, Harvard University. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3671026> . Acesso em: 08/07/2024.

NUNES, José Horta. **Dicionários: história, leitura e produção**. Revista de Letras (Taguatinga), v. 3, p. 06-21, 2010. Acesso em: 23/03/2024.

ORLANDI, E. P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, n. 61, ano 14, p. 53-59, 1994

_____. **Discurso e Argumentação: um observatório do político**. Fórum Linguístico, Florianópolis, n.1, p. 73-81, jul-dez.1998. Acesso em: 19/04/2024.

_____. **Terra à Vista – Discursos do confronto: Velho e Novo mundo**. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **As formas do silêncio - nos movimentos dos sentidos**. 6ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos** .4ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

_____. **Destrução e construção do sentido: um estudo da ironia**. DISCURSIVIDADE. Campo Grande: CEPAD/UEMS, nº 09, p. 1-42, jan./maio, 2012b. Disponível em: Acesso em 1 jun. 2024.

_____. **A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico**. In: Cristiane Dias. (Org.). Formas de mobilidade no espaço E-urbano: sentido e materialidade digital. 1ªed.Campinas: Labeurb/ Nudecri, 2013, v. 2, p. 1-15.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 12ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. **Nota Introdutória à tradução brasileira.** *In:* CONEIN, B. et al. *Materialidades Discursivas.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

_____. **Discurso em Análise – sujeito, sentido, ideologia.** 3ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017a.

_____. **EU, TU, ELE – discurso e real da história.** 2ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017b.

_____. **Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 7ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2023.

PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer. 2002.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Ano e nº de páginas. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002. . Acesso em: 11 jul. 2024.

PAVEAU, M-A. **É preciso repolitizar a Análise do Discurso recolocando-a numa perspectiva materialista.** (Entrevista). *In:* OLIVEIRA, G.A; NOGUEIRA, L. *Encontros na Análise do Discurso - efeitos de sentido entre continentes.* Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

_____. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas.** Trad.: BARONAS, R.L.; COSTA, J.L (Orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** Traduzido por José Horta Nunes. *In:* *Cadernos de Estudos Linguísticos* nº 19. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, p. 7-24 jul -dez., 1990. Acesso em: 12/07/2024.

_____. **O estranho espelho da Análise do Discurso.** *In:* COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.* São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

_____. **Análise Automática do Discurso.** *In:* GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a.

_____. **Análise do Discurso: três épocas (1983).** *In:* GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b.

_____. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio.** 5ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.

_____. **Ler o arquivo hoje** *In:* ORLANDI, E.P. (org.). *In:* *Gestos de leitura da história no arquivo.* 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.

_____. **Anexo III: Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação.** *In:* *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio.* 5ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014c.

_____. **Foi “Propaganda” mesmo que você disse?** *In:* ORLANDI, E.P. (org.). *Análise do Discurso - Michel Pêcheux.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a.

_____. **Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso.** *In:* ORLANDI, E.P. (orgs.). *Análise do Discurso - Michel Pêcheux.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b.

_____. **Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social.** *In:* ORLANDI, E.P. (org.). *Análise do Discurso - Michel Pêcheux.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015c.

_____. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** 7ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015d.

_____. **Metáfora e Interdiscurso.** *In:* ORLANDI, E.P. (org.). *Análise do Discurso - Michel Pêcheux.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015e.

_____. **Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal.** *In:* ORLANDI, E.P. (org.). *Análise do Discurso - Michel Pêcheux.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015f.

_____. **Papel da Memória.** *In:* ACHARD, P. et. al. (Org.). *Papel da Memória.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015g.

_____. **As Massas populares são um objeto inanimado.** *In:* ORLANDI, E.P. (org.). *Análise do Discurso - Michel Pêcheux.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015f.

_____. **Abertura do Colóquio.** *In:* CONEIN, B. et al. *Materialidades Discursivas.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2016a.

_____. **Questões Iniciais.** *In:* CONEIN, B. et al. *Materialidades Discursivas.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2016b.

_____. **Mesa Redonda: Discurso-história-língua.** *In:* CONEIN, B. et al. *Materialidades Discursivas.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2016c.

PÊCHEUX, M; FUCHS C. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas.** *In:* GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M; GADET, F **Há uma via para a linguística fora do Logicismo e do Sociologismo?** *In:* ORLANDI, E.P. (org.). *Análise do Discurso - Michel Pêcheux.* 4ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 295-310.

PECHÊUX, M.; HAROCHE, C. HENRY, P. **A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso.** *In:* BARONAS, Roberto Leiser. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.* Araraquara: Letraria, 2020.

PEREIRA, D. D. S.; OLIVEIRA, L. A. **De casa para arma: movimentos de deriva e de ressignificação da vida na hashtag #minhaarmaminhavid.** *In:* GALLI, F. C. S; COSTA, M. A. G; NASCIMENTO, M. I. FRANÇA, T. A.. (Org.). *Práticas contemporâneas em Análise do Discurso: gestos (d)e leituras.* 1ªed.Recife/PE: Editora UFPE, 2022, v. 1, p. 218-230.

PIRIS, E. L.. **A argumentação numa perspectiva materialista do discurso.** *Linha D'Água, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 97–121, 2016.* [DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v29i2p97-121.](https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p97-121) Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/120008>.. Acesso em: 11 jul. 2024.

RAMOS, E. M. C. A “**cultura do cancelamento**” e suas pedagogias. In: IRINEU, B.A. et al. *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências*. Vol. 1. Editora Devires, 2021

RADDE, A. Língua. LEANDRO-FERREIRA, M.C. **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). – 1ª ed. – Campinas, Pontes, 2020. P. 181 - 184.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** – 1ª ed. - Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento, 2017.

RIBEIRO, C. **Sentidos minerados: o discurso do kit gay e a circulação algorítmica no controle do gênero**. Revista Leitura, [S. l.], n. 71, p. 18–31, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.202171.18-31. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/12420>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROUVROY, A; BERNS, T. **Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?** Tradução: Mourão, H. C. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B. et al. (Orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. – 1ª ed. – São Paulo: Editora Boitempo, 2018, p. 107 – 140.

ROMÃO, L. M. S.; GALLI, F. C. S.; PATTI, A. R. **Arquivo em cena: “impressões” de leitura sobre o tema. Desenredo** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 6 - n. 1 - 123-134 - jan./jun. 201 Acesso em: 10/07/2024.

ROMÃO, L. M. S; GALLI, F. C. S. **Efeitos de sentidos em cartuns: sujeito e consumo da/na rede eletrônica**. RUA. Campinas, v. 19, n.2, p. 107-118, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640746>. Acesso em: 10/07/2024.

SALLES, A.; LUNKES, F. L.; BRANCO, L. K. A. C. (Org.). **Afeto(s) e(m) discurso: movimentos dos sujeitos e dos sentidos na história**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 333p

SILVA, M. DALL'ORTO, F. **Streaming e sua influência sobre o Audiovisual e o Product Placement**. 40º Congresso Brasileiro da Comunicação 2017. Disponível em <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R122757> Acesso em: 12/09/2024.

VALIM, T. R. **Cultura**. In: LEANDRO-FERREIRA, M.C. *Glossário de termos do discurso* (edição ampliada). – 1ª ed. – Campinas, Pontes, 2020. p. 61-64.

VANIER, A. **O sintoma social**. *Ágora*. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 2 (jul/dez 2002), p. 205-217. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/4Yjp3rzy9vWd3KCLpSY3dDN/?lang=pt>. Acesso em: 12/09/2024.

VINHAS, L. I. **Escuta social, disciplina de interpretação: uma questão de responsabilidade**. In: E Grigoletto, E.; Carneiro, T. C. C. (Org.). *Diálogos com analistas do discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje*. 1ed. Campinas: Pontes, 2023, v. 1, p. 24-30.

ZOPPI-FONTANA, M. G. (2018). **“Lugar de fala”**: enunciação, subjetivação, resistência. Revista Conexão Letras, 12(18). <https://doi.org/10.22456/2594-8962.79457>. Acesso em: 12/09/2024.